

**9 ARTIGOS
ACADÊMICOS**

RESENHA
DO LIVRO "PARA AS MULHERES
DE MINORIAS ÉTNICAS: JUSTIÇA E
LIBERDADE"

ENTREVISTA
DOMINIQUE CARDON

VOLUME 16 - Nº 2- ED. 2018

 revista
habitus

ISSN: 1809-7065



<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>



Volume 16 – Número 2 – Edição 2018

revistas.ufrj.br/index.php/habitus

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro. Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809.-7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Carolina Medeiros, Caroline Serôdio, Elis Cerutti Colares, Emanuely Silva, Francisco Kerche, Glicia Peclat, Júlia Kovac, Lucas Carvalho, Maria Clara Ferro, Mayra Luíza Pinheiro, Millena Moraes, Olga Christina Zunino, Paula Frias dos Santos, Rayanne Cholbi de Assis, Tayná Mendes, Tayna Ribeiro, Victor Pimentel.

Conselho Editorial

Adam Ramey, André Pereira Botelho, Antônio Brasil, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Eloísa Martín, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Gisele Fonseca, Julia O'Donnell, Julia Polessa, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Octavio Bonet, Paula Lenguita, Rodrigo Santos, Ruy Braga, Vera Malaguti.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial.....	3
A concepção sociotécnica: quatro perspectivas francesas sobre a articulação entre tecnologia e sociedade.....	7
“Arenas feministas”: tensões no encontro de mulheres estudantes da UNE.....	21
Educação quilombola e ecologia de saberes na Ilha do Marajó/Pará – Brasil.....	34
Exclusão do corpo trans: Uma análise do assassinato de Dandara dos Santos.....	48
Gerenciando o desastre: Uma análise das táticas discursivas nos releases da Vale e da Samarco.....	59
Humor Ambulante: A dispositividade performática da venda nos vagões da Supervia.....	77
Neointegrismo religioso e militância anti-escolha na Câmara dos Deputados.....	86
O Espetacular no Sagrado: um estudo sobre a Festa dos Tabernáculos na Igreja Universal do Reino de Deus.....	101
Resenha Para as mulheres de minorias étnicas justiça e liberdade.....	112
Entrevista Para pensar uma Sociologia Digital.....	118
Interview Pour penser une Sociologie du Numérique.....	126

A TORRE DE VIDRO

"Nas terras distantes de onde vim, inventei uma forma de tecer a melhor de todas as roupas!" disse o farsante alfaiate. E continuou "Consigno tecer uma roupa que somente os inteligentes conseguem ver!".

(A Roupa Nova do Rei, conto popular)

A internet já foi acusada de tudo. Como um rei desnudo, parece estar frente a todas as críticas e possibilidades. Com todos os novos efeitos e temas, ela tangencia, atua, expõe, é omissa e deixa todos mais perto, ao tempo em que também é utilizada para amplificar as divisões de países. A filmagem de alunos cantando o hino nacional e entoando slogans de campanha; a imensa utilização de “bots” para uma eleição; a presença tão forte de campanhas em massa de desinformação ou as “fake news” na internet; e as difamações em massa da imagem da universidade pública em mensagens de *WhatsApp* fazem parecer, assim, que não existe nada mais antiquado do que a internet, que faz renascer diversos “fantasmas” que julgávamos do passado. Enquanto ocorre um desmonte da produção científica que, ao mesmo tempo exige uma superprodução, a proposta de uma inovação conservadora sugere que os cortes na educação são o único meio possível para a tão exigida melhoria do país. A incerteza do futuro dificulta o desenvolvimento científico e, mesmo em um mundo conectado, a academia aparenta estar fechada em uma torre de marfim ao ser desvalorizada pela sociedade e com ela tão pouco dialogar. Sim, o rei está nu, mas propomos uma visão um pouco distinta, e, como afirmara Caetano Veloso “desperto porque tudo cala frente ao fato de que o rei é mais bonito nu”.

Não é tarefa simples e demanda discussão constante pensar possibilidades para uma época em que a produção e compartilhamento do conhecimento se encontram potencialmente tão amplas quanto dinâmicas. As redes sociais propiciaram múltiplos propagadores de informação: possibilitam reestruturar a cadeia de hierarquias de onde partem as informações por meio de cálculos produzidos por algoritmos. Novas formas de popularidade, de centralidade e de relevância moldam o debate público, o trabalho, a vida íntima e – como nunca ficamos de fora – a academia. O *YouTube*, *Twitter* e *Instagram* viraram o espaço primordial de propagação de conteúdos. Os *youtubers* são fontes de informação preferenciais de 20% dos brasileiros em contraponto a cifra desestimuladora de 6,5% dos professores [1]. Como fazer ciências sociais tendo, em âmbitos institucionais, cortes, e, nos âmbitos privados, deslegitimidade? Como pensar em normas e rigor quando crivos tão bem instaurados à instituição e ao conhecimento “clássico” estão em disputa tanto quanto à própria “verdade”? Enfim,

¹[1] <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/creators-connect-o-poder-dos-youtubers/>

como ser um cientista social em uma era de reis nus? Parece tarefa de suma importância e urgência fundamental discutir aquilo que está na *web*, aquilo que despe o rei em novas vestes invisíveis. A Revista *Habitus* sempre se propôs a se apresentar – ao lado da produção científica brasileira – como uma revista de acesso aberto, que se coloca em defesa dos acervos livres no Brasil e da publicação do compartilhamento e da informação aberta. O motor das contradições que estamos imersos é também o motor de uma renovação estrutural possível, que possibilita repensar como, o que e para quem falar a respeito das vestes do rei. Despir a academia, ampliar a circulação e promover a inclusão.

É com este crivo que apresentamos o editorial, com a proposta de uma discussão ampla acerca do conhecimento social e científico, das novas tecnologias, sua pluralidade, origem e possibilidades em um mundo hiperconectado. Como, enfim, abordar questões que pareciam ultrapassadas – dentre elas, saudar o golpe de 1964 no dia 31 de março, que teve impacto tão desastroso em nosso prédio, como no país. Parecem ser urgentes novas respostas e caminhos para o que pareciam velhas perguntas. A torre de marfim se transforma em uma torre de vidro, e entender sua nova arquitetura é impreterível. É neste cenário de crise e reflexão que a Revista *Habitus* lança o segundo volume da sua 16ª edição. Em um período de imensa instabilidade para a universidade pública e de pesquisa, a produção desta edição conta com o esforço voluntário de alunas e alunos de graduação e professores parceiros para continuar a desenvolver conhecimento acadêmico e instigar a reflexão sobre a sociedade contemporânea.

Por fim, aproveitamos para nos desculpar pelo atraso para a publicação da edição e admitir nosso compromisso, que avançamos com a publicação deste número, em atualizá-la para alcançar as exigências da produção acadêmica. Em um curso com amplas taxas de evasão, pouco investimento e diminuição de bolsas de pesquisas, a publicação da revista continua por ser considerada importante para os temas caros à sociedade civil e à comunidade científica em geral. A *Habitus* se apresenta como uma ferramenta para pensar a possibilidade de permanecer fazendo ciência em um país em que esta é desvalorizada.

Quanto à edição de 2018.2, apresentamos oito novos artigos, uma resenha e uma entrevista:

Em **A concepção sociotécnica: quatro perspectivas francesas sobre a articulação entre tecnologia e sociedade**, Teresa Soter Henriques mobiliza, através da revisão bibliográfica, quatro diferentes autores franceses que são entendidos como expoentes na discussão da relação entre tecnologia e sociedade durante os anos 70 e 80. Partindo de uma abordagem conceitual com o intuito de demonstrar as diferentes visões e metodologias, apresenta a contribuição desses intelectuais para a consolidação e expansão dos estudos sobre tecnologia, que reverberam em outras áreas posteriormente.

No artigo **“Arenas feministas”: tensões no Encontro de Mulheres Estudantes da UNE**, Hyldalice de Andrade discute, a partir de situações sociais observadas no EME, o Encontro de Mulheres Estudantes, organizado pela União Nacional dos Estudantes, os conflitos que cercam o feminismo universitário. A autora apresenta as disputas conceituais que permeiam o pensamento feminista contemporâneo e as tensões provocadas na prática política do movimento diante das

concepções divergentes sobre gênero entre feministas trans-inclusivas e trans-exclusivas, ilustrando-as a partir da observação participativa no EME.

No artigo **Educação Quilombola e ecologia de saberes na Ilha do Marajó/Pará – Brasil**, Bruno Domingues busca, a partir de experiências vividas no projeto Ecologia dos Saberes na Ilha do Marajó, refletir sobre a desvalorização dos elementos das comunidades tradicionais da Amazônia no contexto escolar. O autor apresenta a diferença abissal entre norte e sul global como agravada ao pensar na Amazônia e nos povos tradicionais, diante dos quais e a não inclusão dos elementos culturais locais na vida escolar.

No artigo **Exclusão do corpo trans: uma análise do assassinato de Dandara dos Santos**, Maria Clara Ferro propõe-se a discutir a exclusão do corpo e da vivência transgênero no Brasil. Ao analisar o assassinato de Dandara dos Santos, a autora analisa os elementos estruturais da transfobia, e qual o caráter estrutural e legitimado no que seria o extermínio da população transgênero, transexuais e travestis no Brasil.

No artigo **Gerenciando o desastre: uma análise discursiva nos releases da Vale e da Samarco**, Lucas Ryuji Kato Simas busca, a partir de uma análise qualitativa mediante aos boletins e outros materiais voltados à imprensa produzidos pelas duas empresas em torno da tragédia de Mariana, compreender juntamente com uma análise da sociologia ambiental quais as ações que as empresas estavam tomando para o gerenciamento do desastre. Principalmente qual o impacto do desastre na forma das empresas se comunicarem.

No artigo **Neointegralismo religioso e a militância anti-escolha na Câmara dos Deputados**, Bruna Quinsan Camargo discute, a partir de uma teoria crítica feminista, as atuações de parlamentares durante a 54^a e 55^a legislaturas da Câmara dos Deputados, em especial de grupos e de parlamentares ditos religiosos em torno da temática do aborto. A autora analisa as legislações, assim como as articulações entre parlamentares, pertencentes ou não a grupos religiosos, para entender qual a dimensão do papel do discurso democrático para a formulação de políticas públicas diretamente ligadas à escolha da mulher.

No primeiro artigo do Congresso de Antropologia, **O espetacular no sagrado: um estudo sobre a festa dos Tabernáculos na Igreja Universal do Reino de Deus**, Taimara Brito analisa a festa realizada por mulheres da Igreja Universal do Reino de Deus, que celebra a proteção divina no episódio bíblico da chegada à “Terra Prometida”. A autora apresenta a festa como ritual e afirmação de uma memória coletiva, que constitui a construção do sentido de identidade individual e de grupo e organiza as experiências sociais das participantes, configurando sua relação com o sagrado.

No segundo artigo do Congresso de Antropologia, **Humor ambulante: a dispositividade performática da venda nos vagões da Supervia**, Igor Perrut analisa a performance de venda de ambulantes no ramal Santa Cruz do sistema de trens na cidade do Rio de Janeiro. O autor busca, diante da discussão e articulação teórica entre humor, crítica e anticrítica, expor o caráter dispositivo e operativo que faz da venda uma manipulação criativa da forma crítica, junto à criação da situação moral da viagem no trem como um possível lugar do humor e da venda.

Na resenha **Para as mulheres de minoria étnica: justiça e liberdade**, é apresentado por Gabriela da Costa Silva como Angela Davis enxerga o papel da mulher racializada na política, principalmente no feminismo, nas questões educacionais e na educação, a partir do entendimento de experiências significativa de mulheres em determinados espaços.

A entrevista desta edição, realizada e traduzida por Francisco W. Kerche e Teresa Soter Henriques, é com o sociólogo Dominique Cardon, professor associado à Universidade de Paris na França. Refletimos, por meio de sua trajetória acadêmica e profissional, sobre a temática do digital na sociologia e suas influências nas esferas da vida cotidiana e política. A partir de seus relatos como diretor do Médialab, laboratório multidisciplinar de estudos de tecnologia na Sciences Po, Cardon apresenta como a análise sociológica dos dados pode ser feita através de ferramentas da sociologia clássica e dar pistas sobre fenômenos como a atuação de movimentos sociais e a representação de si na modernidade. O sociólogo também discute, ao longo da entrevista, o papel da internet e dos algoritmos nas campanhas políticas extremistas no Brasil.

Por fim, o Comitê Editorial da Revista Habitus gostaria de agradecer a todos que contribuíram com a nossa nova edição. Em especial, aos pareceristas, que dedicaram tempo e esforço para garantir a qualidade dos artigos e seu padrão de rigor científico: Adriano Premebida, Bárbara Souza, Daniela Manica, Edemilson Parana, Edmar Lopes, Eduardo Dullo, Flávia Biroli, Heci Candiani, Jorge Scola, Marcelo Daniliauskas, Michelle Cirne, Michelle Maia, Naara de Albuquerque Luna, Paulo Silva, Raquel Giffoni, Ricardo Gonçalves, Valdenízia Peixoto e Wania Mesquita.

Boa leitura! 📖

Comitê Editorial | Revista Habitus – IFCS/UFRJ

A CONCEPÇÃO SOCIOTÉCNICA: QUATRO PERSPECTIVAS FRANCESAS SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E SOCIEDADE

THE SOCIO-TECHNICAL APPROACH: FOUR FRENCH PERSPECTIVES ON THE ARTICULATION BETWEEN TECHNOLOGY AND SOCIETY

*Teresa Soter Henriques**

Cite este artigo: HENRIQUES, Teresa Soter. A concepção sociotécnica: quatro perspectivas francesas sobre a articulação entre tecnologia e sociedade. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 7-20, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: O artigo apresenta uma revisão bibliográfica da produção acadêmica francesa de alguns autores que trabalham o tema da conexão entre tecnologia e sociedade. O objetivo é trazer para os debates nacionais alguns conceitos-chaves de Patrice Flichy, Josiane Jouët, Dominique Cardon e Antonio Casilli. Tratam-se de perspectivas sociotécnicas que prosseguem pertinentes, em alguns aspectos, para o estudo dos objetos atuais.

Palavras-chave: Tecnologia; Sociologia dos Usos; Produção francesa; Abordagem sociotécnica

Abstract: This paper consists of a literature review of some authors from the French academic production regarding the connection between technology and society. The goal is to present to the Brazilian debate some key concepts by Patrice Flichy, Josiane Jouët, Dominique Cardon and Antonio Casilli. These are all sociotechnical perspectives that continue to be pertinent, in certain aspects, to the studies of current objects.

Keywords: Technology; Sociology of Uses; French production; Sociotechnical approach

Desde a década de 80, a produção acadêmica francesa desenvolve diferentes teorias sobre a inserção de novas tecnologias e as mudanças sociais associadas a elas. O presente artigo busca fazer uma revisão bibliográfica de aspectos-chave da obra de alguns desses autores, a saber, Patrice Flichy, Josiane Jouët, Antonio Casilli e Dominique Cardon. Aqui trataremos exclusivamente de obras que foram pouco, ou nunca, traduzidas para o português ou publicadas no Brasil, num esforço de ampliar o acesso a conceitos que podem fomentar a produção nacional, colocando em diálogo autores relativamente pouco citados nas nossas ciências sociais.

Esses autores estão situados, muitas vezes, num campo interdisciplinar de estudos sobre tecnologia, sem fronteiras claras entre as ciências sociais, da comunicação e a filosofia. É evidente que tendências disciplinares ditam as metodologias de cada autor, produzindo reflexões diversas em recorte temático e embasamento empírico, mas não necessariamente conflitantes em conteúdo. Todos estão em alguma medida em diálogo com a Sociologia dos Usos [*Sociologie des Usages*] tipicamente francesa, mas não necessariamente associados a ela. Essa linha de estudos se caracteriza por uma abordagem qualitativa de estudo dos usos de tecnologias de comunicação com base sociológica que, com o advento e avanço das tecnologias de comunicação digitais, fundamentou a evolução de teorias e metodologias próprias para o estudo de novos dispositivos sociotécnicos. Dessa forma, serve especialmente bem como conteúdo para fomentar o debate sobre os usos de tecnologias nas ciências sociais do Brasil.

Josiane Jouët, expoente dessa área, publicou em 2000 um artigo intitulado *Retour critique à la sociologie des usages*, no qual retoma algumas das características preponderantes do trabalho inicial dessa abordagem. O seu ponto crítico central pode servir também como justificativa para o estudo desse coletivo de ideias sociológicas no resto do mundo. De forma ampla, a preocupação da autora é uma tendência ao empirismo vazio de teoria nos estudos então atuais sobre tecnologias digitais. Evidentemente, é possível que sua preocupação crítica sobre uma produção especialmente dinâmica tenha ficado datada em seu próprio contexto, no qual outras abordagens, como as tratadas aqui, foram desenvolvidas para suprir essas falhas. No entanto, serve como motivação para recuperar os aportes teóricos já estabelecidos por esses autores. Sobre a proliferação de estudos muito específicos sobre novos objetos tecnológicos, a autora afirma que “essa ampla gama permite o acúmulo de dados, mas é também uma fonte de fragmentação, pois os novos estudos nem sempre se baseiam na capitalização do trabalho anterior, ‘redescobrem’ o que foi aprendido e não necessariamente abrem novos caminhos” (JOUËT, 2000) [1] Sua preocupação é justamente que a necessária pesquisa empírica, qualidade da Sociologia dos Usos que possibilitou o afastamento da tecnofobia e dos determinismos, se isolede conteúdo teórico e, portanto, perca acúmulo de achados de outros trabalhos.

No entanto, é a empiria que se mostra tão necessária para a nossa própria reflexão acadêmica. Em tempos de pânico moral em relação às novas tecnologias – que não são mais as mesmas de 2000 –, o investimento no estudo dos usos como eles se apresentam, sem excesso de especulação sobre como eles poderiam vir a se apresentar, pode ser uma saída. Por esse motivo trataremos aqui também de Dominique Cardon, autor não diretamente ligado à Sociologia dos Usos, mas que trabalha a temática dos algoritmos, e de Antonio Casilli, autor que aliou a Teoria de Redes ao tema da conectividade social e à presença do corpo na internet.

As diversas contribuições dos autores são, em linhas gerais, diferentes modos de responder à tensão entre o papel do usuário e da tecnologia em si. As diferentes ênfases dadas aos diferentes atores serão tratadas especificamente para cada um dos quatro pesquisadores aqui tratados. A diferença dos

2[1] Todas as citações foram traduzidas do francês pela autora.

pesos atribuídos à técnica e ao social pode ser formulada em termos de tensão entre agência humana e estrutura técnica, mas também em termos de agência humana e agência não-humana. Mesmo que não necessariamente posta dessa forma pelos autores, o debate da Sociologia dos Usos é passível de conexões com a noção de ação de objetos proposta por Bruno Latour (2012).

1. Por que a academia francesa produz tanto sobre tecnologia?

É possível traçar muitas hipóteses de por que a academia francesa se debruçou sobre os temas aqui tratados. De forma similar ao que ocorre em alguns contextos universitários no Brasil, Antonio Casilli trata, na introdução de *Les liaisons numériques* (2010), da dificuldade de obter respeito de seus colegas ao seu universo temático de pesquisa, a sociabilidade ligada ao digital. Ainda assim, enfatiza a importância de algumas iniciativas de interesse para o tema, dentre as quais as publicações científicas *Réseaux* e *Hermès*. A primeira é uma revista de conteúdo sobretudo sociológico cujo tema é a comunicação, com ênfase em informática. Com mais de duzentos números, conta com importantes artigos dos autores aqui citados. A segunda tem orientação temática similar e conta com edições em livros na coleção “Les Essentiels d’Hermès”. A centralidade desse contexto editorial não pode ser subestimada.

Outra hipótese confere relevância à história da inserção das tecnologias de comunicação no país, e não a um aspecto funcional da academia francesa. De 1982 a 2002, existiu na França uma rede de Minitel. Esse aparelho com tela e teclado era usado para comunicação em poucos caracteres e, ainda que concomitante com a aparição do microcomputador, foi por certo período mais presente nos lares franceses do que o segundo. No entanto, a explicação para a importância do Minitel não é quantitativa – o aparelho em seu auge, no início dos anos 90, chegou a 18% dos lares – mas qualitativa, no sentido de que, segundo Jouët (2011, p. 50),

‘a epopeia do Minitel’ reside, acima de tudo, no fato de que foi um laboratório de experimentação, na vida real, de novos usos sociais à distância por meio de um teclado e uma tela. Essas práticas atestam as transformações em ação no tecido social, que estavam à frente das previsões das políticas e dos gerentes de projeto do Plano Telemático e prefiguraram em vinte anos os usos da Internet para o público em geral.

O Minitel é então uma novidade em termos de sociabilidade que desperta o interesse de pesquisadores, além de criar uma demanda estatal e empresarial por pesquisas com finalidade comercial de mapeamento das potenciais reações do público a essas tecnologias. Esse financiamento é um ponto chave para o desenvolvimento desses estudos. No entanto, os pesquisadores se debruçaram principalmente sobre a questão de como os usuários, enquanto participantes ativos, moldaram esses objetos, e não simplesmente os receberam (JOUËT, 2000).

Dado o fraco desenvolvimento no campo dos Estudos de Recepção, oriundos da área da Comunicação anglófona, restou à academia francesa uma abordagem híbrida com tendências sociológicas. Derivada não de um debate estritamente comunicacional ou técnico, mas da questão amplamente pesquisada da ascensão da autonomia individual na sociedade francesa, essa área se utiliza de aportes de

outras sociologias temáticas, como a da família e a do trabalho (JOUËT, 2000). Assim como no caso do Minitel, o que caracteriza a Sociologia dos Usos é seu surgimento histórico emergente de mudanças sociais que exigiram um novo quadro conceitual de interpretação, e não da mera aplicação de teorias preexistentes em outras partes do mundo para um novo objeto.

Outro autor francês que traz contribuições importantes para a compreensão da inserção social da tecnologia através de uma perspectiva sociotécnica é Bernard Miège. Seu trabalho foi mais amplamente traduzido para o português, afastando, portanto, a necessidade de aprofundar aqui o seu conteúdo. Em linhas gerais, o autor propõe uma teoria para compreender como as tecnologias da comunicação se inserem no universo social, a partir da ideia de ancoragem. Para isso, identifica sete processos macrossociais em voga na contemporaneidade que considera os principais responsáveis pela difusão das tecnologias de informação e comunicação digitais. Esses foram detalhados no artigo “O enraizamento social das TIC na perspectiva de Bernard Miège”, de Gilson Piber e Rosana Cabral Zucolo, publicado em coletânea da Universidade de Santa Maria coorganizada pelo próprio Miège (2016). Esse livro pode ser usado para uma compreensão geral do pensamento do autor.

Para situar as questões principais dos diferentes autores, utilizo aqui a separação em eixos da Sociologia dos Usos proposta por Jouët. Essas categorias servem, na realidade, como base para organizar questões comuns a diferentes abordagens de estudo do mundo digital. O primeiro eixo é a genealogia dos usos, ou seja, a análise de longa duração da forma como os objetos tecnológicos foram usados e modificados, demonstrando que “não existe uso *sui generis* e que a adoção das tecnologias da informação e da comunicação se articula com um entorno de técnicas e de práticas anteriores” (JOUËT, 2000, p. 500). É onde se situam os estudos sobre o estabelecimento de uma tecnologia na sociedade, exemplificados pelos trabalhos do já mencionado Bernard Miège e de Patrice Flichy – ainda que ambos não se associem diretamente à Sociologia dos Usos.

O segundo eixo é a apropriação. Aqui está inserida a tensão entre uso prescrito e uso efetivo. Isto é, há o uso idealizado pelos criadores do objeto, que seria, para um tecnodeterminista, o que submete os usuários. Por outro lado, há o uso efetivo, do qual se ocupa a Sociologia dos Usos. Em geral, o uso efetivo é de uma parcela pequena das funcionalidades do aparelho, frequentemente por ignorância na utilização, mas sobretudo porque essa parcela é suficiente para suprir as necessidades do usuário (JOUËT, 2000, p. 503). Mais importante, no entanto, é a compreensão das múltiplas negociações entre usuário e técnica. A autora enfatiza a conexão entre o uso efetivo e a identidade: a utilização individual é própria e pessoal, mas geralmente coincide com o uso efetivo do grupo social, em uma criação simultânea de identidade individual e coletiva.

O terceiro eixo é o elo social. Aqui se manifesta a preocupação explícita em separar-se da chamada tecnofobia, ideia de que a tecnologia é por definição uma ameaça às relações presenciais. Desse modo, o estudo empírico é o que possibilita uma análise das mudanças de sociabilidade relacionadas ao digital fora da chave do impacto unilateral. Antonio Casilli, sociólogo de origem italiana que produz na França,

mapeou diversas novas formas de conexão e formação de identidade ligadas às tecnologias digitais (CASILLI, 2010). Sua contribuição será tratada à frente.

O quarto eixo é a ligação dos usos com as tensões sociais. Os novos objetos se entranham nas relações de poder do contexto no qual foram criados, mas também contribuem para a criação de novas. Ademais, mesmo que Jouët não trate nesses termos, esse é o eixo que evidencia a participação ativa desses objetos na mudança social, a qual não é unilateralmente causada por eles. A tecnologia digital de comunicação não é nem protagonista e fundadora da transformação nem mero produto dela, mas um aspecto participante, ou seja, “as máquinas de comunicação são conseqüentemente objetos ao redor dos quais se redefinem os papéis sociais, se recompõem os grupos, se reorganizam as atividades cotidianas de lazer, de serviços e de trabalho” (JOUËT, 2000, p. 509).

2. Patrice Flichy e a teoria sociotécnica

Flichy critica tanto a Sociologia das Técnicas quanto a Sociologia dos Usos. No caso da primeira, porque “estudando a forma na qual a técnica orienta as relações entre usuários e os objetos, arriscamos sempre a tender para o determinismo tecnológico” (FLICHY, 2008, p. 150). Para ele, mesmo quando autores como Akrich (2000) tratam dos usuários, eles se atêm à questão de como usamos a tecnologia, ainda dependendo, portanto, do objeto em si. A segunda crítica, que nos cabe, é centrada na noção de que essa linha de pesquisa não adentra ao objeto. O autor aproxima a Sociologia dos Usos aos Estudos de Recepção e *Cultural Studies* americanos, ainda que Jouët (2000) enfatize não ter havido importante influência direta entre elas. No entanto, para efeitos de crítica, a analogia funciona, levantando o ponto de que essas formas ignoram em certa medida o texto – nesse caso, o objeto técnico –, exacerbando o papel da agência do usuário. Além disso, o autor demonstra que esses pesquisadores “privilegiaram então uma abordagem em termos de apropriação individual, de domesticação e de construção identitária” (FLICHY, 2008, p. 156). Esse aspecto microssociológico metodológico causaria um excesso de valorização do mundo doméstico e profissional, sem noções mais amplas do universo de usuários.

O projeto teórico de Flichy é superar essas limitações, entrando no objeto sem tecnodeterminismo. Para ele, Wanda Orlikowski apresenta avanços nesse campo em relação à Sociologia dos Usos, dado que engloba o mundo tecnológico, dando um primeiro passo, que o autor considera incompleto. Essa incompletude se dá porque a metodologia de Orlikowski está baseada no estudo de uma empresa específica e, como consequência, trata dos atores da tecnologia presentes *in loco*, sendo eles em geral técnicos de computadores. Para Flichy, essa seria apenas uma ponta do mundo social definido por ele como quadro técnico, faltando ainda os criadores da tecnologia e tantos outros atores, que determinam um limite à plasticidade dos usos. Isto é, o autor acredita que o processo de concepção de tecnologia é muito mais complexo do que geralmente se supõe, e que o quadro técnico define um limite para a pluralidade de formas em que uma tecnologia pode ser usada.

Novamente, a crítica de Flichy esbarra na escolha metodológica de Orlikowski. O autor está preocupado com processos de longa duração e uma análise que abarque uma quantidade grande de

agentes, sendo mais ampla e sobretudo histórica. Essas críticas possibilitam uma maior compreensão do que o autor propõe enquanto teoria, mas não devem necessariamente ser vistas como falhas das outras abordagens. Flichy busca compreender como se dá a inserção de tecnologias em geral no mundo social, um objetivo diferente dos da Sociologia dos Usos e de Orłowski. Isso não quer dizer que essas últimas não tenham limitações, mas que há também uma divergência de propósitos. A advertência de que é necessário atentar aos objetos técnicos em si e aos processos complexos de suas criações é pertinente, mas Flichy não sugere como, dentro dos limites práticos da metodologia qualitativa, a Sociologia dos Usos poderia ampliar sua abordagem.

Para superar essa dicotomia, na qual o autor considera que apenas o aspecto social da relação sociotécnica era estudado, Flichy propõe a noção de quadro de referência. Como “funcionamento e uso constituem as duas faces de uma mesma realidade, o quadro de referência pode então se subdividir em dois quadros distintos, mas articulados um ao outro: o quadro de funcionamento e o quadro de uso” (FLICHY, 2003, p. 124). O de funcionamento seria referente ao objeto em si e aos especialistas responsáveis por ele, e o de uso, aos usuários amadores e suas práticas. O quadro de referência é a síntese e a substância comum que permitiria a conexão entre os outros dois. Contudo, “não se trata de articular apenas dois polos: técnica e sociedade, mas de ver como interferem múltiplos mundos sociais, os dos engenheiros e usuários, dos fabricantes, dos exploradores de serviços, dos técnicos, dos comerciantes etc.” (FLICHY, 2003, p. 121). Para que um objeto seja utilizável, é necessário um quadro de referência comum, compartilhado pelos mundos sociais envolvidos. Esse inclui pressupostos de quais funções o objeto deve oferecer e como elas devem ser usadas, mas também condições materiais para seu funcionamento. Ele não é, no entanto, exclusivamente determinante para os outros quadros, podendo ser alterado pelas especificidades da produção e uso reais, que podem complementá-lo ou mesmo subvertê-lo.

O quadro de uso engloba as práticas sociais, o contato com o objeto, as práticas pessoais e coletivas e a autonomia do sujeito. No entanto, esse conceito não coincide exatamente com o objeto da Sociologia dos Usos, porque pretende ir além do indivíduo ou dos pequenos grupos, tratando de categorias sociais maiores. Isso se dá porque “o usuário é membro de um coletivo real ou imaginado, ele coopera com os outros atores do processo técnico” (FLICHY, 2008, p. 164). Além disso, o quadro de referência não é determinado exclusivamente pelos usuários, mas também pelos produtores de objeto. É desenvolvido no tempo, começando por um imaginário técnico. Dessa forma, esse quadro comporta usuários, criadores e também não-usuários, porque é ele que dá o sentido social de um objeto, que pode não atrair determinados indivíduos. Isto é, “o quadro não define a ação, ele abre-a” (FLICHY, 2008, p. 166). Por esse motivo, pode haver mais de um quadro de uso para cada quadro de funcionamento. A criatividade de grupos de usuários, resignificando o objeto, cria novos usos que podem, eventualmente, causar adaptações no quadro de funcionamento para abarcar novas funções. Se, por exemplo, um grupo expressivo começa a usar uma rede social para a compra e venda de produtos, criando assim um novo quadro de uso, é possível que o quadro técnico da rede passe a envolver ferramentas específicas com esse fim.

O quadro de funcionamento, por sua vez, engloba o sistema complexo de ações de concepção do objeto, com negociações e cooperações entre diferentes profissionais. O objeto é consequência dessas relações. Flichy importa a noção goffmaniana de quadro natural e quadro social, modificando-a para tratar de técnica. Para ele, “o quadro de funcionamento define os saberes e os *savoir-faire* mobilizados na atividade técnica” (FLICHY, 2008, p. 166). As dimensões técnicas do objeto, sua arquitetura e funcionalidades são condicionadas pelo processo de produção. Destrinchar as relações sociais envolvidas nela e compreender como ocorre a mobilização dos saberes da área técnica é um dos diferenciais dessa teoria.

O modelo de Flichy é universalizável, não se restringe às tecnologias digitais e poderia, portanto, ser aplicado a qualquer objeto técnico. Trata-se de uma concepção circular do desenvolvimento de tecnologias cuja base é a coprodução permanente e recíproca entre sociedade e técnica. Nesse processo, é mais fácil compreender os limites entre os quadros, tratando-se de tecnologias que mudam com velocidade, como as tecnologias de comunicação digital, porque é nos momentos de tensão entre eles que se evidenciam os atores de cada um. Todas as relações que participam da estabilização do objeto são de valor para essa tese: tanto a do usuário com o objeto, como a do produtor com o usuário, e a do produtor com o objeto. Ainda assim, a relevância das ações não é uniformemente distribuída, com o quadro técnico sendo mais determinante.

Essa tensão entre os quadros geralmente não se dá em termos de embate direto, embora isso seja possível em alguns casos. “O conceitor negocia normalmente com um usuário. Esse não faz na frente dele: é simplesmente confrontado com suas próprias representações do usuário” (FLICHY, 2003, p. 136). Trata-se então de uma negociação não-explicita com um usuário não-específico, prevalecendo então as percepções dos produtores, o que leva ao desequilíbrio de poder entre os dois quadros. Essa negociação leva à estabilização do produto, que se dá no tempo a partir de fases sequenciais que dependem da retroalimentação entre os quadros. O objeto pode ser considerado estável após ter passado por adaptações da oferta que, no vai e vem entre quadro técnico e quadro de uso, permitem um ajuste do produto final e a sua massificação.

Ainda sobre o papel da técnica, o autor defende sua teoria diante de outras abordagens históricas com objetivos similares, como a de Bernard Miège. Essas traçam uma influência unilateral dos processos macro-históricos, como os sete tratados por Miège, que seriam as verdadeiras mudanças, tendo a difusão técnica como consequência. Ora, para Flichy (2008, p. 167), “as evoluções macrosociais participam então da definição dos quadros de uso, mas este último fornece igualmente aos usuários recursos para adaptar seus modos de vida”.

3. Josiane Jouët e a teoria da dupla-mediação

Jouët apresenta sua teoria da dupla-mediação em um artigo de 1993. Evidentemente, grande parte de seus exemplos, e até algumas de suas percepções, ficaram obsoletos nas últimas décadas. No entanto, a base de seu esquema continua pertinente, assim como muitas de suas elaborações. A autora desenvolve

uma teoria sobre as tecnologias de comunicação digitais antes da internet, a partir da noção de mediações técnica e social. A partir da ideia de dupla-mediação, Jouët se afasta dos determinismos, em uma elaboração complexa das mudanças sociais e tecnológicas, que se manifestam na situação de uso. A opção metodológica por estudar o uso parte da análise de que esse é o momento privilegiado de encontro das mediações, dado que “se produz uma inter-relação da evolução tecnológica e da mudança social e as práticas de comunicação se situam na convergência dessa articulação” (JOUËT, 1993, p. 112).

A mediação técnica diz respeito aos limites técnicos traçados pelo objeto. Ela opera uma tecnificação dos atos de comunicação, que importa os valores de racionalidade impostos pelo objeto. Um dos exemplos de Jouët é a valorização da aceleração e produtividade no cumprimento de tarefas cotidianas, como a pesquisa de preços de um produto. O objeto permitiu a aceleração, e essa se tornou um objetivo do usuário, que a incorporou. Se a velocidade desse tipo de atividade já nos parece banal, a ideia da generalização na vida social de práticas e valores ligados às funcionalidades técnicas ainda pode despertar outros exemplos. A título de ilustração, hoje, no Museu Belvédère, em Viena – a maior coleção do mundo de obras de Gustav Klimt –, está instalada, em sala ao lado da que hospeda o quadro *O beijo*, sua réplica impressa, com uma placa que indica “BEIJO: ponto para *selfies*”. A possibilidade técnica de produção e divulgação de *selfies* se impôs, em sua conexão com a mediação social, ao mundo concreto, gerando no espaço mudanças que comportem essa atividade, em um movimento em que “a racionalidade técnica estrutura a prática, que adota em contrapartida os valores da performatividade do objeto” (JOUËT, 1993, p. 117).

Ao tratar da mediação social, Jouët se atém a preocupações típicas do momento histórico dessa produção, dentre as quais a fusão entre o ambiente público e o privado, como apontado pela própria autora posteriormente (JOUËT, 2011). Portanto, essa é a parcela da teoria da dupla-mediação que se transporta com mais dificuldade para o presente. Não só a noção de trabalhar no computador residencial não é mais novidade, como o acesso à internet não é nem exclusiva nem primordialmente feito em casa. O tema dos fóruns anônimos e os seus desdobramentos, muito presente à época, também perdeu grande parte de sua importância. No entanto, restam pertinentes alguns aspectos da definição da mediação social. Em síntese, conforme Jouët (1993, p. 106):

A autonomia das práticas é relativa, pois os procedimentos subjetivos não se dão em um vácuo que seria preenchido exclusivamente pela mediação do objeto técnico; eles se inscrevem na referência à sociedade global e na busca de um novo elo social.

Isto é, a abordagem focada na situação de uso não desconsidera a existência de modificações sociais em grande escala, que influenciam o uso dos objetos, tornando a agência do usuário relativa. Efetivamente, as práticas comunicacionais tenderam a uma personalização e impactaram as subjetividades, mediadas pela técnica, sem terem sido mecanicamente determinadas por ela. Esse debate, ligado ao impacto subjetivo de objetos tecnológicos, permanece atual, ainda que não necessariamente gire mais em torno da problemática da posse de microcomputadores ou da participação anônima em *chats*.

Jouët parece adiantar, em um contexto técnico diferente, outra questão contemporânea ligada à mediação sociotécnica, situada no que Flichy chamaria de mundo técnico. Tratando ainda de uma informática pouco desenvolvida, a autora discute o prazer do programador em formar uma relação subjetiva com a máquina. Assim, “na interação homem-máquina a técnica é, portanto, o único referente que preenche a função de espelho da atividade mental do programador” (JOUËT, 1993, p. 108). Com o advento da análise de dados contemporânea e as técnicas de *machine learning* e, posteriormente, *deep learning*, poderia se falar então do prazer de programar não só um espelho da própria atividade mental, mas uma réplica. A própria terminologia da área de Ciência dos Dados, com termos como “redes neurais” e “neurônios artificiais”, demonstra esse fenômeno. O apontamento da autora sobre a conexão subjetiva entre produtor e máquina, sobretudo se levarmos em conta a centralidade da Ciência dos Dados enquanto forma de conhecimento e intervenção na realidade, remete à necessidade apontada por Flichy de estudar os atores humanos do mundo técnico. Se o prazer em replicar o cérebro é relevante para o processo de produção de tecnologia, os seus impactos no objeto devem ser examinados.

No outro lado da dupla-mediação, o do usuário, Jouët fornece outro aporte que ainda pode fomentar novas questões, o estudo dos discursos sobre a própria prática do uso da tecnologia. Os discursos demonstram as expectativas e decepções em relação ao objeto, e revelam o valor simbólico subjacente às práticas. Talvez mais importante do que esses aspectos, “os discursos dos usuários evidenciam a separação das referências entre, de um lado, a adesão aos valores da ideologia técnica e, de outro, a persistência dos valores tradicionais do humanismo ocidental” (JOUËT, 1993, p. 113). Essa ambivalência ainda pode ser observada no discurso do senso comum sobre a própria prática na internet, que evoca muitas vezes uma satisfação na comunicação e informação, mas também um julgamento moral ao suposto isolamento dos que estão em copresença.

4. Antonio Casilli: apresentação de si e elos online

Em *Les Liasons numériques* (2010), Antonio Casilli utiliza metodologia qualitativa mista, tanto no ambiente digital quanto fora dele, para mapear diversas formas de sociabilidade que passam pela internet. Sua perspectiva nega a ideia do digital como um mundo apartado, apostando nas continuidades entre as ligações presenciais e virtuais para compreender as relações que emergem de tecnologias de comunicação digital. Para ele, é central a apresentação de si, ligada ao corpo, que influencia a posição na rede. No capítulo “La force des liens numériques”, o autor volta-se para o tema do elo social, já apontado por Jouët como um dos eixos principais da Sociologia dos Usos (2000). A partir de diversos exemplos, constrói sua argumentação sobre a reconfiguração das relações sociais, a qual não implica sua destruição. Trata-se de um estudo entre os dois extremos “(...) entre o isolamento agonizante e a coletivização forçada da identidade e das informações privadas” (CASILLI, 2013, p. 229).

A não neutralidade das tecnologias é o seu ponto de partida, e os comportamentos próprios das redes, seu objeto. Por vezes, trata de grupos muito específicos de usuários, em uma maneira mais típica da Sociologia dos Usos, como os *otakus*. Seu projeto, contudo, é mais amplo do que os estudos de caso em

pequena escala, considerando que “a web promove novas maneiras de viver em sociedade cujos impactos, dada a onipresença das redes, terminam por ir além dos meios dos usuários e por se tornar uma marca de nossa época” (CASILLI, 2013, p. 230-231). Há, portanto, uma generalização de novas sociabilidades, não restritas a comunidades autocontidas.

Já vimos que, na Sociologia dos Usos, a priorização de grupos específicos era condizente com a metodologia qualitativa. No entanto, é necessário ir além, buscando compreender como características presentes nesses nichos participam de um processo mais amplo de novas sociabilidades construídas sem barreira clara entre o *offline* e o *online*. Casilli defende a aplicação de novas metodologias para o estudo da internet. Reconhece que no início da produção científica sobre o tema, as abordagens microssociológicas foram privilegiadas, sobretudo na Sociologia dos Usos. No entanto, este seria o momento de utilizar métodos experimentais, acessando assim aspectos estruturais da rede e padrões de comportamento de usuários.

Um dos interesses do autor é compreender o que caracteriza a presença no mundo digital, sobretudo no que diz respeito à aparição do corpo. Para tal, cria uma categorização em três formas que seriam utilizadas para a apresentação física: monodimensional, bidimensional e tridimensional. A primeira utiliza apenas textos e *emoticons*, geralmente composta apenas por um nome ou codinome, a partir do qual é possível inferir algumas características. A segunda comporta mais texto, algumas imagens e informações complementares. A terceira e menos comum é habitualmente restrita a pequenas comunidades, nas quais se constrói um personagem completo e customizado. Essa categorização, por si só, não é uma grande inovação em termos de instrumentos para se analisar as redes sociais, dado que os avatares tridimensionais se restringem a situações pouco cotidianas, e o desenvolvimento dos aplicativos e redes sociais alterou as possibilidades das bidimensionais. Seu valor, no entanto, está no fato de colocar no cerne da questão a necessidade de uma presença corpórea digital.

Essa presença, ligada à identidade, é relevante para outro interesse do autor, a questão do que configura ou não aumento no capital social nas redes sociais. Para compreender a reorganização desses elos, Casilli importa noções da Teoria de Redes, avaliando a importância das conexões de *bridging* e *bonding*. Apresenta então um esquema que une os tradicionais grupos sociais homofílicos e as conexões abertas entre pontos desses grupos. Para ele, o diferencial da internet é abrir os grupos sociais, que deixam de ser isolados sem deixar de existir. Dessa forma, a noção de estar bem conectado enquanto estratégia dos usuários se afasta da dicotomia entre ter fortes relações com seu núcleo próximo e ter um grande volume de relações fracas com pessoas distantes. Essas foram frequentemente apresentadas como as duas únicas possibilidades de organização social, levando a crer que, se a internet não favorecia a primeira, seria necessariamente uma passagem para a segunda. Entretanto, o que se demonstra é a força dos elos frágeis, noção importada de Granovetter (1973), ou, em outras palavras, “o que conta é estar ligado a pessoas fáceis de serem acessadas, que por sua vez tenham uma grande facilidade em acessar outras” (CASILLI, 2013, p. 257). Mais importante do que a quantidade de amigos ou o nível de proximidade com eles é a conexão com indivíduos que fazem pontes com outros grupos sociais.

A conclusão central de sua análise, desenvolvida a partir de experimento social realizado pelo próprio autor no Facebook (CASILLI, 2012), é a importância da construção coletiva da identidade. O usuário escolhe informações que, colocadas no seu perfil, geram o coletivo de amigos. Reciprocamente, alimentado pelas reações do coletivo, o usuário é levado a realizar alterações no seu perfil, então “podemos qualificar essa dupla influência de ‘coevolução’: a estrutura das redes se adapta aos membros e os membros se adaptam às mudanças da estrutura” (CASILLI, 2012, p. 29). A presença do corpo *online* é parte de um processo de construção identitário com *feedback* do grupo de amigos, que é, por sua vez, determinante para o capital social a ser adquirido na rede social. Desde a realização de sua pesquisa, a estrutura das redes sociais sofreu fortes modificações, enfraquecendo a linearidade entre a publicação de conteúdo e a reação a ele. Essa mudança está inclusive ligada ao uso de algoritmos, que inserem outros atores não estudados por Casilli no sucesso ou não de um perfil de usuário, para além dos elos fracos.

5. Dominique Cardon e o poder dos algoritmos

Dominique Cardon aborda em sua obra diversas questões ligadas ao avanço das tecnologias digitais. A partir de 2000, estudou diferentes usos da internet e, desde 2010, seus trabalhos se concentram no tema dos algoritmos enquanto mecanismos e vetores de mudança social, em um esforço de conceptualização e tipificação dessa área específica. Aqui trataremos de um recorte: a sua reflexão sobre o poder dos algoritmos. Sua contribuição pode ser vista como uma forma alternativa de adentrar o objeto, como sugeriu Flichy, para estudar o quadro de funcionamento. No entanto, as abordagens do que seria esse adentramento se diferenciam porque, ainda que a perspectiva de Flichy trate brevemente da arquitetura dos objetos, ela continua sendo essencialmente focada no mundo social da concepção e manutenção da tecnologia,

de forma que o algoritmo, em si mesmo, seria apenas um reflexo das estratégias dos atores, um instrumento transparente, uma corrente de transmissão das intenções de seus proprietários. Essa concepção ingênua do funcionamento das entidades técnicas contribui para apagar o papel da mediação e da tradução dos instrumentos calculadores – Bruno Latour qualifica de ‘pensamento duplo-clique’ essa maneira tão frequente de invisibilizar as mediações técnicas. (CARDON, 2018, p. 67).

Cardon não reduz o papel do algoritmo a um veículo dos desejos de seus criadores porque identifica efeitos inesperados decorrentes da racionalidade fria do cálculo. Isso se dá porque os algoritmos seguem regras de procedimentos, e não substanciais ligadas aos objetivos, e seguir o procedimento proposto pode levar a consequências substantivas inesperadas. Essa tensão entre a interpretação do resultado efetivo da aplicação dos algoritmos e a intencionalidade da programação é o que fomenta os questionamentos frequentes sobre a validade e ética da utilização dos mesmos. O autor enfatiza a necessidade dos estudos em ciências sociais, aliados a reivindicações de caráter político, que abordem o poder dos algoritmos como força relevante para a sociabilidade contemporânea.

No sentido de realizar uma crítica sólida à algoritmização, é preciso diferenciar a demanda por transparência da demanda por neutralidade. Esta última é impossível de ser atendida, dada a própria natureza do papel do algoritmo, de classificar dados. Ele não pode ser neutro porque o seu objetivo é impactar informações. Dada essa diferenciação, o autor identifica duas questões que tornam o tema do algoritmo um dilema público: “a primeira é saber se o efeito causado é uma consequência que podemos imputar a uma decisão explícita dos conceptores da plataforma ou não. A segunda é saber se o efeito é ou não observável pelos utilizadores do serviço” (CARDON, 2018, p. 69).

Esses dois questionamentos se desdobram em quatro possíveis situações que combinam a presença ou ausência de intencionalidade e a possibilidade ou não de identificar as consequências por parte do usuário. Os primeiros são os antecipados pela plataforma e identificados pelo usuário, os mais transparentes, criticados de acordo com o julgamento da legitimidade dos efeitos que os produtores buscam. Os segundos, não antecipados, mas identificáveis, são os efeitos inesperados, evidência da existência de uma mediação técnica própria da máquina. Os terceiros, antecipados e não identificáveis, são o princípio do questionamento ético sobre o uso dos algoritmos, em que os usuários e o senso comum começam a perceber uma manipulação voluntária e escondida de suas práticas, muitas vezes reagindo com indignação. A última combinação é a de efeitos não antecipados pela plataforma e não identificados pelos usuários. Segundo o autor, esses têm tendência a aumentar com o crescimento do volume de tratamento de dados e “posto que os algoritmos formam seus modelos a partir dos dados que nossas sociedades lhes fornecem, as distribuições, as desigualdades e as discriminações do mundo social são automaticamente reconduzidas nas previsões das calculadoras” (CARDON, 2018, p. 72).

Essa percepção pode se relacionar à ideia de Jouët de que não só os processos macrossociais influenciam o desenvolvimento e a busca pelas tecnologias, mas também que a inserção dessas tecnologias influencia os processos macrossociais. O fato de se basearem no passado para preverem – e, talvez, produzirem – o futuro faz dos algoritmos atores na reprodução das desigualdades do mundo social em termos substanciais, que foram aprendidas a partir dos procedimentos informáticos. Em sua análise do poder dos algoritmos, Cardon focaliza a ação do algoritmo em si, que foi informada por atores humanos do mundo técnico, imputando valores sociais que são reproduzidos. Simultaneamente, a natureza do desenvolvimento da tecnologia gera a autonomia relativa dos algoritmos, como evidenciado pelos efeitos inesperados. Esse último aspecto é o grande diferencial da teoria do autor, dado que esses efeitos não podem ser atribuídos a valores dos conceptores, dos usuários, nem da mediação dos dois.

6. Conclusão

A partir da leitura de Jouët, Flichy, Casilli e Cardon, podemos perceber como o pensamento francês sobre tecnologia tem muito a acrescentar em conteúdo e acúmulo teórico à pesquisa nacional. Ainda que a falta de tradução desses autores seja uma óbvia barreira, uma aproximação às ideias através da leitura das obras poderia complementar muitas das nossas reflexões acadêmicas. A longa história dos estudos sobre tecnologias de informação e comunicação com relativa valorização na França possibilitou

não só a análise de objetos tecnológicos de diversos tempos históricos, mas sobretudo um processo de autocrítica teórico e metodológico que permitiu a proliferação de abordagens.

A Sociologia dos Usos permanece sendo um quadro interessante para compreender os usos individuais e coletivos em pequenas escalas. Esse formato de pesquisa é adequado para a criação de dados sobre o uso de novas tecnologias de forma qualitativa, sem grandes empreendimentos em termos de inovação metodológica. É necessário, no entanto, atentar para a advertência de Casilli de que as transformações na sociabilidade vão além de comunidades, afetando a sociedade como um todo. A perspectiva em tempo histórico de Flichy, por sua vez, tem o mérito de tratar mais precisamente da técnica e seu mundo. Na grande quantidade de atores considerados reside, no entanto, sua qualidade e impedimento metodológico. Tal ambição encontra dificuldades práticas para a pesquisa empírica.

Antonio Casilli, por outro lado, confronta as limitações da Sociologia dos Usos e da noção histórica, propondo que novos métodos sejam usados para novas tecnologias. Sua conexão com a Teoria das Redes amplia a compreensão das conexões entre humanos dentro da internet e a partir dela. Nesse sentido, pode-se dizer que é também uma perspectiva focada no lado do uso e dos usuários, ainda que com outra ênfase. Dominique Cardon realizou, no estudo da técnica digital, importantes avanços em relação a Flichy. Seu foco no objeto em si, com relativa autonomia quanto ao próprio processo de criação, abre as portas para debates mais amplos sobre dispositivos informáticos que vão além dos algoritmos. A observação de Jouët sobre a relação entre programador e objeto pode ser frutífera para a reflexão sobre os dispositivos, apontando para os elos subjetivos com os cálculos, centrais para Cardon. Dessa forma, os quatro autores aqui tratados abrem caminhos diversos para pesquisas na área de ciências sociais da tecnologia. 🌐

NOTAS

*A autora, à época da submissão, cursava o 8º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: soterteresa@gmail.com.

REFERÊNCIAS

AKRICH, M. The De-Description of Technological Objects. Shaping Technology/Building Society. **Studies in Technological Change**. 2000, p. 205-225.

CARDON, D. Le pouvoir des algorithmes. **Pouvoirs**, n. 164, 2018, p. 63-73.

CASILLI, A. Être présent en ligne: culture et structure des réseaux sociaux d'Internet. **Idées économiques et sociales**, Futuroscope, v. 169, n. 1, 2012, p. 16-29.

CASILLI, A. **Les liaisons numériques. Vers une nouvelle sociabilité ?** Paris: Seuil, 2010.

FLICHY, P. Technique, usage et représentations. **Réseaux**, Paris, v. 148-149, n. 2, 2008, p. 147-174.

FLICHY, P. **L'innovation technique. Récents développements en sciences sociales. Vers une nouvelle théorie de l'innovation**. Paris: La Découverte, 2003.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, n. 78, p. 1360-1380, 1973.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba/Edusc, 2012.

JOUËT, J. Des usages de la télématique aux Internet Studies. **Communiquer à l'ère numérique**. Paris: Presse des Mines, 2011.

JOUËT, J. Retour critique sur la sociologie des usages. **Réseaux**, Paris, v. 100, n. 2, 2000, p. 487-521.

JOUËT, J. Pratiques de communication et figures de la médiation. **Réseaux**, Paris, v. 11, n. 60, 1993, p. 99-120.

MIÈGE, B. *et al.* **Operações de mediação das máscaras da convergência às críticas ao tecnodeterminismo**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016.

Recebido em 07/08/2018

Aprovado em 05/01/2019

“ARENAS FEMINISTAS”: TENSÕES NO ENCONTRO DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE

"FEMINIST ARENAS": TENSIONS AT THE MEETING OF WOMEN STUDENTS FROM NATIONAL UNION OF STUDENTS

*Hyldalice de Andrade**

Cite este artigo: ANDRADE, Hyldalice de. “Arenas feministas”: tensões no Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 21-33, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: O Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes, EME da UNE, surgiu em 2005 como fórum de debate e fortalecimento dos feminismos nas universidades. Por meio da observação participante realizada nas VI e VII edições, ocorridas em maio de 2015 em Curitiba e março de 2016 em Niterói, observei que este espaço, considerado o “mais saudável” da UNE, é permeado por conflitos, onde, devido ao seu caráter “auto-organizado por mulheres”, a identidade de gênero emerge como problema. Analisar as tensões entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes, particularmente relativas às suas concepções divergentes sobre gênero, constitui o objetivo deste trabalho.

Palavras-chave: Feminismos; Movimento estudantil; EME da UNE; Gênero; Transfobia.

Abstract: The *Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes (EME da UNE)* [the Meeting of Students Women from National Union of Students] appeared in 2005 as a forum for debates and strengthening of feminisms in universities. Through the participant observation realized in the VI and VII editions, held in May 2015 in Curitiba and March 2016 in Niterói, I noticed that this space, considered the “healthiest” from National Union of Students, is permeated by conflicts where, due to its character “self-organized by women”, the gender identity emerges as a problem. Analyze the tensions between trans-inclusive and trans-excludents feminists is the objective from this work.

Key words: feminisms; student movement; EME da UNE; gender; transphobia.

Neste trabalho, exploro algumas questões resultantes da investigação sobre o que designo por feminismo universitário e suas estratégias políticas de “combate ao machismo” [1]. A presença dos feminismos em ambientes universitários não é uma novidade, mas, em contexto recente, estudantes autoidentificadas como feministas foram incitadas – e incitantes – em um processo de reorganização e mobilização dos feminismos na esfera pública e os espaços universitários, especialmente do

3[1] Neste trabalho, termos e expressões tomadas em seu sentido êmico estão destacadas entre aspas. Utilizei itálico para marcar palavras em língua estrangeira e distinguir o emprego de conceitos e noções desenvolvidas por outras autoras e autores.

movimento estudantil, passaram a configurar pontos de articulação onde se encontram e atuam diversos *campos feministas* (ALVAREZ, 2014). Neste cenário, que se intensificou no início da década de 2010, sobretudo marcado pela efervescência das grandes manifestações de Junho de 2013, a ascensão dos feminismos, do movimento negro e LGBT no ambiente universitário é representada pela categoria do “combate às opressões”. A organização desses grupos marcados pela diferença de gênero, raça e orientação sexual vem acompanhada de uma proliferação de denúncias de “casos” de violência e discriminação contra esses sujeitos no ambiente acadêmico e do movimento estudantil, em torno dos quais se organizam e mobilizam diversos “coletivos”. Dentre as formas pelas quais o feminismo universitário se organiza, analiso a “auto-organização” como forma de construção de “espaços seguros” para mulheres. O Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes, EME da UNE, constitui-se como um desses espaços, o qual me parece garantir acesso privilegiado à observação das questões acerca da “auto-organização”.

Esse estudo se realizou a partir de minha posição no campo enquanto militante feminista, isto é, a análise que aqui apresento é, em grande medida, resultante do tipo específico de relação que estabeleci com as pessoas que compõem esse universo. Nesse sentido, minha realização do trabalho de campo pode ser compreendida a partir daquilo que propõe Favret-Saada (1990) com a noção do *ser afetado* ao repensar o lugar dos afetos no fazer antropológico, especialmente no uso da técnica da observação participante. De acordo com essa proposta metodológica, ao evitarmos qualquer envolvimento com nossos objetos de estudo, limitamos as possibilidades de relação com os sujeitos envolvidos nos fenômenos que buscamos compreender e, portanto, a densidade das informações que necessitamos acessar. Desse modo, a proposta de se deixar *ser afetado* – isto é, de tomar a participação na realidade investigada como um meio de produção de conhecimento – reconhece que não há posições neutras nas relações que construímos com os sujeitos da pesquisa. Todo posicionamento, seja ele mais distanciado ou aproximado, interfere nos rumos de uma investigação. A busca pela objetividade do conhecimento, então, não precisa ser realizada através da dissimulação no texto da posição que o pesquisador ocupou no percurso da pesquisa etnográfica.

Assim sendo, reafirmo que minha posição enquanto militante do movimento estudantil e feminista, organizada em um “coletivo”, foi crucial para a realização desta pesquisa [2]. Ela teve início em maio de 2015, quando realizei trabalho de campo no VI EME da UNE, que ocorreu na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Curitiba. No mês de março do ano seguinte, dei continuidade ao trabalho de campo na VII edição do encontro, realizada em Niterói, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Para além dos encontros, outros eventos organizados pelo feminismo universitário foram tomados como objetos de observação no Rio de Janeiro, tais como assembleias, reuniões e atos públicos. Também, um conjunto extenso de materiais coletados da internet conformou

4[2]É importante ressaltar que esta posição não deve ser entendida como estática. Ao longo desse estudo, minha posição, sempre marcada pela pesquisa e pela militância, transitou entre uma atuação mais engajada no cotidiano do movimento, enquanto “militante organizada” – que marcou o período inicial da investigação – e uma atuação mais pontual, enquanto “militante independente” – que caracterizou minha participação na última edição do encontro em que realizei trabalho de campo, a qual não será tematizada neste artigo. Esse deslocamento me permitiu refletir sobre essas diferentes modalidades de engajamento, suas continuidades e descontinuidades.

o objeto de estudo, entre os quais se incluíram relatos públicos, notas e moções de repúdio, além da observação de interações via redes sociais como *Facebook* e *Whatsapp*.

Neste estudo, busco compreender os EMEs como *situações sociais* (GLUCKMAN, 1958), examinando as maneiras como organizações políticas e participantes se manifestam diante dos “casos”. No contexto do movimento estudantil e feminista universitário, “caso” é a forma política assumida por acontecimentos indexados segundo tipos de opressão social, tais como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Portanto, um “caso” se constrói a partir da denúncia de um episódio de violência, geralmente publicada em redes sociais na forma de notas de repúdio ou relatos pessoais, ou ainda, narrada em espaços presenciais de reuniões, assembleias, em conversas informais, dentre outros eventos do cotidiano acadêmico e militante da universidade. Frequentemente, em vista dos efeitos e das reações que a exposição dos sujeitos envolvidos pode acarretar, nas denúncias públicas, as identidades são preservadas, predominando a lógica da “política do boca em boca”: os “casos” viram assunto e, circulando como boato, as pessoas envolvidas são identificadas. A partir do momento em que se torna público, um “caso” divide opiniões: sobre a interpretação da violência, sobre o que ou quem é responsável pela violência, sobre a legitimidade da própria denúncia e da vítima. Assim, as múltiplas narrativas sobre o “caso” ensejam polêmicas e disputas, o que contribui para que se prolongue no tempo – particularmente, no ambiente das tensões políticas do movimento estudantil, tais disputas adquirem mais fôlego quando o “caso” envolve militantes. Assim, um “caso” é compreendido como um episódio que forçosamente envolve uma violência, em que há vítimas, agressores e demandas por soluções expressas em pedidos de reparação, punição e/ou conciliação.

A partir da compreensão de que *cada caso não é um caso* (FONSECA, 1999) e considerando a centralidade que assumem no contexto investigado, julgo que através da análise de um “caso” seja possível compreender como os sujeitos que compõem o feminismo universitário se relacionam a partir do conflito e da violência. Assim, a análise desses eventos particulares configura um método bastante eficaz para examinar as questões que busco enfatizar nesse trabalho. Primeiro, apresento brevemente o surgimento do EME da UNE e sua dinâmica enquanto um “espaço seguro” e “auto-organizado por mulheres”. Em seguida, abordo uma das principais tensões que se manifestam no EME: a divergência existente entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes no que diz respeito às noções de gênero, sexo e ao lugar que o corpo ocupa na compreensão dessas categorias. Por fim, analiso um “caso de transfobia” ocorrido na VI edição do encontro – também suas repercussões na edição seguinte – e discuto a relação deste “caso” com o modo como atuam feministas jovens em relação à construção da identidade de mulher e as disputas que se desenrolam em torno do sujeito político do movimento.

1. Feminismo e movimento estudantil: o EME da UNE

A origem da organização feminista no interior da UNE remete aos anos 1990, no entanto foi marcada por uma série de descontinuidades. Em sua tese de doutorado sobre a rearticulação do movimento estudantil no início dos anos 2000 em torno de pautas relacionadas aos temas da cultura e da identidade, Mesquita (2006) aborda as dificuldades que surgiram em meio à institucionalização do movimento feminista na entidade e a escassez de registros desse período. O autor discute o processo

ocorrido ao longo da primeira década dos anos 2000, em que as mulheres atuantes na UNE reagiram ao machismo presente nos espaços do movimento estudantil e abriram terreno para as discussões feministas na entidade. Nesse contexto, surge o EME da UNE, um fórum que propõe discutir as pautas feministas, principalmente as específicas das mulheres estudantes, fortalecendo-as no ambiente do movimento estudantil e das universidades. Em 2005, ocorreu a primeira edição do encontro em São Paulo, que reuniu cerca de 200 estudantes e foi importante para a criação de diversos “coletivos de mulheres” universitários. Desde então, os encontros vêm crescendo em número de participantes e temáticas alcançadas. Em sua VII edição, contou com cerca de 3000 participantes; calcula-se que a VI teve em torno de 800. O caráter “auto-organizado” é afirmado desde a sua primeira edição como uma necessidade das mulheres de possuírem um espaço próprio para discussão de suas pautas, isto é, a produção de um espaço que não seria atravessado pelas hierarquias existentes entre homens e mulheres. Nesse sentido, frequentemente, os espaços “auto-organizados” são referidos como “espaços seguros”. Entretanto, se, por um lado, a “auto-organização” pretende solucionar provisoriamente a hierarquia entre homens e mulheres no movimento estudantil, por outro, revela as hierarquias existentes entre mulheres na sua imensa diversidade.

A dinâmica política do EME é relativamente diferente de outros espaços da UNE. Esta é formada por diversas organizações políticas de juventude segmentadas pelos campos políticos: “majoritário”, “popular” e “oposição de esquerda”. Esta configuração em campos políticos é extremamente relevante, por exemplo, para o Congresso da UNE (CONUNE), evento decisivo para os rumos da entidade, em que há eleição de delegados, votação e disputa de cargos. Por outro lado, o EME não é um espaço de caráter deliberativo e, embora estes campos se mantenham delineados, não há uma disputa relativa à institucionalidade da UNE, as resoluções, campanhas, moções e cartas do encontro são construídas por meio do “consenso progressivo” [3]. Esta diferença fundamental entre o CONUNE e o EME provavelmente foi central para a percepção de muitas de suas militantes de que esse seria um espaço “mais saudável” em relação ao primeiro. Assim, as disputas travadas no EME não ocorrem em torno da competição por votos: são diluídas, estão presentes em cada canto do encontro e se dão principalmente em torno dos diferentes *campos feministas* e suas distintas concepções, principalmente acerca do machismo e suas origens, do gênero, do sexo e da sexualidade. Sobretudo nas últimas edições do encontro, em que o EME cresceu em número de participantes, há um acirramento dessas disputas, nas quais se incluem as “feministas radicais” e “independentes”. De modo geral, o evento é composto por jovens feministas e, nos últimos anos, vem se consolidando como o principal espaço de encontro do feminismo universitário no Brasil.

Há uma estrutura comum à programação das edições do encontro, que ocorrem durante um fim de semana, tendo início numa sexta-feira e se encerrando no domingo. Na sexta-feira, delegações de diversos estados chegam ao EME e se inicia o credenciamento: ao som das “batucadas

5[3] Em oposição à votação da maioria, o consenso progressivo é uma metodologia colaborativa de tomada de decisões, fundamentada nos ideais de horizontalidade, cooperação e unidade (no lugar de unanimidade), em que as propostas são construídas de forma processual e coletiva.

feministas” [4], armam-se as barracas, estendem-se as bandeiras, o espaço vai sendo ornamentado por artefatos e corpos políticos, dividindo-se pelas organizações e pelos vários *campos feministas*. As faixas, bandeiras e estandartes de diferentes organizações demarcam os espaços do encontro, sobretudo do alojamento, que se segmenta pelos diferentes campos que compõem a UNE. Cartazes, pôsteres de lambe-lambe e grafites afirmam o espaço do encontro como um “território livre de machismo”, como um ensaio da sociedade almejada. Para o início da noite, há programada uma mesa de debate, em que artistas, acadêmicas e lideranças políticas são convidadas a discutirem a conjuntura social, política e econômica. Esse planejamento das atividades muitas vezes é atrasado, o que abre espaço para a “agitação”, em que palavras de ordem são entoadas, algumas em unidade, outras polarizando, polemizando, criando tensões [5]. Há um clima de torcida organizada entre os campos políticos, que é particular dos espaços da UNE: criam-se paródias musicais que denunciam práticas julgadas incoerentes de determinado campo ou mais especificamente de determinada organização. Após o debate, acontece a primeira “cultural” [6], que encerra a programação do primeiro dia de encontro.

No sábado, durante a manhã, ocorrem algumas mesas em que se debatem temas específicos do movimento e, após o almoço, ocorrem os grupos de discussão, que desde a VII edição do encontro são referidos como “arenas feministas”. Os grupos de discussão abrangem um conjunto diverso de temas e pautas feministas e, dependendo do conteúdo debatido, os espaços podem se configurar de maneira bastante diferente entre si. Nas referidas edições, acompanhei o grupo de discussão sobre legalização do aborto e a “arena feminista” LBT, cuja temática é centrada nas questões relativas a lésbicas, bissexuais e trans. O primeiro se configurou como um “espaço de acolhimento”, em que foram relatados diversos episódios de aborto clandestino e os efeitos da criminalização. O segundo, a “arena” LBT, foi um espaço de intensas disputas em torno de diferentes concepções de gênero e sexo, o que será desenvolvido mais adiante. No segundo dia do encontro, os grupos de discussão ocupam grande parte da programação, estendendo-se por toda a tarde e, após a janta, acontece a segunda e última “cultural” do EME. No domingo, há a plenária final, em que são encaminhados os documentos construídos ao longo do evento, inicia-se pela manhã e se estende durante o período da tarde, momento em que as delegações se preparam para partir.

O EME da UNE pode ser percebido como uma expressão da “complexa formação política” que Sonia Alvarez afirma ser o feminismo atual. Nas palavras da autora: “As chamadas ‘feministas jovens’, então, são de fato atorras extremamente heterogêneas, abarcando todas as pluralidades, contradições e conflitos que caracterizam o campo feminista mais amplo” (2014, p. 41). No encontro se reúnem participantes que constroem sua militância feminista a partir de diferentes espaços políticos, tais

6[4] Grupos de percussão formados pelas organizações políticas, que, em sua maioria, utilizam materiais reciclados para produção de seus instrumentos.

7[5] Um exemplo de palavra de ordem unificada foi o grito uníssono de “Fora Cunha”, em referência ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, autor do PL5069 que dificulta o acesso ao aborto em casos de estupro. Por outro lado, evidenciando polêmicas do movimento estudantil, organizações de oposição à União da Juventude Socialista (PCdoB) tensionavam cantando: “Ai ai ai ai/ mas que horror/ a UJS filiou estuprador”.

8[6] No contexto dos encontros do movimento estudantil, forma como são referidas as festas, geralmente com atrações e performances politizadas.

como partidos políticos de esquerda, “coletivos de juventude” e “coletivos de mulheres” – as chamadas “militantes organizadas”. Há também aquelas que identificam sua atuação como “autônoma”, as quais não teriam relação com nenhuma organização política, as “militantes independentes”. É importante ressaltar a fluidez característica desses distintos modos de identificação da atuação política – “militantes organizadas” em partidos políticos também podem atuar em “coletivos de juventude” ou em “coletivos de mulheres”, além disso, a identidade de “militante independente” pode ser acionada por participantes que são “organizadas” em “coletivos”, mas não são filiadas a partidos políticos. Esses diferentes modos de atuação se relacionam a diversos *campos feministas*, do feminismo negro e interseccional, do transfeminismo, do feminismo radical – também referido como “abolicionista” ou “materialista” – e dos feminismos de vertentes marxistas. Nesse cenário múltiplo de discursos e práticas, uma série de conflitos emerge. Neste trabalho, pretendo analisar apenas um deles, o que chamo de conflito entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes.

2. Quem cabe na “auto-organização” do EME?

“O Encontro de Mulheres Estudantes da UNE é auto-organizado, ou seja, homens não participam”. Esta é a frase empregada, tanto pela organização do EME, quanto pela maioria de suas participantes, para responder às solicitações de homens cis [7] que desejam participar do encontro. Aparentemente coesa, esta resposta parece solucionar a questão, contudo, da maneira como está formulada, suscita brechas e produz arenas. A “auto-organização” do EME, isto é, a circunscrição do evento apenas às mulheres coloca em questão os próprios limites do que constitui mulheres e feminismo: quem são essas mulheres e em nome de quem o feminismo se movimenta? Em torno de tais questões, velhos dilemas são atualizados. Divergentes concepções sobre gênero, sexo e mulher são mobilizadas em disputas entre feministas que defendem a participação de pessoas trans [8], as quais me refiro como trans-inclusivas, e feministas que se opõem, as trans-excludentes. Na defesa da exclusividade das mulheres cis à participação do evento, acionam-se diferentes argumentos que reproduzem violências e, não raro, reforçam estereótipos de gênero, os quais se pretende combater.

Basicamente, quando afirmo que há uma disputa entre concepções de gênero divergentes, refiro-me à chamada concepção “abolicionista”, ou “materialista”, do gênero, associada ao feminismo radical, e as contribuições dos estudos *queer*, geralmente acionadas pelos feminismos negro e interseccional e pelo transfeminismo. A perspectiva “abolicionista” se baseia em uma noção de gênero entendida enquanto um sistema de crenças que classifica pessoas segundo o sexo e que pressupõe a subordinação das mulheres pelos homens. Aqui, há uma separação entre sexo e gênero, onde o sexo é compreendido como pré-discursivo e determinante para a produção social do gênero. Essa formulação em que o gênero descreve o que é socialmente construído em oposição ao sexo, que seria definido pela natureza, foi predominante no pensamento feminista entre as décadas de 1960 e 1970, especialmente

9[7] A categoria cis ou cisgênero emerge dos estudos transfeministas para designar as identidades de gênero que se expressam de acordo com a norma, em conformidade com o sexo designado no nascimento. A dicotomia cis/trans contribui para a problematização do discurso que concebe pessoas trans como o “outro”, constituídas em relação à cisnormatividade.

10[8] Utilizo a categoria pessoas trans como englobante dos sujeitos que, de múltiplas formas, expressam sua identidade de gênero em desacordo com o sexo que lhes foi atribuído ao nascerem.

entre as teóricas do feminismo radical (NICHOLSON, 1999). Segundo essa perspectiva, a origem e a manutenção da subordinação das mulheres se encontram em sua biologia. De acordo com Jeffreys (2014), uma autora contemporânea que se vale dessa noção de gênero, as mulheres são subordinadas enquanto integrantes de uma *casta sexual* de status inferior. Neste sentido, não se admite o conceito de identidade de gênero e transgeneridade, interpretados como uma forma de ampliar aquilo que se pretende abolir: o gênero.

Em contraposição, os estudos *queer*, que se destacam a partir dos anos 1980 – e que se valem das teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas – empregam a desconstrução das categorias do *sujeito*, como é o caso do *sujeito feminino*, afirmando o caráter instável e indeterminado das identidades sexuais e de gênero. Desse modo, as formulações desconstrucionistas do gênero descrevem como a construção social da distinção masculino/feminino também define as maneiras como o corpo é interpretado, ou seja, como o sexo é ele mesmo uma construção social. Assim, colocam-se de forma crítica à estrutura binária que estabelece dois sexos e dois gêneros, contestando o caráter naturalizado do sexo. Segundo Butler (1990a), sendo contestável o caráter fixo e substantivo do sexo, podemos, então, considerá-lo tão socialmente produzido quanto o gênero e, assim, a distinção entre ambos se revela absolutamente nula. Logo, não há uma base biológica de onde o gênero é determinado, ambos estão implicados em discursos e relações de poder. Se não há uma essência determinante do gênero, é possível concebermos que as possibilidades de sua expressão estarão sempre em aberto. Disso decorre o conceito de identidade de gênero que se refere à forma pela qual os sujeitos autodefinem seu gênero, o que não necessariamente possui uma relação de continuidade com o corpo, a expressão de gênero e o desejo.

A polarização do debate em torno das categorias de sexo, gênero e mulher remete às tensões que permeiam o desenvolvimento do pensamento feminista, elaborado na interação entre academia e movimento social. O percurso do conceito de gênero, sobretudo seus deslocamentos teóricos e políticos, é analisado por Piscitelli (2002). A autora discute como as formulações desconstrucionistas do gênero, apesar de seguirem alguns pressupostos das teorias desenvolvidas em torno da categoria mulher, são criticadas por não preencherem certos critérios da ação política – isto é, por desestabilizarem a categoria mulher através da qual o movimento feminista se mobiliza. Por outro lado, também analisa a autora, tais discussões sobre o gênero avançaram no sentido de desnaturalizar radicalmente a diferença sexual e complexificar as diversas configurações por meio das quais o poder opera de modo difuso, e a produção de diferenças e desigualdades, que são múltiplas e interseccionadas. Desse modo, elas ampliariam a compreensão das relações de poder para além da ideia de um sistema universal de subordinação das mulheres expressa pela categoria do patriarcado. Além disso, representariam um avanço significativo ao permitir analisar como a produção da diferença sexual se intersecciona à construção discursiva de outras diferenças, tais como de raça e classe.

O conflito entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes dramatiza essa tensão que marca o pensamento feminista. Por um lado, as categorias mulher, sexo e gênero, do modo como são mobilizadas pelas feministas trans-excludentes, sustentam-se em um *fundacionalismo biológico*, isto é, de acordo com Nicholson (1999), em certa concepção acerca da relação entre biologia e socialização,

a qual afirma que a construção social da distinção entre homem e mulher tem origem na diferença biológica entre os sexos. Segundo a autora, um dos problemas dessa concepção é alegar que o sexo unifica as experiências das mulheres em relação ao gênero ao passo que raça, classe e outros marcadores sociais as diferenciam. Nesse sentido, a análise da produção social de diferenças e desigualdades é realizada de modo *aditivo* e não interseccional. No que diz respeito ao gênero, esse tipo de análise, frequentemente, universaliza a experiência que é específica da distinção homem/mulher na cultura ocidental moderna – ou ainda, de certos grupos desse contexto, como, por exemplo, a experiência de mulheres brancas. Esse tipo de concepção sugere que a produção social do *ser mulher* poderia ser pensada a partir da separação de suas dimensões – de gênero, raça, classe, etc. – quando tais dimensões constroem, simultaneamente, identidades diversas.

Em contrapartida, o conceito de gênero, como é formulado pelas abordagens desconstrucionistas, produz incômodos na prática política feminista, especialmente naquela que se referencia, em alguma medida, pelo pensamento das teóricas do feminismo radical. A partir desse deslocamento teórico na compreensão do gênero – que não possui uma definição unívoca, embora suas conceituações compartilhem argumentos básicos – tornou-se difícil mobilizar sentidos únicos e estáveis acerca da mulher e do patriarcado sem promover exclusões de variadas experiências marcadas pela distinção masculino/feminino. Uma vez que tais formulações do gênero contrapõem ideias basilares do pensamento moderno ocidental (NICHOLSON, 1999; PISCITELLI, 2002) – sobre as quais se construiu muito do pensamento feminista e marxista – elas são, muitas vezes, pejorativamente tachadas como “pós-modernas”, o que é observável no movimento estudantil e feminista universitário. Em relação ao uso do termo “pós-moderno” na qualidade de acusação, Butler (1990b) argumenta que assim ele é utilizado para rotular produções acadêmicas que apresentem uma análise discursiva, crítica à noção de sujeito e a descrições sociais totalizantes. Segundo Butler, aqueles que visam deslegitimar e recusar um conjunto de críticas sob a rubrica do “pós-modernismo” buscam manter tais questões como traços não problematizáveis da política, ancorando as suas bases em fundamentos que são constituídos por meio de exclusões.

Assim as formulações desconstrucionistas do conceito de gênero são recebidas de maneira truncada pela militância. Frequentemente, mesmo entre feministas que reconhecem a identidade de gênero de pessoas trans, o gênero é evocado como uma inscrição cultural sobre o “corpo natural”, o qual remete às posições baseadas no *fundacionalismo biológico*. Embora sejam, aparentemente, predominantes na teoria feminista contemporânea, há pouca receptividade para os referenciais pós-estruturalistas na militância que busquei analisar. Por outro lado, é recorrente no feminismo universitário a utilização do termo “desconstrução” para se referir a uma forma de “combate ao machismo”. Nesse sentido, seria necessário “desconstruir o machismo” – e todas as outras formas existentes de opressão social – cotidianamente, em um caminho, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Portanto, a forma como as participantes do EME da UNE, tanto trans-inclusivas quanto trans-excludentes, compreendem gênero, sexo e mulher é marcada por ambiguidades no que diz respeito aos percursos teóricos realizados em torno dessas categoriais. A seguir, analiso situações que evidenciam esse cenário.

3. “Arenas feministas”, “espaço seguro” e a transfobia no EME

Embora o espaço do EME seja permeado pelos ideais de “liberdade” e “experiência” (LIMA, 2017), sendo percebido como uma oportunidade de experimentar uma liberdade inexistente fora dos limites do encontro, há também uma preocupação com a segurança das participantes. Essa preocupação com a integridade e proteção das participantes é revelada nas recomendações expressas pela organização do evento e por participantes como um todo: “evitem voltar tarde para o alojamento”, “não durmam fora do alojamento”, “não andem sozinhas”. Essa preocupação é acionada para a defesa da “auto-organização” como uma forma de construir o EME como um “espaço seguro”. A percepção é de que a presença de homens no encontro, além de ser problemática em relação ao fortalecimento do “protagonismo” das mulheres na política feminista, colocaria essa segurança em xeque. Essa noção de “espaço seguro” é acionada tanto por feministas trans-inclusivas quanto pelas trans-excludentes, mas o que diferencia cada uma é a concepção de quem representa um agressor em potencial. Para feministas trans-inclusivas, apenas homens cis representam uma ameaça de agressão às mulheres; para as feministas trans-excludentes, o pênis é o que constitui a ameaça.

Nesse sentido, feministas trans-inclusivas e trans-excludentes apresentam diferentes compreensões acerca da relação entre violência e gênero. Ambas vinculam a figura do “homem” ao agressor em potencial, no entanto, uma vez que mobilizam diferentes compreensões acerca do gênero, essa associação é feita de modos distintos. Esse gesto de vinculação de determinadas identidades às figuras da violência é problematizado por Sarti (2011). Ao abordar os discursos contemporâneos sobre violência, a autora destaca o caráter relacional desse fenômeno, ou seja, demonstra como vítima e agressor somente podem ser qualificados enquanto tais se forem tomados um em relação ao outro e inseridos no contexto da situação de violência. Isto significa que as figuras de vítima e agressor não podem ser compreendidas como portadoras de características de grupos específicos, uma vez que podem ser incorporadas por variados sujeitos. Desse modo, a autora problematiza os efeitos políticos da cristalização dessas figuras – entre os quais se inclui o não reconhecimento da vulnerabilidade de grupos sociais que não possuem os atributos que são socialmente circunscritos como de vítima. O “caso” analisado a seguir evidencia como determinadas características corporais adquirem centralidade na definição das figuras da violência – na situação analisada, a “buceta” é tomada por algumas como atributo da vítima, enquanto o pênis é compreendido como um traço fundamental do agressor.

Em sua VI edição, em meio à montagem das barracas, havia uma pessoa que, por suas características físicas, podia ser lida como um homem cis. Essa pessoa, que trajava roupas consideradas masculinas e tinha barba, estava se credenciando. Cochichos de “você viram que tem um homem aqui?” se espalharam pelo espaço e um clima de indignação latente se instalou. Ao longo do encontro, sua aparência foi se modificando: uma saia foi vestida, a barba foi retirada, um nome feminino foi credenciado e colocado em seu crachá – imaginemos que fosse Heloísa. É importante mencionar que Heloísa, uma jovem no início de seu processo de transição de gênero, tinha sido expulsa da casa dos pais e morava com os avós em uma cidade do interior do Paraná. Em vista do conservadorismo presente em seu círculo familiar e do alto índice de violência contra LGBTs em sua cidade, Heloísa estudava – estava no início da graduação – e trabalhava, a fim de adquirir condições para sair da casa dos avós e mudar de estado. Tais aspectos de sua história elucidam os motivos pelos

quais a participante aguardou a chegada ao “espaço seguro” do encontro para expor sua identidade de gênero.

Entretanto, a autoidentificação se demonstra insuficiente diante da eloquência do corpo em comunicar a suposta *verdade* sobre alguém. Essa questão é analisada por Rodovalho (2017) que aborda os limites da autoidentificação relativa ao gênero na constante e tensa negociação de sentidos do *ser* e do *parecer* em interações sociais entre cis e trans. Segundo a autora, a autoidentificação não é determinada unilateralmente, uma vez que ela depende da legitimação exterior ao sujeito, sobretudo do grupo com o qual se identifica. Além disso, embora considere importante para *desdemonizar* a transição, para ela, a autoidentificação se limita em reforçar a noção de que devem se explicar somente aqueles e aquelas que transcendem a norma. Sendo assim, o investimento de Heloísa na construção de sua identidade de gênero não é suficiente para que ela seja prontamente reconhecida enquanto mulher, pois está subordinada ao julgamento normativo.

No segundo dia, no grupo de discussão com temática LBT, a controvérsia em torno da utilização de banheiros femininos por mulheres trans teve centralidade no debate, sobretudo a suposta relação deste fato com o estupro de mulheres cis. A suposição era de que homens cis se travestiam para acessar o banheiro feminino e estuprar mulheres. Heloísa, que se identificava enquanto mulher trans e lésbica, e que havia sido convidada pela organização do evento para participar do grupo de discussão LBT, teve sua identidade questionada durante todo o debate. Na percepção de participantes trans-excludentes, mulheres trans estariam “roubando espaço” delas na militância e o grupo de discussão LBT – que, em princípio, deveria abrigar igualmente lésbicas, bissexuais e pessoas trans – estava sendo injustamente ocupado por “machos de saia”. Ao longo de todo o segundo dia do encontro, Heloísa foi acolhida por algumas participantes, no entanto, hostilizada e estranhada na maioria dos espaços. Nessa tentativa de acolhimento da presença de Heloísa, algumas participantes ajudaram-na a se arrumar para a “cultural” de acordo com a maneira que ela compreendia sua identidade de gênero.

Heloísa chegou à “cultural” maquiada, vestindo um macacão e acessórios considerados femininos. Feliz porque se sentia “completa”, até que foi encontrada com a maquiagem borrada. Heloísa tinha sido agredida por participantes que afirmavam que ela estaria se “apropriando de símbolos femininos”, ameaçando castrá-la. A agressão ocorreu a partir do momento em que foi observada beijando outra mulher, pois, na percepção de quem a agrediu, Heloísa representava uma ameaça àquela mulher. A expressão de seu desejo por outra mulher confirmava, para feministas trans-excludentes, a suposição de que Heloísa era um “homem travestido” e representava uma ameaça ao “espaço seguro” do EME. Em decorrência deste “caso”, diversas notas de repúdio e relatos pessoais foram escritos, publicados nas redes sociais e, durante alguns dias, o VI EME foi tema de intensos debates. Em nota, a organização do evento se posicionou contra a transfobia. Outra nota, do campo da “oposição de esquerda” – no qual minha militância estava inserida – foi construída junto à Heloísa, divulgada e assinada por alguns “coletivos”, diretórios e centros acadêmicos, gerando indignação em parte do feminismo universitário que não reconhecia este acontecimento como um “caso de transfobia”.

Suponho que este tenha sido o primeiro “caso” ocorrido no EME e, possivelmente, o primeiro conflito a repercutir de tal maneira, contribuindo para a expectativa de que no próximo encontro essas tensões emergiriam novamente. De fato, vieram à tona; no entanto, de outros modos. Em sua VII edição, o EME cresceu em número de participantes cis e trans, incluindo a primeira diretora trans da UNE, que foi mediadora da “arena feminista” LBT. Diferente da VI edição, a presença de pessoas trans foi mais expressiva nesse grupo de discussão: além da mediadora, outras duas mulheres trans foram convidadas a compor a mesa de debate e muitas participantes mulheres e homens trans ocuparam este espaço. Não obstante, também foi ocupado em grande parte por feministas trans-excludentes, o que gerou tensionamento. A “arena feminista” LBT foi o maior, mais demorado e ruidoso grupo de discussão do encontro. Entre as convidadas que compunham a mesa, as divergências em relação às concepções do que constitui o gênero eram colocadas de maneira respeitosa, entretanto, o restante da “arena” intervinha no debate. Aos gritos de “buceta”, feministas trans-excludentes apontavam suas divergências em relação ao que era colocado pelas convidadas ou aclamavam quando algo era dito em conformidade com seus posicionamentos. Esse grito, que sob alguns pontos de vista, pode ser percebido como “empoderamento”, nesse contexto, assumiu um caráter violento.

A presença de homens trans na “arena” LBT e a postura de feministas trans-excludentes em relação a eles suscita outros elementos para esta reflexão. Assim que as intervenções da plateia se iniciaram, homens trans criticaram o silenciamento que sofrem nos espaços feminista e LGBT, atentando para a invisibilização de suas pautas nas falas das mulheres que integraram a mesa. Além disso, denunciaram a dificuldade enfrentada para participar do encontro, criticando a noção de que homens trans usufruíam de privilégios assim como homens cis. Diante dessa discussão, pude observar que feministas que há pouco entoavam gritos de “buceta” e se manifestavam de forma agressiva em relação às mulheres trans, agora se colocavam como aliadas de homens trans na defesa de sua participação no EME. Aparentemente, uma contradição, contudo, se atentamos para a centralidade que o órgão sexual assume na concepção das feministas trans-excludentes sobre as causas da opressão às mulheres, compreendemos os fundamentos dessa posição. Para elas, o silenciamento e a invisibilização que homens trans sofrem tem relação com o fato de terem sido designados mulheres ao nascerem.

O incômodo, ao que parece, não está somente na descontinuidade entre gênero, sexo e desejo, mas também na possibilidade do pênis ocupar espaços feministas. Nessa perspectiva, ele é julgado como contrário a certa noção de mulher que, por sua vez, é tomada num único sentido. Nele, para ser mulher, é indispensável ser designada “fêmea” ao nascer e, somente assim, reconhece-se a legitimidade desse sujeito, enquanto sujeito do feminismo. Ao empregarem esse discurso para argumentar em favor da exclusão de mulheres trans de espaços “auto-organizados” – afirmando que determinados corpos, por si só, usufruíam de privilégios – feministas trans-excludentes desconsideram que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo [9].Esse

11[9] Segundo a ONG internacional *Transgender Europe*, o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo, liderando o ranking desde 2009 quando o *Trans Murder Monitoring* foi lançado.

posicionamento limita os espaços feministas a participantes que incorporam determinadas experiências de ser mulher, enquanto exclui outras que estão também vulneráveis às desigualdades e violências marcadas pelo gênero.

4. Considerações finais

Neste artigo, busquei analisar como as categorias de gênero, sexo e mulher são mobilizadas pelos feminismos que se articulam a partir da militância estudantil universitária, abordando um conflito que permeia os discursos e as práticas políticas desses espaços: aquele relativo à polarização entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes. Para isso, privilegiei a análise de *situações sociais* observadas no EME da UNE, evento que adquire centralidade na dinâmica política do feminismo universitário e que reúne a diversidade das participantes e organizações que o compõem. O encontro, de caráter “auto-organizado”, é compreendido como um “espaço seguro” devido à circunscrição de sua participação às mulheres. Discuto como nessa noção de “espaço seguro”, a segurança seria mantida pela exclusão de potenciais agressores de mulheres, ao passo que a compreensão em relação a quem incorporaria esse potencial violento diverge entre suas integrantes. Para feministas trans-inclusivas, um “espaço seguro” restringiria a participação de homens cis, para feministas trans-excludentes, essa restrição deveria se estender também a mulheres trans. A partir da análise de um “caso de transfobia” ocorrido na VI edição do encontro, e suas repercussões na edição seguinte, examino como a oposição entre trans-inclusivas e trans-excludentes aciona divergentes concepções acerca do gênero, do sexo, da mulher e também das noções de vítima e agressor.

Discuto como essa oposição remete a disputas conceituais existentes no âmbito do pensamento feminista contemporâneo e as tensões que provoca na prática política do movimento. Nesse sentido, abordo como o desenvolvimento do pensamento feminista é marcado por deslocamentos no modo como o corpo é teorizado em relação ao gênero, e como essas diferentes teorias são particularmente mobilizadas nos discursos e nas práticas daquelas que integram o feminismo universitário. No EME da UNE, sobretudo no grupo de discussão relativo às pautas de lésbicas, bissexuais e pessoas trans, a “arena” LBT, essas tensões se manifestam de modo acentuado e o espaço se constrói de modo conflituoso, onde se reproduzem também violências. Nele, diferentes concepções sobre gênero, sexo, sexualidade e identidade se digladiam. Como Corrêa e Vianna (2006) nos apontam, tais tensões se devem, em grande medida, ao êxito das teorias sobre gênero e sexualidade que legitimam a multiplicação de sujeitos sexuais. Ao mesmo tempo em que esse desdobramento bem sucedido se choca com as resistências de parte da militância feminista em renunciar ao *patrimônio* construído em torno da categoria de representação mulher – em especial, de um sentido essencializado dessa categoria. 🌀

NOTAS

*À época da submissão do artigo, cursava o 9º período da graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. E-mail: marques.hylida@gmail.com. Nota da autora: A primeira versão deste artigo foi apresentada no I Congresso de Graduação em Antropologia, realizado em outubro de 2017 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CONGRAN/IFCS-UFRJ). Agradeço às contribuições de Bárbara Pires e Nathalia Gonçalves

que foram comentadoras do Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, ambas do Núcleo de Estudos em Corpos, Gêneros e Sexualidades do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (NuSEX/PPGAS-MN). A revisão da versão final deste artigo também se beneficiou de discussões realizadas em outros espaços de debate acadêmico, entre os quais destaco o SPG de Sexualidade e Gênero do 42º Encontro Anual da ANPOCS.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 43, p. 13-56, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 25 fev. 2019.
- BENTO, Berenice. **Brasil**: país do transfeminicídio. Disponível em: <http://www.clam.org.br/artigos-resenhas/conteudo.asp?cod=11608>. Acessado em: 26 jul. 2017.
- BUTLER, Judith (1990a). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. (1990b). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acessado em: 25 jul. 2017.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.10, p.58-78, jan/fev/mar/abr.1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acessado em: 25 jul. 2017.
- FAVRET-SAADA, Jeanne (1990). Ser Afetado. *Cadernos de Campo*, n.13: 155-161, 2005.
- GLUCKMAN, Max (1958). Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987.
- JEFFREYS, Sheila. Introduction. In: **Gender Hurts**: a feminist analysis of the politics of transgenderism. New York: Routledge, 2014.
- LIMA, Stephanie Pereira de. Os limites da “experiência” e da “liberdade” no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 256-276, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872017000100256&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 25 jul. 2017.
- MESQUITA, Marcos. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. PUC-SP. São Paulo, PUC-SP, 2006.
- NICHOLSON, Linda (1999). Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460>. Acessado em: 25 fev. 2019.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521>. Acessado em: 25 jul. 2017.
- SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000100004&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 25 fev. 2019.
- VIANNA, Adriana; CORRÊA, Sonia. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trajetos, ganhos, perdas, limites...pontos cegos. **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, 2006.

Recebido em 25/06/2018

Aprovado em 28/03/2019

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E ECOLOGIA DE SABERES NA ILHA DO MARAJÓ/PARÁ – BRASIL

QUILOMBOLA EDUCATION AND ECOLOGY OF KNOWLEDGE ON THE MARAJÓ ISLAND/PARÁ – BRAZIL

*Bruno Rodrigo Carvalho Domingues**

Cite este artigo: DOMINGUES, Bruno Rodrigo Carvalho. Educação quilombola e ecologia de saberes na Ilha do Marajó/Pará – Brasil. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 34-47, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: Este escrito socializa experiências vividas durante um projeto de pesquisa que objetiva inserir no contexto escolar os diversos saberes de quilombos da Ilha do Marajó, partindo do pressuposto de que há uma diferença abissal entre norte e sul global e que esta diferença é reforçada quando pensamos na Amazônia e nos povos tradicionais. Os resultados mostram a falta de inclusão dos elementos culturais locais na vida escolar. Elaborei em co-autoria com membros da equipe do projeto um caderno de atividades, que será utilizado pela comunidade escolar. Concluo que academia e comunidades tradicionais necessitam de diálogo mais próximo, no qual a primeira deve propor aos órgãos governamentais soluções para os entraves na educação do campo.

Palavras-chave: Identidade cultural; Educação quilombola; Ecologia de saberes; Amazônia.

Abstract: This paper socializes experiences lived during a research project that aims to insert in the school context the diversity of quilombola knowledge of Marajó Island, starting from the assumption that there is a abyssal difference between North and South global and this difference is reinforced when we think in the Amazonia and their traditional peoples. The results show the lack of inclusion of local cultural elements in the scholar life. I made in co-authorship with the group members of the project an activity book that will be used by the scholar community. I conclude that academy and traditional communities need a closer dialogue and the first needs to propose to the governmental organizations solutions to the problems of field education.

Keywords: Cultural identity; Quilombola education; Ecology of knowledge; Amazonia

A Amazônia ocupa um território de 5 500 000 km², percorrendo nove países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Peru e Suriname. No Brasil, ocupa quase metade do território. Neste, diversas espécies animais e vegetais são encontradas, mas, acima de tudo, mulheres e homens se relacionam com a natureza de modo a produzir conhecimentos diversos, embora, infelizmente, estes sejam invisibilizados por grande parte sociedade nacional (e global).

O território amazônico e sua população se constituem como parte da periferia dos conhecimentos (re)produzidos na academia e, por conseguinte, na sociedade. E afirmo isto com base em diversas análises da ausência ou da estereotipização do “ser amazônico” nos livros didáticos, nas produções científicas e no cotidiano social. Nestas produções, os contextos amazônicos não são representativos e os saberes aparecem como se fossem únicos. Não há diversidade nem mesmo nos livros didáticos de educação do campo, nos quais a pluralidade de representações e de conhecimentos deveria existir.

Nesta parte do Brasil, professores são obrigados a cumprir as determinações de um currículo branco [1] e voltado ao eixo Sul-Sudeste brasileiro. Crianças que somente experimentam duas sensações térmicas (calor durante todo o ano, porém, com um inverno e um verão) participam de festas temáticas nas escolas sobre a chegada da primavera ou do outono, leem contos austríacos, e as crianças quilombolas precisam conviver em uma sala de aula cheia de representações do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, de Monteiro Lobato, um autor que hoje pode ser considerado racista da literatura brasileira [2], e aprendem a ler com frases do tipo “Ivo viu a Uva” (SÁ, 2016), sobre um solo em que uva não germina.

A contradição sempre presente na educação amazônica indigna e nos leva a refletir sobre uma série de questões e possibilidades de intervenções. Por isso, o presente trabalho socializa com a comunidade acadêmica experiências vivenciadas durante o projeto de pesquisa “Ecologia de Saberes na Ilha do Marajó”, que objetiva, também, inserir no contexto escolar os diversos saberes dos quilombolas da Ilha do Marajó, na Amazônia Brasileira, mais especificamente de comunidades quilombolas desta região (comunidades: Bairro Alto e Pau-Furado), partindo do pressuposto de que há uma diferença abissal entre norte e sul (SANTOS, 2007) e que esta diferença é reforçada quando pensamos na Amazônia e nos povos e comunidades tradicionais.

Os elementos das comunidades tradicionais na Amazônia são valorizados no contexto escolar? As políticas públicas para a educação são aplicadas de maneira efetiva? A lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, é trabalhada de forma efetiva nestas escolas? Bom, a resposta curta para todas estas perguntas é: não. A resposta longa está neste artigo que estruturei da seguinte forma: (breve) caracterização do lócus de pesquisa e metodologia, análise dos resultados obtidos através das pesquisas de campo, a proposta de intervenção e as conclusões.

1. Salvaterra, terra de negro [3]

12[1] Por “currículo branco”, me refiro a não valorização da identidade negra no mesmo.

13[2] Sobre racismo em Monteiro Lobato, consultar Bodê de Moraes (1997).

14[3] Nomeio este tópico com o título de um documentário produzido pelo Instituto de Artes do Pará em 2008.

A ilha do Marajó é a maior ilha fluviomarítima do mundo. Possui dezesseis municípios, divididos politicamente em três microrregiões: O Arari, Portel e o Furo de Breves (BRASIL, 2007). As comunidades quilombolas Bairro Alto e Pau-Furado, os lócus de pesquisa, localizam-se no município de Salvaterra (Figura 1).

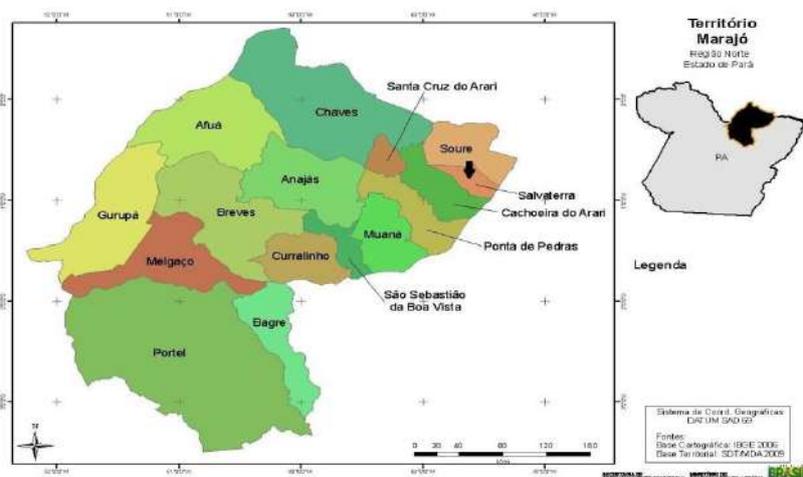


Figura 1 – Localização Geográfica do município de Salvaterra, modificado pela autora. Fonte: MDA/SDT (2009). *In*: Melo e Barros (2016).

O município de Salvaterra situa-se a 90 km da capital paraense, com extensão territorial de 1.039.072 km² e população estimada em 22.740 habitantes. Sua economia gira entorno do cultivo e comercialização do abacaxi (*Ananas comosus*) e do setor de serviços (IBGE, 2016). Salvaterra atualmente conta com dezesseis comunidades quilombolas (FCP, 2017). As comunidades nas quais pesquisamos localizam-se a 12 km do centro de Salvaterra e “[seus] processo[s] de titulação for[am] iniciado[s], mas ainda não obtiveram respostas definitivas dos órgãos competentes. A[s] comunidade[s] [são] reconhecida[s] pela Fundação Cultural Palmares, que não tem poder de titulação, apenas de reconhecer e certificar as comunidades.” (MELO; BARROS, 2016, p. 124).

De acordo com a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Alto (ARQBA), a comunidade é composta por 130 famílias, aproximadamente 350 pessoas, as quais garantem seus meios de reprodução social através das atividades de caça, pesca, coleta de caranguejo, das roças – especialmente de mandioca (*Manihot esculenta crantz*) e abacaxi, e do extrativismo, especialmente de açaí (*Euterpe oleracea*) e do bacuri (*Platonia insignis*) (Figura 2).



Figura 2 – As principais atividades econômicas e de subsistência desenvolvidas no Bairro Alto. A- Pesca; B- Caça; C- Coleta de Bacuri e D- Confeção de Farinha. Foto: Maíra Melo. Janeiro/2016 In: MELO E BARROS, (2016).

A metodologia utilizada foi a observação participante (MALINOWSKI, 1976) e técnicas de etnografia (CLIFFORD, 1998). Realizei diversas pesquisas de campo [4] com o objetivo de efetuar levantamento dos aspectos socioculturais das comunidades, dividindo nos seguintes aspectos: alimentação, elementos simbólicos (religiosidade, festividades, tradições, música, entre outros) e marcadores sociais da diferença (raça, classe social, gênero), contando com entrevistas abertas, análise dos materiais didáticos e paradidáticos, diálogo com professores e, em sala de aula, com as crianças. “Como a realidade quilombola é inserida no cotidiano escolar?”, “é possível aprender inserindo os elementos da cultura local no contexto da educação formal?”, estas foram as perguntas que nortearam o nosso trabalho e que foram respondidas no decorrer da pesquisa. A pesquisa ocorreu em uma relação dialógica entre a Academia e as escolas quilombolas.

A pesquisa inicialmente teve um enfoque nos elementos da agrobiodiversidade local, que, segundo Wood e Lennè (1999), pode ser definida, de modo breve, como a diversidade de espécies cultivadas, sistemas de cultivo e de criação de animais presentes em um sistema agrícola. Domingues et al. (2016) ressaltam que o termo é polissêmico, havendo variações do conceito. Contudo, desde o primeiro campo, percebi que era necessário voltar os estudos, também, para os marcadores sociais da diferença de raça, classe e etnicidade.

2. Breves considerações sobre Ecologia de Saberes

Partindo do princípio de que o pensamento moderno é um pensamento abissal (SANTOS, 2007), no qual existe nitidamente uma divisão entre norte e sul, havendo um processo de perpetuação de poder do primeiro e marginalização do segundo, tal pensamento, portanto, acredita fortemente que o saber científico é o único válido e rigoroso. Cria-se um

15[4]As etapas de campo aconteceram em novembro de 2015, maio, setembro e novembro de 2016 e, em cada etapa, a equipe esteve nos quilombos entre 5 a 8 dias.

distanciamento entre saber científico e saber tradicional, o que por vezes reflete na forma como as políticas públicas são definidas, a forma como os materiais institucionais chegam às comunidades e a maneira como a academia opera.

Mas o que faz o saber de um doutor ser mais valioso que os saberes de Zampa, Meire, Alana, Galo, Eliana, Budico, Rita, Neusarina (parte dos interlocutores da pesquisa)? Como é possível medir estes saberes? A academia, através do pensamento abissal, erra ao sobrepor o saber científico ao saber tradicional [5] (ou invisibiliza o saber tradicional) quando não parte do princípio de que os conhecimentos analisados por meio de teorias acadêmicas foram outrora “coletados” nas comunidades e pelos seus sujeitos analisados às suas maneiras, quando não valoriza o quão pode ser pedagógico o processo de produção da farinha, a roça, o extrativismo, a caça.

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos (2007) propõe uma “contra epistemologia”, a Ecologia de Saberes, partindo de que os saberes são situados e numa perspectiva de mesclar identidade e educação, a fim de levar às salas de aula um conhecimento que transcende os padrões brancos e eurocêntricos, que modelam a escola sob a ótica moderna.

3. “Tio, me dá o lápis cor de pele?”: os percursos em campo e as mudanças de planos

Minha primeira etapa de campo aconteceu em novembro de 2015, quando o enfoque da pesquisa ainda era exclusivamente a agrobiodiversidade quilombola (cultura e alimentação) no quilombo “Bairro Alto”, e, na oportunidade, realizei entrevistas com os moradores da comunidade. Durante algumas entrevistas, percebi algo que me causou certo espanto: os moradores da comunidade me tratavam enquanto uma pessoa branca. Eu sou negro, tenho traços fenotípicos nitidamente afro-brasileiros (pele negra, cabelos crespos em estilo “black power”, nariz largo, lábios grossos) e sou ativista do movimento negro. Fiquei a me perguntar se estas pessoas faziam tal leitura sobre mim porque eu não tenho a pele mais escura ou por eu não ser quilombola? Fiz esta pergunta a um pesquisador da equipe, que é quilombola, e a resposta me chocou ainda mais: “é porque tu estás representando a UFPA, daí te tratam diferente. Como eu sou de um quilombo aqui de perto, e eles me conhecem desde criança, não acontece isso”. Ao pesquisar, vi que, para Cardoso (2010), ser branco é “ter ou estar no poder em algum momento”.

Durante as outras atividades, presenciei diversos outros casos em que havia um processo de normalização, ou seja, em que o corpo branco era tido como padrão. Dentre estes momentos, um simples pedido me chamou atenção, um aluno negro me pediu um lápis de cor, o “lápis cor de pele”. Em concordância com Boucinha (2014), penso que o termo é problemático, pois não se trata apenas de uma cor dentre uma paleta de cores, trata-se da definição de um padrão. O lápis rosado (chamado pela criança de “cor de pele”) representa exatamente o ideal da

16[5] Utilizo a noção de “Saberes Tradicionais” de Victor Toledo e Narciso Barrera-Bassols (2009, p. 40) de que “as sabedorias tradicionais baseiam-se nas experiências que se têm sobre o mundo, seus feitos e significados, e sua valorização de acordo com o contexto natural e cultural onde se desdobram”.

cor única, o ideal do branqueamento, historicamente implantado no Brasil a partir da miscigenação. O “lápiz cor de pele” determina que tudo o que fugir daquela cor não é digno de ser reconhecido enquanto cor de seres humanos.

O ideal da cor única também me leva a perceber outro fator em sala de aula: as representações. Para identificarmos os itens da agrobiodiversidade quilombola através das crianças, pedi para que elas desenhassem o que elas mais gostavam de comer e como conseguir este recurso. Logo, ao desenharem a forma de obtenção dos recursos naturais, figuras humanas eram inseridas, contudo, somente pessoas brancas. Ao novamente perceber tais questões, pedi para ver os cadernos de desenhos e/ou os desenhos avulsos já feitos pelas crianças antes de iniciarmos a pesquisa e, novamente, somente representações hegemônicas.

Ao entrar na biblioteca, mais um fator para reforçar a hegemonia: todos os livros paradidáticos, a maioria dos livros didáticos e as revistas para colagens representavam um universo branco, uma escola branca e situada em lugares bem distantes da Amazônia. Vi, então, a necessidade de não somente abordar a alimentação quilombola, pois mesmo a alimentação está permeada por processos sociais, que decorrem de um histórico nitidamente ligado à escravidão negra na Amazônia. Logo, é impossível discorrer sobre a alimentação de um quilombo sem levar em conta que nela há uma diversidade de marcadores sociais, em especial raça e classe.

4. Identidade cultural e currículo escolar: quais os problemas?

Durante pesquisa de campo, pude constatar algumas problemáticas no entorno da ausência das identidades dos sujeitos quilombolas no currículo escolar. Há um currículo padrão disponibilizado pela Prefeitura de Salvaterra, sendo este seguido pelos professores. Embora Salvaterra tenha inovado com a criação do componente curricular de Educação Quilombola, ainda não havia, em 2016, professores efetivados em tal função, havendo reclamações de outros professores de que o concurso aberto para o componente curricular de “educação quilombola” não priorizou os profissionais quilombolas, ou seja, a disciplina existe, mas será ministrada por professores não quilombolas, majoritariamente.

Segundo o currículo padronizado, enviado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), alguns elementos do dia a dia das crianças quilombolas somente são trabalhados em “Geografia” e em “Ciências”, quando nestes componentes do currículo são discutidas as temáticas da água, dos rios, dos solos e das florestas. Contudo, a ausência de materiais didáticos contextualizados faz com que os alunos tenham acesso às ilustrações e conteúdos de regiões do país diferente das suas. Seus contextos sociais, suas identidades, não são valorizadas pelo currículo, e o referencial sobre agrobiodiversidade utilizado nos livros se configura por elementos animais e vegetais diferentes dos existentes e/ou consumidos nos quilombos que acompanhei. Essas referências giram em torno da uva, morango, framboesa, figo, raposa, entre outras, enquanto os elementos utilizados nos quilombos, que se encontram na tabela 1, são completamente distintos dos anteriormente mencionados.

Rio	Mata	Quintal	Roça
Bacú = comida.	Camaleão = comida, remédio (banha para curar garganta).	Porco = comida	Mandioca/Macaxeira
Bagre = comida.	Capivara = comida.	Galinha = comida	Abacaxi
Camarão = comida.	Catitu = comida.	Pato = comida	Gergelim = remédio
Caranguejo = comida.	Cutia = comida.	Açaí	Milho
Dourada = comida.	Jucuraru = remédio (banha para mordida de cobra).	Goiaba	
Lontra = comida.	Mucura = comida, remédio.	Ajuru [6]	
Pescada = comida.	Paca = comida, remédio.	Limão	
Piaba = comida.	Preguiça = comida.	Laranja	
Siri = comida.	Tamanduá = remédio (banha).	Tangerina	
Tainha = comida.	Tatu = comida, remédio (banha).	Manga	

17[6] Fruto do Ajuruzeiro (*Chrysobalanus icaco* L.), arbusto de pouco mais de 4 metros encontrado na região amazônica.

Tamatá = comida.	Veado = comida.	Cupuaçu
Tartaruga = comida, remédio (para passar no rosto, para passar em feridas).	Açaí	
Traíra = comida, remédio (banha para dor de ouvido).	Bacaba	
Tucunaré = comida.	Bacuri	
	Inajá	
	Tucumã = comer e fazer remédio (bicho do tucumã)	
	Turu	

Tabela 1 – Agrobiodiversidade quilombola marajoara elencada pelos alunos das escolas quilombolas Escola Municipal de Educação Infantil Quilombola de Bairro Alto e Escola Municipal de Ensino Fundamental Benedito Tomaz Carneiro. Material coletado em pesquisa de campo em novembro de 2015.

Esta ausência da agrobiodiversidade também ocorre na merenda escolar, pois, mesmo que as escolas dos quilombos marajoaras recebam maior diversidade de alimentos do que outras escolas do Estado do Pará em que desenvolvemos trabalhos, ainda assim os elementos do quilombo não são inseridos. A prefeitura oferece às crianças itens fora do contexto local, como, por exemplo, a demasiada quantidade de suco industrializado ou a vasta quantidade de mingau de itens externos ao quilombo, ferindo, portanto, o parágrafo I do artigo 12 das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Quilombola (BRASIL, 2012), bem como contrário ao art. 14 da lei nº 11.947/2009, que determina que 30% da alimentação escolar devem vir da agricultura familiar dos municípios, “priorizando os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009).

Nos livros paradidáticos recebidos pelas escolas, ainda há uma enorme depreciação da imagem negra (Figura 3), e as atividades sobre diversidade racial em sala de aula se empenham em ensinar as crianças a respeitar o outro, sempre representado por uma pessoa branca, mas não ensinam a reconhecerem as diferenças, se reconhecerem enquanto sujeitos negros, e menos ainda apresentam o racismo enquanto uma problemática que atinge, no contexto brasileiro, negro e indígenas. Neste sentido, o mito da democracia racial, mesmo que criado no período colonial (FERNANDES, 1964; ARÊDA-OSHAI, 2016), ainda hoje funciona na perspectiva de neutralizar ou apagar o racismo cometido por pessoas brancas, e o mito adentra as escolas através de uma tentativa de inverter ou invisibilizar as lógicas de opressão. A padronização disfarçada de respeito às diferenças fere e pode causar danos irreparáveis às crianças, que não se reconhecem enquanto estudantes, não se reconhecem enquanto pertencentes àquele espaço (a sala de aula), e isto é facilmente constatado pelos desenhos coletados (Figura 4).

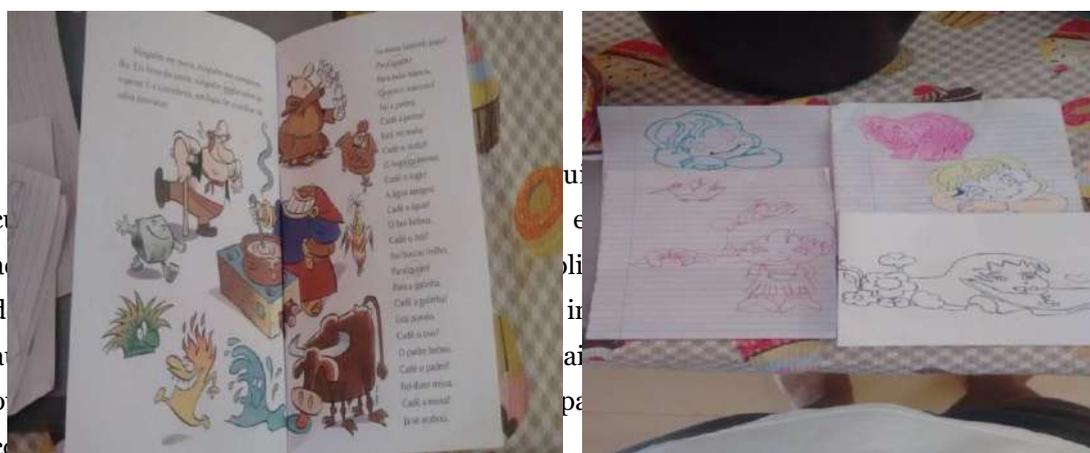


Figura 3 – Exemplo de como a imagem negra é representada nos livros paradidáticos. O Jogo da Parlenda (PIETRO; SPACCA, 2016). Esses são alguns dos muitos problemas enfrentados pelas escolas quilombolas nas quais trabalhei. Farei, portanto, algumas considerações sobre eles.

Se pensarmos a partir dos conceitos de identidade e representação (HALL, 2015), em que representação se caracteriza pelo conjunto de símbolos de determinada cultura, podemos admitir que não há representatividade destes nas escolas quilombolas e que o silenciamento promovido pelas instituições do Estado representa não somente um processo normalizador, mas um projeto de perpetuação das desigualdades.

É possível confirmar parte de nossas hipóteses, em especial a de que há um processo de fazer com que os saberes quilombolas sejam invisibilizados e de que os currículos, nos moldes em que os parâmetros nacionais determinam, não são efetivados. Quando deixam a esfera política federal e passam para as esferas estaduais e municipais, nos enseja a refletir sobre o

18[7] Cursos ofertados pela Universidade Federal do Pará exclusivamente para os povos e comunidades tradicionais. Em 2015, Assis da Costa Oliveira e Jane Felipe Beltrão organizaram um livro intitulado “Etnodesenvolvimento & Universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais” no qual diversos autores compartilharam as experiências da formação acadêmica de povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Recomendo fortemente a leitura para mais informações sobre.

racismo institucional sofrido pelos quilombolas de Bairro Alto e Pau Furado, no Marajó. Existem leis que determinam as necessidades e particularidades da educação quilombola, e se essas são ou não cumpridas, em detrimento de uma educação padronizadora, branca, e de gestores que não reconhecem tais necessidades. Nesse sentido, podemos tratar a situação, portanto, como racismo institucional, já que, segundo Arêda-Oshai (2015, p. 263), este “é compreendido como sendo a expressão do racismo pessoal que, revigorado no cotidiano das instituições, também se institucionaliza e perpetua”.

5. Por uma ecologia de saberes quilombola-marajoara: as intervenções metodológicas

Tendo estes dados postos, é preciso refletir sobre maneiras de valorizar estes saberes e de como fazer com que, pelo menos, a lei nº 11.645/2008 seja cumprida. Realizei reunião com todos os professores, na qual expus minhas observações e começamos a dialogar acerca delas, a fim de buscarmos um meio de realizar as atividades com poucos recursos, sem a ajuda do Estado e com um grande déficit por parte deste nos programas de formação continuada de professores.

A primeira etapa consistiu em fazer atividades que permitissem os alunos a não mais estranharem seus corpos, suas identidades, seus símbolos, ou seja, que passassem a ver que o seu cotidiano pode estar inserido na sala de aula. Em um primeiro momento, fui às salas de aula, juntamente com a equipe do projeto e os professores, onde lecionamos conteúdos de todas as disciplinas, mas citando exemplos próximos dos estudantes. Por exemplo, nas atividades de matemática, estabelecíamos uma atividade local e realizávamos a aula a partir desta atividade, como produção de farinha para as aulas sobre unidades de medidas, ou a comercialização do açaí nas aulas sobre matemática financeira. O mapa das visagens ou misuras **[8]** para as aulas sobre cartografia. Análise de letras de carimbo **[9]** ou de dança do boi para as aulas de interpretação de texto.

Em um segundo momento, realizamos oficinas de empoderamento e estética negra, voltadas para as mães das crianças, assim como oficinas de abayomi **[10]** para uma interação entre mãe e filhos, e também contação de histórias infantis com personagens negros e/ou quilombolas. Após estas intervenções, os professores passaram a, espontaneamente, também realizar a substituição de termos dos livros didáticos que não valorizavam a variação linguística local.

Partindo do que José Maurício Arruti (2009) nos diz sobre a padronização escolar, de que, no caso da educação quilombola e educação do campo no geral, o governo, de forma errada,

19**[8]** Personagens da cultura popular que assustam aqueles que desrespeitam a natureza.

20**[9]** Ritmo popular paraense tombado enquanto patrimônio imaterial do Estado.

21**[10]** Abayomi são bonecas feitas de tecido preto. A origem destas, por sua vez, diverge, enquanto alguns narram que as mulheres negras escravizadas, na tentativa de acalmar seus filhos, rasgavam suas roupas e faziam bonecas com nós para que os pequenos brincassem. Outros narram que as abayomis foram estratégias de fuga dos negros escravizados, que, ao fugirem das senzalas, faziam as bonecas a partir de lençóis. Quando o senhor notava a fuga, acreditava que o que acontecera fora devido a alguma magia.

tenta adequar os povos e comunidades tradicionais ao padrão urbano e não criar materiais pensados para e com os diversos grupos sociais, pensamos, então, em elaborar um caderno de atividades [11] voltado para as comunidades nas quais realizamos a pesquisa: a segunda edição dos cadernos “Agrobiodiversidade: para comer ser feliz e ter saúde”, desta vez nos Quilombos do Marajó (Figura 5). Trata-se de um caderno interdisciplinar, que valoriza os elementos culturais e os saberes dos povos quilombolas marajoaras.



Figura 5 – Caderno de Atividades Agrobiodiversidade: para comer, ser feliz e ter saúde nos quilombos do Marajó. Material elaborado pela equipe do projeto. (Barros *et al.*, 2017).

6. Considerações finais

Em um contexto político como o atual, ou seja, pós-golpe jurídico, político e midiático, que colocou no poder os inimigos da nação, inimigos dos povos e comunidades tradicionais e a fiel representação de uma sociedade racista e heteropatriarcal, no qual as instituições encontram-se fragilizadas e os órgãos de defesa aos direitos humanos fragilizados ou extintos (a pensar no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, bem como a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial), será ainda mais difícil realizar ecologias de saberes, haja vista que o apoio governamental, mesmo em tempos de políticas econômicas heterodoxas, nunca foi suficiente e ainda fomentava a padronização do currículo.

Neste sentido, de que forma é possível conectar os saberes? De que forma podemos aprender-ensinar através da multilateralidade e da interdisciplinaridade? Como o sul global deve posicionar-se em tempo de escassez de recursos? Estas perguntas não possuem respostas únicas, tampouco concretas, mas penso que seja o momento de se valer dos espaços institucionalizados que ocupamos. Precisamos, nesse momento, possuir a capacidade de agência, no sentido de usar os espaços institucionais, ainda que em instâncias micro, a serviço dos povos e comunidades tradicionais.

22[11] Já havíamos elaborado um caderno de atividades para comunidades ribeirinhas de Abaetetuba – PA (BARROS *et al.*, 2016), e um artigo sobre as atividades lá desenvolvidas, sendo publicado no periódico “Terceiro Incluído” - UFG (DOMINGUES *et al.*, 2016).

Longe de romantizar a profissão do educador, cabe a esse refletir, criticar e ressignificar o material didático imposto e buscar novas formas de aprender-ensinar. Cabe às universidades, em especial as de fora do eixo das Regiões Sul-Sudeste do Brasil, propor alternativas pedagógicas coerentes e que não somente reproduzam teorias do eixo. Temos condições de não apenas produzir experiências e reproduzir o discurso das elites epistemológicas deste país.

É necessário romper com dominação epistêmica que há muito é reproduzida nas universidades e nas escolas fora do eixo, e penso que fundir os saberes populares, tradicionais e periféricos aos saberes científicos é o caminho para a popularização da ciência e para a possibilidade de novas ecologias de saberes. E esta interação independe de políticas econômicas ortodoxas e heterodoxas, embora as políticas heterodoxas possibilitem maior aproximação.

As pesquisas científicas sobre educação não podem ficar restritas aos circuitos acadêmicos. É necessário produzir relatórios e pareceres ao Estado, para que este esteja ciente das diversas formas de produzir ciência no Brasil e que possam verificar que o material didático ofertado para as escolas do campo não deve ser uma reprodução do material das escolas da cidade, aos quais os alunos do campo devem se adequar. É necessária a existência de material diferenciado, que assegure a diversidade, além de fomentar a valorização das ciências na perspectiva de potencializar os estudos e pesquisas sobre as relações raciais, educação antirracista e povos quilombolas.

Nos circuitos da militância da Educação do Campo, uma das palavras de ordem é: “não vou sair do campo pra poder ir pra escola, educação do campo é direito e não esmola”. O aumento dos cursos de educação do campo e de escolas do campo nos últimos anos é um reflexo dessa militância. Contudo, agora é a hora dos governos e das universidades entenderem que “não sair do campo pra poder ir pra escola” não significa levar a cidade para o campo nos materiais didáticos, não significa que a população rural queira os aspectos citadinos em suas comunidades. Significa que a educação do campo tem que ser, de fato, no campo e para o campo e, enquanto não tivermos políticas públicas educacionais que partilhem deste pensamento, a educação do campo ainda terá vários aspectos padronizadores e caberá aos sujeitos a agência e o combate para, por fim, gerar uma educação amazônica, cabocla, periférica. 🌱

NOTAS

*A época da submissão cursava o 8º período do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Bolsista de Iniciação Científica do CNPq e era pesquisador do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Biodiversidade, Sociedade e Educação na Amazônia – BioSE/CNPq/UFPA e do Grupo de Pesquisa em Sexualidades, Corpo e Gênero – SEXGEN/CNPq/UFPA. E-mail: brunodomingues121@gmail.com. Nota do autor: este trabalho contém parte dos resultados de pesquisa vinculada ao projeto intitulado “Ecologia de saberes na Ilha do Marajó: aprender-ensinar pela interdisciplinaridade e inclusão”, sob orientação do Professor Dr. Flávio Bezerra Barros e com bolsa de iniciação científica do CNPq. A equipe foi

composta, além de mim, pelos estudantes de graduação Ana Paula Medeiros de Moura, Artur Castilho, Fernanda Vera Cruz, Israel Araujo, Maycom Nascimento e Rodrigo Leão e a mestre Maíra Melo. Às comunidades Bairro Alto e Pau-Furado, onde o trabalho foi desenvolvido, ao professor, à equipe e ao CNPq, agradecimentos.

REFERÊNCIAS

ARÊDA-OSHAÍ, C. M. O ressurgimento de antigas categorias em novos contextos – quilombos e quilombolas vivendo no presente. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p. 255-279, 2016.

ARRUTI, J. M. Notas sobre iniciativas federais em educação no contexto das políticas públicas para quilombos in PARANÁ. **Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba: SEED. 2009.

BARROS, F. B.; CASTILHO, J. A. C.; DOMINGUES, B. R. C.; SILVA, T. C.; SOUSA, F. F.; SILVA, N. R.; LOPES, A. D. S. **Agrobiodiversidade: para comer, ser feliz e ter saúde na Ilha Sirituba**. Material Didático Institucional. UFPA. 2016.

BARROS, F. B.; ASSIS, W. S.; DOMINGUES, B. R. C.; CASTILHO, J. A. C.; OLIVEIRA, F. V. C.; LEÃO, R. M. S.; MOURA, A. P. M.; NASCIMENTO, M. D. F.; MELO, M. F. T.; ARAUJO, I. M.; COSTA, T. S.; **Agrobiodiversidade: para comer, ser feliz e ter saúde nos quilombos do Marajó**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

BODÊ DE MORAES, P. R. O Jeca e a Cozinheira: raça e racismo em Monteiro Lobato. **Sociologia e Política**, n. 8, p. 99-112. 1997.

BOUCINHA, C. O. A. **O "lápiz cor-de-pele": a construção de identidades raciais nas práticas escolares**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Presidência da República. Casa Civil. Grupo Executivo Interministerial. Grupo executivo do Estado do Pará. 2007.

BRASIL. **LEI Nº 11.645**, DE 10 MARÇO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **LEI Nº 11.947**, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em 02 de agosto de 2017.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

CARDOSO, C. L. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista. **Revista latinoamericana de ciências sociais**, niñez y juventude. v. 8, p. 607-630, 2010.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

DOMINGUES, B. R. C.; CASTILHO, J. A. C.; COSTA, T. S.; BARROS, F. B. Identidade Cultural e Currículo Escolar em uma comunidade de várzea da Amazônia Paraense. **Terceiro Incluído**, v. 6, n. 1, p. 115-128, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade e Classes**. Vol. 1 – o legado da “raça branca”. São Paulo: Dominus, 1964.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Disponível em: www.palmars.gov.br. Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010, com projeção populacional para 2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 2 de agosto de 2017.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Abril Cultural: São Paulo, 1978. 436 p.

MELO, M. F. T.; BARROS, F. B. **O mundo segundo os quilombolas do Bairro Alto (Ilha do Marajó) - cosmovisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza**. ACENO, v. 3, n. 6, p. 120-137, 2016.

PIETRO, HELOISA. **O Jogo da Parlenda**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2005.

SÁ, T. D. A. Prefácio. *In*: BARROS, F. B.; CASTILHO, J. A. C.; DOMINGUES, B. R. C.; SILVA, T. C.; SOUSA, F. F.; SILVA, N. R.; LOPES, A. D. S. **Agrobiodiversidade**: para comer, ser feliz e ter saúde na Ilha Sirituba. Material Didático Institucional. UFPA. 2016.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, 2007.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. *In*: SILVA, Valdeline Atanzio da; ALMEIDA, Alyson Luiz Santos; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. **Etnobiologia e Etnoecologia**: pessoas & natureza na América Latina. 1. ed. Recife: NUPEEA, 2010. p. 13-36.

WOOD, D.; LENNÉ, J.M. Why Agrobiodiversity? *In*: Wood, D.; Lenné, J.M. **Agrobiodiversity**: Characterization, Utilization and Management. New York: CABI Publishing, 1999. p. 01-14.

Recebido em 23/04/2018

Aprovado em 10/04/2019

EXCLUSÃO DO CORPO TRANS: UMA ANÁLISE DO ASSASSINATO DE DANDARA DOS SANTOS

EXCLUSION OF THE TRANS BODY: AN ANALYSIS OF DANDARA DOS SANTOS' MURDER

*Maria Clara Silva Ferreira Ferro**

Cite este artigo: FERRO, Maria Clara Silva Ferreira. Exclusão do corpo trans: uma análise do assassinato de Dandara dos Santos, Rio de Janeiro. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 48-57, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: O presente artigo tem por objetivo destrinchar os elementos que compõem a exclusão do corpo e da vivência transgênero no Brasil, configurado como o país que mais mata pessoas transgênero, transexuais e travestis no mundo. Para tanto, toma-se metonimicamente o assassinato de Dandara dos Santos (1972-2017) a fim de analisar os elementos estruturais da transfobia apresentados no caso e demonstrar como este não se configura como um caso isolado, mas sim como parte de um extermínio legitimado discursiva, social e institucionalmente.

Palavras-chave: Transgeneridade; Gênero; Transfobia

Abstract: The present article aims to dissect the elements which compose the trans body and trans existence exclusion in Brazil, being the country that most kills transvestites, transgender and transexual people in the world. Therefore, the murder of Dandara dos Santos (1972-2017) is taken metonymically in order to analyse the structural elements of transphobia that are presented in the case and to demonstrate how this does not consist in an isolated case, but as part of the extermination legitimized discursively, socially and institutionally.

Keywords: Transgender; Gender; Transfobia

Dandara dos Santos, travesti cearense, foi assassinada no dia 15 de fevereiro de 2017, espancada a pauladas e executada a tiros no Bom Jardim, bairro de Fortaleza. Os criminosos que a executaram gravaram o ato, que foi posteriormente postado em redes sociais e escancarou para a sociedade a transfobia diária sofrida pelas pessoas transgênero e travestis que é legitimada tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil.

Pelo caso e a repercussão, Dandara deixou de ser apenas estatística, um número, um triste dado. Mostrou a cara da transfobia do Brasil ao mundo. Despertou a vontade de que os acusados de crimes transfóbicos sejam punidos, que os direitos da população sejam reconhecidos. (LUCON, 2017).

O caso de Dandara repercutiu em grande escala nas redes sociais devido à brutalidade envolvida e às evidências da violência registradas no vídeo publicado nas redes sociais dos criminosos. O esforço em utilizá-lo aqui é de forma metonímica, uma vez que, sendo uma evidência extremada de morte por transfobia, escancara as múltiplas facetas da estrutura responsável pelo assassinato de pessoas trans no Brasil.

No presente artigo, objetiva-se demonstrar, por meio do caso em questão, como esse não é um acontecimento isolado. É necessário comprovar, sob a luz da teoria sociológica, como é produzida a estrutura que embasa, promove e legitima a morte de pessoas transgênero na sociedade brasileira. Para tanto, utilizaremos das contribuições de Michel Foucault, Judith Butler e Howard Becker para analisar as formas tomadas pela transfobia, relacionando-as com o assassinato de Dandara, a fim de demonstrar como este não faz parte de uma infeliz casualidade.

1. A construção do discurso

A fim de destrinchar a formulação da estrutura transfóbica [1] que ampara o assassinato de Dandara dos Santos, é preciso, inicialmente, apontar a construção da transfobia na sua forma discursiva. Quais elementos encontram-se por trás da ideologia que se apresenta como motivadora para o homicídio de pessoas transgênero?

Para tanto, podemos inaugurar a discussão com a definição de Foucault, que entende o termo “sexualidade” como estabelecido em relação a outros fenômenos.

(...) o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. (FOUCAULT, 1984, p. 9).

O autor, então, aponta que há a construção de uma experiência nas sociedades ocidentais modernas - sendo “experiência” entendida pela correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade - na qual os indivíduos são levados a se reconhecer enquanto “sujeitos de uma ‘sexualidade’ que abre para campos de conhecimentos bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções” (FOUCAULT, 1984, p. 10). Dessa forma, essa experiência molda não somente os indivíduos, mas também sua percepção sobre seu entorno, de modo que os elementos que fogem ao sistema de regras e coerções são entendidos como externos a essa experiência.

23[1] Transfóbico como adjetivo, característica da transfobia, definida pelo medo ou ódio com relação a pessoas transgênero. A estrutura transfóbica faz menção à estrutura que ampara os crimes de ódio e violência contra a população trans, assim como sua exclusão, motivadas pela aversão às pessoas transgênero e travestis.

O conceito de sexualidade usado por Foucault pode aqui ser expandido ao dialogar com outra autora, Judith Butler, que aponta que, na produção do discurso sobre sexualidade e gênero, o que é suposto são as relações de inteligibilidade da identidade e a coerência do gênero, supondo uma continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Dessa forma, falamos não só em um discurso heteronormativo como também em um discurso cisnormativo [2], que dispõe tais relações de forma binária (homem/mulher, pênis/vagina, heterossexual/não heterossexual), constituindo normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas (BUTLER, 2003, p. 43). Assim, gêneros “inteligíveis” se definem por instituir e manter as relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Os espectros de descontinuidade e incoerência são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer relação entre sexo biológico, gênero socialmente constituído e desejo pautado no ato sexual, a saber, pela cisheteronormatividade aqui mencionada. Dessa forma, não somente a sexualidade faz parte de um sistema de regras e coerções a partir do qual os indivíduos formulam suas identidades e percepções sobre o mundo, como exposto por Foucault; o gênero é também fruto de uma sujeição, sendo aquilo que foge à suposta continuidade entre esses elementos ininteligível diante dessas leis.

Ao elaborar tais relações teóricas e definir como o discurso normativo é produzido e por que meios ele é amparado – tanto por meio de instituições religiosas, judiciárias, médicas quanto pelas condutas dos sujeitos por ele produzidos –, podemos relacionar a teoria com a realidade de pessoas trans no Brasil. Estamos nos referindo ao país que mais mata pessoas transgênero e travestis no mundo, tendo sido assassinadas 868 delas entre 2008 e 2016 [3]. No tocante à realidade brasileira, fala-se não apenas em episódios de violência contra pessoas transgênero; é um extermínio da população trans e travesti, configurado como genocídio.

Essa caracterização dos assassinatos de travestis e de mulheres e homens transexuais no Brasil, no nível micro, como crimes de ódio, e no nível macro como parte de uma tentativa de genocídio dessa população, visa elucidar as consequências da violência estrutural contra as pessoas trans, para que se deixe de invisibilizar o que sofrem como se fosse apenas uma série de assassinatos isolados, e revelar seu mecanismo de intolerância generalizada. (JESUS, 2013, p. 119).

O extermínio da população transgênero pode ser, então, entendido como estrutural no país e são as práticas discursivas que amparam a ideologia cisheteronormativa – a saber, a suposição e manutenção ideológica de continuidade entre sexo, gênero e desejo, que exclui práticas e existências divergentes –, culminando na exclusão, apagamento e violência a práticas e experiências fora da norma.

No caso de Dandara, um dos elementos que tornou a situação mais alarmante foi que, além das agressões físicas, o ato contou com inúmeros insultos verbais, que remetiam

24[2] Cisheteronormatividade: uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero (CIDADE; MATTOS, 2016, Periódicus n° 5, vol. 1, p. 134).

25[3] Dados da ONG Transgender Europe (TGEu).

especificamente à sua existência enquanto travesti e, em meio ao contexto, demonstraram como o ato foi motivado pelo próprio discurso de ódio, comprovando a face ideológica e discursiva da transfobia. Por se apresentarem fora da inteligibilidade binária de gênero e sexualidade exposta acima, pessoas trans tornam-se um alvo fácil em uma sociedade como a nossa, onde a intolerância quanto ao que não é inteligível e ao que transgride o normativo só parece aumentar. Essa realidade pode ser evidenciada por meio da expectativa de vida de uma pessoa transgênero no Brasil, que é de 35 anos - metade da média nacional [4], dado que torna evidente a transfobia enquanto legitimada ideológica, institucional e socialmente, sendo as práticas discursivas e ideológicas basilares nesse sistema cisheteronormativo, como exposto nesta seção.

2. Práticas de exclusão social

Além do discurso, da linguagem e da ideologia hegemônica, identifica-se também a reiteração da cisheteronormatividade e da transfobia por meio da exclusão social – sendo aqui entendida como o “processo de vulnerabilidade, fragilização ou precariedade dos vínculos sociais” (ESCOREL, 1999, p. 75), apresentando enfoque, no presente artigo, no domínio das relações familiares e sociais proximais. A categoria de exclusão social tem por objetivo aqui lançar luz sob a condenação de determinado grupo por parte do resto da sociedade civil, o que resulta na fragilização dos laços sociais e impede que haja a participação parcial ou integral na sociedade pelos indivíduos do grupo em questão, que desta são excluídos. Para analisar essa forma, é necessário entender a elaboração das regras sociais e como a exclusão se dá por meio delas, de modo a culminar exemplarmente no assassinato de Dandara dos Santos.

À luz da teoria de Howard Becker, entende-se que todos os grupos sociais fazem regras e tentam impô-las. As regras sociais definem as situações e tipos de comportamento a elas apropriados e os desvios na verdade seriam definidos pela própria sociedade, sendo consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. A imposição da regra é uma tarefa de todos do grupo aos quais ela se aplica, constituindo as “regras operantes efetivas de grupo, mantidas vivas por meio das tentativas de imposição” (BECKER, 2008, p. 16). Os corpos desviantes das normas de gênero e sexualidade, como o de Dandara dos Santos, sofrem, portanto, com a imposição das regras e, se não forem efetivadas a partir disso, têm como consequência a exclusão social. Esses corpos constituem, aos olhos do grupo de pessoas em conformidade com as normas de gênero e sexualidade, os *outsiders*, estando à margem da sociedade e excluídos de participar integralmente da sociedade.

É interessante, a partir desse ponto, dialogar com a perspectiva de Foucault. Becker tem uma perspectiva interacionista, logo sua percepção do desvio não o observa como sendo dado por concepções estatísticas, médicas ou funcionalistas; ele seria dado por meio da interação. Já Foucault dá à sua análise uma abordagem pós-estruturalista, a qual privilegiaremos aqui a fim de entendermos como as práticas de exclusão de pessoas trans e travestis são elaboradas não somente em meio às interações sociais como também a partir de um aparato jurídico médico

26[4] Dados do Grupo Gay da Bahia, retirados da publicação “Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo” (O GLOBO, abril 2017).

legal, como menciona o autor. Essa visão converge com a definição aqui utilizada de exclusão social, que busca enxergar não apenas as interações interpessoais, mas também a estrutura que ampara a relação entre a população trans e o resto da sociedade, que vive em conformidade com as normas sociais que regulam o gênero e a sexualidade, de forma a deflagrar essa exclusão e impedir sua participação efetiva.

No tocante às regras, Michel Foucault, em sua obra *História da Sexualidade*, fala em modo de sujeição, que seria “a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com a regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática” (FOUCAULT, 1984, p. 27). A sujeição do corpo, todavia, é uma sujeição a um tabu construtor de fronteiras para construir o sujeito singular por exclusão. O repúdio de corpos em função de seu sexo e sexualidade é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo e sexualidade. A exclusão social se dá então em decorrência da reafirmação de tais regras sociais.

É possível ampliar a discussão trazendo a perspectiva de Judith Butler, que define o gênero como sendo “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida” e como “uma performance com consequências claramente punitivas” (BUTLER, 2003, p. 241). A autora então denuncia que as possibilidades históricas do gênero são na realidade ficções culturais punitivamente reguladas, sendo seu caráter ficcional obscurecido pela credibilidade das próprias produções de gêneros distintos e polarizados e pelas punições aplicadas diante da recusa a acreditar neles. Nesse contexto, as performances de confusão do gênero operam como lugares de intervenção, denúncia e deslocamento dessas reificações.

Com isso, Butler aponta não somente o caráter ficcional do gênero, mas a sua sustentação enquanto um elemento entendido como inato e natural devido à ocultação desse caráter por meio das próprias normas reguladoras do gênero. As manifestações desviantes, que quebram com essas normas, são então punidas, uma vez que sua existência denuncia esse lugar de ficção e invenção cultural que não está atrelada à natureza, mas meramente a regras sociais performadas. Trazendo para a discussão presente nesse tópico, podemos entender a exclusão social de pessoas trans, incluindo a violência física e as agressões psicológicas, como parte dessa punição social às configurações de confusão do gênero.

Sob a teoria de Becker, Butler e Foucault, podemos entender o porquê de Dandara dos Santos, por mais que tivesse conseguido quebrar o preconceito em meio ao lugar onde vivia, tendo uma boa relação com a vizinhança e sendo muito querida pela região, ser constantemente humilhada, como relatam sua mãe e amigas (LUCON, 2017). Ela já havia inclusive sido anteriormente agredida e levada ao hospital em outra ocasião de violência, o que comprova a constante tentativa de reafirmação das normas sociais por meio da exclusão social e do seu reforço por meio da violência física e psicológica. Isso se dá pelo fato de que as regras sociais de gênero e sexualidade, ao se imporem sobre os indivíduos que a elas fogem, excluindo-os, acabam por reforçar seu caráter hegemônico. As constantes agressões a Dandara eram na

realidade práticas individualizadas desse grande aparato de manutenção e regulação das normas de gênero.

Essa perspectiva pode ser aprofundada ao recorrermos à especificidade do caso brasileiro, que, como citado anteriormente por meio de estatísticas, é o país que mais mata a população trans e travesti mundialmente. Essa especificidade é trazida por Berenice Bento pela categoria do transfeminicídio, definido pela autora como “uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo” (2014, p. 1). Dessa forma, Bento afirma, como elaborado aqui pela comunhão das teorias de Becker, Butler e Foucault, que o transfeminicídio seria uma forma de reificação da cisheteronormatividade.

(...) a principal função social deste tipo de violência é a espetacularização exemplar. Os corpos desfigurados importam na medida em que contribuem para coesão e reprodução da lei de gênero que define que somos o que nossas genitálias determinam. Da mesma forma que a sociedade precisa de modelos exemplares, de herói, os nãoexemplares, os párias, os seres abjetos também são estruturantes para o modelo de sujeitos que não devem habitar a nação. (BENTO, 2014, p. 2).

Entendemos então a exclusão social, mencionada aqui como a precarização das relações sociais e o impedimento parcial ou integral de participação na vida social, como parte estrutural e estruturante da transfobia, uma vez que é motivada por ela e, ao mesmo tempo, reproduz a estrutura vigente e que inicialmente a motivou. Ao “eliminar” do convívio social existências que contrariam às normas, reitera-se a regra social em questão e, finalmente, a própria posição normativa. É em nome dessa reiteração do hegemônico que a exclusão de pessoas transgênero é formulada, tomando forma não somente nas agressões físicas, mas principalmente na expulsão delas dos espaços sociais, o que é reforçado institucionalmente. Com isso, resta-nos melhor compreender a relação dessas práticas de exclusão social com as estruturas de poder, que legitimam a exclusão institucional desses corpos desviantes.

3. Práticas de exclusão institucional e estruturas de poder

Pode-se associar as regras sociais citadas na seção anterior à exclusão de pessoas trans na sua forma institucional e com as estruturas de poder que as impõem, uma vez que, ao falarmos em exclusão, não nos referimos apenas às relações sociais na esfera dos indivíduos. A exclusão institucional é aqui entendida pelo escopo das práticas de supressão dos direitos por parte de instituições de poder como o sistema jurídico e de saúde, promovendo a restrição de acesso aos espaços aos quais indivíduos não excluídos têm, assim como a ausência de políticas públicas que contemplem as especificidades do grupo restringido em questão. É importante salientar que, na prática, não apenas inexitem as políticas específicas para o grupo vulnerável que constitui a população transgênero, como também este grupo é mantido à margem das políticas tradicionais existentes.

Para enxergar tal relação, podemos resgatar a teoria de Howard Becker, na qual, ao falar em imposição de regras, é afirmado que as regras estão sempre sendo impostas às pessoas,

aplicadas sem sua vontade ou consentimento. A diferença na capacidade de fazer regras e aplicá-las são os diferenciais de poder. Com isso, podemos fazer o esforço de dialogar com a obra de Foucault, o qual também cita o poder enquanto um elemento importante na imposição das normas.

Foucaultrejeita a ideia de que a sexualidade é reprimida pelo sistema e suas representações institucionais; a verdade do desejo e do gênero não é reprimida, mas sim moldada por meio de um sistema de poderes. A análise histórica evidencia que sexualidades são validadas por diversas instituições, estas que, para fazer o controle de como os sujeitos irão experimentar da sexualidade, utilizam diversos mecanismos de regras e coerções. Observa-se que determinadas instituições – sejam judiciais, médicas, religiosas ou até mesmo pedagógicas – possuem grande influência no campo moral, tendo papel importante na regulação da expressão de gênero.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) denuncia a internalização, que opera a serviço do regime disciplinar da sujeição e da subjetivação de “criminosos”. No contexto desses prisioneiros, a estratégia não foi impor a repressão de seus desejos, mas obrigar seus corpos a significarem a lei interditora como sua própria essência, estilo e necessidade. A lei é, assim, incorporada, produzindo corpos que a expressam no corpo e por meio dele e se manifestando como essência do eu deles, significado de suas almas, sua consciência e a lei de seu desejo.

Esses mecanismos de exclusão são observados com facilidade em nossa sociedade. Seja em termos de empregabilidade, assistência pelas instituições de poder político e jurídico ou mesmo pela medicina, as pessoas que transgridem as leis, principalmente as de inteligibilidade do gênero, são excluídas. Uma das maiores evidências é a patologização da transgeneridade, categorizada como “transtorno de identidade de gênero” pela Classificação Internacional de Doenças (CID/OMS), sendo retirada apenas no ano de 2018 [5] – e muito provavelmente demorando para entrar em adoção internacional até 2022 (MARTINELLI, jun. 2018). A retirada da transgeneridade do CID não é completa, permanecendo na lista de condições relativas à saúde sexual como “incongruência de gênero”. Dessa forma, utiliza-se do argumento médico e científico para submeter pessoas que não estão em conformidade com as leis impostas sobre seus corpos a procedimentos médicos e jurídicos que reafirmam a marginalidade de sua condição. Suas identidades são constantemente negadas por essas instituições, sendo passíveis até de internação forçada utilizando do argumento “transtorno de identidade”. Entende-se aqui como a população trans é mantida à margem das políticas públicas, uma vez que não apenas está sujeita à vulnerabilidade social anteriormente mencionada, como também à legitimação de sua situação marginal por meio dos mecanismos de poder em questão.

Ao voltarmos nossos olhos para o caso de Dandara dos Santos, podemos observar claramente essa exclusão institucional, materializada na negligência e legitimação por parte das

27[5] A CID-11, anunciada no dia 18 de junho de 2018, retirou a transgeneridade da lista de “transtornos de personalidade e comportamento”, passando a fazer parte do grupo de “condições relacionadas à saúde sexual”.

instituições públicas diante das agressões sofridas. Seu irmão, Ricardo Vasconcelos, de 39 anos, destacou em seu depoimento a demora em apurar o caso, assim como a demora da polícia em chegar para conter os assassinos no dia da violência (LUCON, 2017). A mãe também afirma que foram feitas várias denúncias por meio do 190, contabilizando 20 minutos de ligações, mas a PM-CE só chegou depois que Dandara havia falecido, tendo sido morta pela transfobia que motivou o ato de violência, agravada pela negligência da polícia com o caso (FERNANDES, 2018).

O aparato institucional, portanto, legitima tais atrocidades feitas contra os corpos marginalizados, desviantes, fora da estrutura de poder cisheteronormativa, seja por meio da sua promoção e propagação, seja pela sua omissão diante dos casos de agressão e homicídio. O caso de Dandara dos Santos evidencia que tanto a exclusão social – que retira o indivíduo trans do vínculo social para reforçar a posição hegemônica – quanto a exclusão institucional – que corrobora com as práticas do meio social – contribuem para as estatísticas temerosas de morte de pessoas trans e travestis, de modo a comprovar as relações inicialmente supostas entre a estrutura cisheteronormativa, as práticas discursivas, sociais e institucionais que a amparam e o assassinato de pessoas trans e travestis. Esses fatores ampliam a compreensão do caso enquanto parte do transfeminicídio, categoria que contempla não apenas as mortes de pessoas trans e travestis, como também o descaso intencional e sistemático diante das agressões a elas direcionadas. É este descaso que comprova a convivência dos mais diversos setores da sociedade com a violência direcionada às pessoas transgênero, como aqui foi evidenciado.

4. O assassinato de Dandara não é um caso isolado

Ao longo do artigo, buscou-se analisar o assassinato de Dandara dos Santos sob a luz da teoria sociológica. Utilizando-se substancialmente da teoria de Howard Becker, Michel Foucault e Judith Butler, pudemos expor as nuances ideológicas, sociais e institucionais da transfobia, de forma a culminar no caso de Dandara. Este, todavia, foi aqui tomado de forma metonímica, uma vez que seria difícil analisar todas as mortes de pessoas trans e travestis no Brasil.

Inicialmente, foi exposta a nuance discursiva e ideológica da transfobia, manifestada pela ininteligibilidade dos corpos que fogem à norma diante da leitura binária e que pressupõe continuidade entre sexo, gênero e sexualidade. O caso de Dandara dos Santos pôde evidenciar essa nuance devido à intolerância diante de sua existência enquanto travesti, a qual motivou seu assassinato, comprovada pela forte presença de insultos relacionados à sua incontestância com o normativo durante o ato de agressão. Com isso, foi possível compreender esse elemento como motivador para o assassinato de Dandara: o discurso e ideologia cisheteronormativos.

Em seguida, buscou-se destrinchar a exclusão social como um fator estrutural e estruturante da transfobia, de modo que os esforços de exclusão, apagamento, silenciamento e assassinato de pessoas trans foram expostos como forma de reforçar a posição de poder das regras sociais e daqueles que nelas estão contemplados, assim como tendo por objetivo ocultar do convívio social manifestações que expõem o caráter ficcional e performativo do gênero e reiterar a posição hegemônica. Esse elemento foi amparado pelas recorrentes tentativas de

ataque a Dandara. Apesar de não ter qualquer problema com as pessoas de seu convívio, ela era sempre vítima de agressões físicas e morais em meio à comunidade, evidenciando que tal violência não era motivada por problemas interpessoais; era pela sua existência enquanto travesti e a tentativa de imposição das regras sociais a fim de reforçar a posição de norma e hegemonia dos que se adequam em meio à cisheteronormatividade.

Todavia, foi evidenciado que a exclusão não se dá apenas nas relações interpessoais e em meio a espaços sociais; ela toma forma também na exclusão institucional. A fim de controlar a experiência da sexualidade e do gênero, as instituições apelam para o poder do qual gozam para legitimar os corpos que são moldados pela norma, automaticamente excluindo aqueles que não se adequam a essa experiência normativa. Com isso, os corpos trans são entendidos em todos os âmbitos institucionais como contraventores, significando a interdição da própria lei a qual transgridem. Essa exclusão institucional toma forma prática principalmente no aparato médico legal, de forma que a transgeneridade, a transexualidade e a travestilidade foram entendidas como patologia ao longo de anos e até agora constam como “incongruência de gênero”. No caso de Dandara, a participação desse elemento foi justamente pela negligência em atender à denúncia do ocorrido na hora em que ele acontecia. Foram feitos 20 minutos de chamada para a polícia, os quais não foram atendidos de prontidão, fato que tem potencial para ter se dado de tal forma por tratarem-se de agressões a uma travesti. Essa atitude de negligência da polícia foi um dos elementos responsáveis pela morte de Dandara, a qual poderia ter sido socorrida antes do seu falecimento. Com isso, compreendemos as instituições de poder diante do ataque a pessoas trans como agentes que ora praticam a violência e exclusão, ora corroboram e se silenciam diante dela.

Dessa forma, comprovou-se no presente artigo que por meio da ideologia cisheteronormativa, da exclusão social motivada por esta e da negligência institucional em atender às denúncias de agressão, Dandara foi morta. O caso então se torna muito maior que apenas Dandara, remetendo a toda a estrutura que ampara a exclusão de pessoas trans.

Por fim, podemos concluir que, quando falamos em exclusão de pessoas que fogem à cisheteronormatividade, falamos em extermínio e genocídio. A morte vem de todos os lados: das estatísticas, da polícia, do poder judiciário, do discurso médico, da falta de oportunidade escolar e profissional. Entendemos que o caso de Dandara dos Santos foi aqui tomado devido ao seu caráter extremo, o qual expõe todas as nuances que buscamos comprovar ao longo do artigo. Todavia, as estatísticas expostas aqui demonstram que o extermínio da população trans está fortemente presente na sociedade brasileira, tomando forma em todos os âmbitos expostos anteriormente e constituindo a categoria do transfeminicídio, que traz não apenas a questão da violência à qual a população trans se vê exposta no Brasil, como também o modo como a sociedade civil e as instituições públicas e de poder lidam com essa violência. Com isso, pode-se entender a urgência do debate sociológico, dentro e fora da academia, quanto ao assunto. A negligência dele também reforça a estrutura normativa em vigência.

É importante salientar que ao longo do processo de elaboração do artigo – escrito em junho de 2018 – outros três casos de tortura e assassinato de mulheres trans foram cometidos.

Dois deles foram na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro (RJ), em localidades próximas e com um espaçamento de poucas horas, dos quais as vítimas não foram identificadas – por terem sido cruelmente desfiguradas – e o terceiro foi o de Thalia Costa, assassinada pelo namorado. Durante a pesquisa, realizada por meio do site de busca Google e nas redes sociais Facebook e Twitter, foram encontrados poucos registros de jornais noticiando tais atrocidades, o que reforça mais uma vez a negligência e conivência de todos os setores da sociedade com a transfobia diária à qual pessoas trans e travestis estão expostas. Dessa forma, este artigo se fez escrito também em memória de Dandara dos Santos, de Matheusa Passareli, de Thalia Costa e todas as outras pessoas trans e travestis assassinadas no Brasil e no mundo. 🌐

NOTAS

* A autora, à época da submissão, cursava o 4º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: mariaclaraferro1247@gmail.com.

REFERÊNCIAS

BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BENTO, Berenice. Brasil: o país do transfeminicídio. **Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, p. 01-02, 04 jun. 2014.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, T. Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. **Correio Braziliense**, Brasília. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FERNANDES, M. O depoimento da mãe de Dandara dos Santos e a brutalidade escancarada da transfobia no Brasil. **Huffpost**, Brasília, 17 maio 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/05/17/combate-a-lgbtphobia-o-depoimento-da-mae-de-dandara-dos-santos-e-a-brutalidade-da-transfobia-no-brasil_a_23437198/. Acesso em: 23 jun. 2018.

JESUS, J. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, 16, p. 101-123, 2013.

LUCON, N. Quem era Dandara dos Santos, a travesti que mostrou a cara da transfobia no Brasil ao mundo. **NLUCON**, São Paulo, 13 mar. 2018. Disponível em: <http://www.nlucon.com/2017/03/quem-era-dandara-dos-santos-travesti.html>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MARTINELLI, A. Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. **Huffpost**, 18 jun. 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/. Acesso em: 23 jun. 2018.

MATTOS, A.; CIDADE, M. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. Bahia, **Periódicus**, n. 5, v. 1, p. 132-153, maio-out. 2016.

O GLOBO. Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, diz pesquisa. **O Globo**, 26 abr. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao->

reporter/noticia/2017/04/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais-no-mundo-diz-pesquisa.html. Acesso em: 23 jun. 2018.

Recebido em 08/08/2018

Aprovado em 23/01/2019

GERENCIANDO O DESASTRE: UMA ANÁLISE DAS TÁTICAS DISCURSIVAS NOS RELEASES DA VALE E DA SAMARCO

MANAGING DISASTER: AN ANALYSIS OF DISCURSIVE TACTICS IN VALE'S AND SAMARCO'S RELEASES

*Lucas Ryuji Kato Simas**

Cite este artigo: SIMAS, R. K. L. Gerenciando o desastre: uma análise das táticas discursivas nos releases da Vale e da Samarco. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 58-87, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: O artigo analisa as táticas discursivas empregadas pelas firmas Vale e Samarco com vistas à gestão do desastre do Rio Doce e de suas consequências, tendo como foco os releases empresariais lançados após a ruptura da barragem do Fundão. Com o auxílio de um *software* de análise qualitativa, o NVivo, realizamos uma análise de discurso dos releases empresariais, a partir da hipótese que ambas traçariam táticas discursivas distintas ao se posicionar diante do desastre. Tal análise foi combinada com as contribuições da sociologia econômica e sociologia ambiental e permitiu apontar que os posicionamentos discursivos dessas firmas estão relacionados com suas estratégias corporativas, na medida em que as táticas discursivas podem ser consideradas parte das estratégias sociais das firmas extrativas, com vistas a sustentar suas atividades de captura de valor e capacidade de exercício de poder. Classificamos as táticas discursivas das firmas a partir de um conjunto ordenado de seis retóricas acerca do desastre, que apresentam características diferenciadas e complementares.

Palavras-chave: Estratégia social; Análise de discurso; Release empresarial; Desastre ambiental; Vale

Abstract: The following paper analyses the discursive tactics employed by the firms Vale and Samarco concerning the management of the Rio Doce disaster and its consequences, with emphasis on the corporate releases published after the Fundão dam failure. The investigation mobilized discourse analysis techniques, employing the qualitative analysis software NVivo, expecting that each firm would outline distinct discursive tactics when positioning themselves in relation to the disaster. This analysis was combined with the contributions presented by economic sociology and environmental sociology and allowed us to point out that the discursive positionings of these firms are related to their corporate strategies, in so far as the discursive tactics can be considered parts of the social strategies developed by extractive industries, intended to maintain their activities of value capture and conditions for exercising corporate power. These discursive tactics were categorized according to an ordered set of six rhetorics concerning the disaster, that present differentiated and complementary features.

Keywords: Social strategy; Discourse analysis; Press release; Environmental disaster; Vale

O surgimento do construcionismo ambiental em resposta a uma sociologia ambiental predominantemente “realista” (HANNIGAN, 2009), encarregada de documentar questões ambientais objetivas (mudanças climáticas, extinção de animais, desastres ambientais etc.), constitui um marco na investigação propriamente sociológica dos problemas ambientais como produto de definição, negociação e legitimação social. Dessa forma, este artigo parte de um enfoque construcionista, abordando as discussões de percepção e poder, e discutindo hegemonia e discurso como elementos constitutivos dos problemas ambientais.

A noção de discurso pode ser entendida como uma série de “enredos” que atribui significados ao mundo e que suscita debates e compromissos, segundo Hannigan (2009). Para esse autor, os argumentadores de problemas ambientais engajam-se em diversas atividades, em um processo contínuo de definição coletiva do problema e aperfeiçoamento dela por meio da ação coletiva, que passa de sua descoberta até o desenvolvimento de uma política pública. Nesses termos, seguindo a teoria de Hilgartner e Bosk (1988 *apud* HANNIGAN, 2009), segundo a qual os problemas ambientais são argumentados em arenas competitivas, Hannigan (2009) sugere que existe uma disputa pelos termos que vão definir o problema.

Como é possível perceber, o autor aborda a questão dos discursos ambientais dispensando o ônus da dúvida principalmente sobre movimentos sociais. Entretanto, este trabalho pretende investigar justamente o outro lado do espectro social e político, questionando como duas empresas, envolvidas no que tem sido considerado o maior desastre ambiental do país, produziram discurso através de boletins de imprensa para salvaguardar suas reputações e atividades. Embora seja esperado que empresas envolvidas em desastres neguem ou tentem afastar suas imagens do acontecimento, as maneiras específicas por meio das quais buscam fazê-lo merecem exame dedicado.

As três empresas diretamente implicadas no rompimento da barragem do Fundão, Samarco Mineração S.A. (Samarco), Vale S.A. (Vale) e BHP Billiton Brasil Ltda. (BHP Billiton), produziram um sem-número de materiais que tratam do desastre de modo direto ou indireto, variando entre si o volume e a qualidade desses materiais. Todos esses materiais – entrevistas, relatórios, coletivas de imprensa, boletins de imprensa, declarações de representantes, vídeos institucionais, peças de propaganda etc. – podem ser levados em conta para analisar os posicionamentos adotados por essas empresas no cenário que se desenvolveu e no qual elas eram alvo de contestação. O trabalho aqui apresentado enfoca, não obstante, especificamente os *releases* das empresas, recorte já consagrado pela literatura de análise de discurso e de estudos organizacionais, e que se apresenta particularmente útil para o objeto em questão.

De acordo com Costa e Carvalho (2005), um emissor produz uma mensagem marcadamente diferente quando existe a possibilidade de ela ser rerepresentada para milhares de pessoas do que quando o emissor é interpelado por entrevistadores, que irão veicular sua mensagem somente para o meio acadêmico. Esta é a vantagem principal em escolher *releases* empresariais, que muitas das vezes são reproduzidos quase integralmente, ou parafraseados, nos principais veículos de mídia.

Assim, tanto a Samarco quanto a Vale e a BHP Billiton produziram *releases* que tratavam do desastre direta ou indiretamente. Entretanto, havia uma disparidade na quantidade destes: a Samarco

havia divulgado 45 boletins, a Vale, outros 19, enquanto a BHP Billiton havia publicado um número irrisório dessa peça de comunicação. Foi este o fator que nos levou a analisar somente os *releases* da Samarco e da Vale, deixando de lado os da BHP Billiton. Além disso, a existência da BHP Billiton como uma das controladoras da Samarco só se tornou fato conhecido pela opinião pública com a cobertura midiática do desastre, o que reduz ainda mais a sua importância enquanto produtora de discurso. O comportamento dessa firma nesse arranjo será explicado com mais detalhe na seção de conclusão.

Este artigo é composto por seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, discute-se como foi feita a abordagem dos *releases* e como foi empregado um *software* de análise de dados. Em seguida, traçamos um breve panorama do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton (MANSUR *et al.*, 2016) e explicitamos alguns conceitos-chave para a compreensão da problemática. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os principais quadros teórico-conceituais que guiaram a investigação. Na seção de resultados, é proposta uma tipologia para analisar as táticas discursivas das firmas, com base em seis retóricas – de responsabilização, de escala, técnica, de acidente, jurídico-legal, e de envolvimento – a partir dos dados presentes nos *releases*. Por fim, na seção de conclusão, indicamos as semelhanças dos nossos achados com a literatura sobre estratégia corporativa, assim como uma interpretação possível dos objetivos das empresas em questão ao se posicionarem diante do desastre.

1. Metodologia

Como objeto de análise, foram recolhidos e analisados 64 releases de imprensa veiculados pela Vale (19 releases) e Samarco (45 releases) no período compreendido entre a data do desastre – 5 de novembro de 2015 – e maio de 2017, data de início desta pesquisa. Os releases foram extraídos dos endereços eletrônicos oficiais de ambas as empresas, que contam com ferramentas de busca dedicadas, o que torna possível a procura de termos específicos em determinado espaço temporal. Para selecionar os releases pertinentes, filtramos as buscas com o termo “fundão” (em referência à barragem de Fundão), salvando individualmente em documento .PDF (Portable Document Format) os releases que tratam do desastre de formas direta ou indireta.

O primeiro passo da análise consistiu em uma leitura superficial desses releases, com vistas a entender a tônica adotada pelas empresas, a diferença de linguagem empregada, a forma do texto e a aparência estética do documento. A partir dessa primeira aproximação, foi possível perceber que os releases da Samarco não possuem padrão único de diagramação, são marcados por linguagem simples e por textos repetitivos e pouco extensos; enquanto os releases da Vale costumam ser mais longos, apresentando linguagem formal e seguindo um padrão textual. Ficou evidente, ainda, a brevidade dos primeiros releases divulgados, com posterior adensamento de informações e inclusão de declarações de representantes das empresas.

Posteriormente, decidiu-se pelo uso de um software da análise qualitativa de dados, o QRS NVivo, nas versões 10 e 11, programa multimídia que oferece ferramentas de pesquisa e de codificação de arquivos de diversas naturezas. Os releases, em forma de arquivo .PDF, foram alimentados ao programa como fontes externas, para então serem analisados por meio de duas ferramentas: “Frequência de palavras” e “Busca de palavras”.

de “responsabilização social” (CHOI, 2012, p. 425), “mortificação” e “defensiva” (CHOI, 2012, p. 426) [1].

2. O desastre, seu impacto e a reação

A manhã do dia 5 de dezembro de 2015 marca o início de um rastro de destruição ainda sem limites totalmente definidos: uma barragem de rejeitos rompida, dois distritos de Mariana completamente arrasados, mais de um milhão de pessoas atingidas, fauna e flora comprometidas, bacia do Rio Doce contaminada e quase 80 milhões de toneladas de lama espalhadas por quase três estados até chegar ao Oceano Pacífico através do estado do Espírito Santo (MANSUR et al., 2016; MILANEZ, 2016). Esses são somente os impactos visíveis causados pelo rompimento da barragem do Fundão, de propriedade da Samarco, que comprometeu a vida da população direta ou indiretamente afetada pelo desastre, subtraindo-lhe suas moradas, laços afetivos com as localidades, fontes de renda e meios de subsistência. O impacto sobre o meio ambiente também foi expressivo, contaminando com metais pesados, solventes e resíduos tóxicos a fauna e flora da região, comprometendo a bacia do Rio Doce e seu fluxo. Além de tornar impraticáveis a pesca e o turismo na região, afetou diretamente populações tradicionais, principalmente indígenas, sobretudo pela importância simbólica do rio.

O que se seguiu ao desastre foi um curto período de choque e incredulidade, com a ânsia por mais detalhes e o desespero de muitos brasileiros para contatar seus familiares no ainda indefinido (des)território da lama. Porém, o período de assimilação e inação foi curto, com diversos artistas e coletivos artísticos [2] produzindo criticamente [3] a partir dos impactos do desastre. Entretanto, o que nos interessa aqui são as reações sociais e políticas que o rompimento suscitou.

A literatura que vem sendo produzida pelo desastre tem sido bem-sucedida em apresentar tanto um panorama sobre os fatores políticos e econômicos atrelados ao desastre (MANSUR et al., 2016; MILANEZ, 2016), quanto ao focalizar as especificidades e impactos mais localizados (PASSOS; COELHO; DIAS, 2017; ANAZAWA; BONATTI; CARMO, 2017). Como contribuição para essa crescente produção, pretendemos aqui analisar as táticas discursivas adotadas pelas empresas Vale e Samarco para dar conta das atividades contestatórias (HOMMEL; GODARD, 2005) promovidas pelos atingidos e pela sociedade civil.

28[1] As categorias utilizadas por CHOI (2012) são próprias à literatura de Relações Públicas e Comunicação. Segundo o autor, o frame “responsabilização social” é uma marca nos releases que indica a iniciativa da empresa de se responsabilizar parcialmente pelo desastre. “Mortificação” indica a atitude de oferecer compensação para as vítimas e “defensivo” seria o posicionamento das empresas nos releases demonstrando que não fugiriam das consequências do desastre.

29[2] A produção artística que se desenvolveu a partir do desastre alcançou grande difusão tanto nos noticiários quanto nas galerias de arte do país, como também em exposições de rua. A lama tornou-se um dos veículos principais para a expressão artística e protesto, sendo utilizada como tinta para retratar os impactos do desastre ou como matéria escultórica, por sua composição de materiais pesados e tóxicos. A fotografia também foi um dos principais recursos utilizados para a representação tanto simbólica quanto realista do desastre, originando diversas exposições que percorreram o país (ARTENAREDE, 2016; BRASIL DE FATO, 2017; DW BR, 2017).

30[3] Em Boltanski e Chiapello (2009), os autores desenvolvem dois conceitos essenciais para entender as fontes de indignação em relação ao capitalismo: a “crítica estética” e a “crítica social”. A primeira está baseada em pontos de vista boêmios e artísticos, que aponta o capitalismo como produtor de inautenticidade e opressão. Já a “crítica social” parte de uma objeção moral aos produtos do capitalismo, principalmente o egoísmo das classes burguesas e a crescente miséria produzida entre as classes populares.

A premissa adotada aqui é de que, com o rompimento da barragem, as atividades das empresas envolvidas, até então fechadas ou afastadas do escrutínio público, tornaram-se contestáveis (HOMMEL; GODARD, 2005) pelos atores relevantes. O que se segue é a formação de uma arena (DE SARDAN, 2005 *apud* RAMALHO; SANTOS; LIMA, 2013) envolvendo as empresas, os atingidos, os poderes públicos, a mídia e a opinião pública nacional. Dessa forma, em um cenário de alta contestabilidade (HOMMEL; GODARD, 2005), as empresas veem-se pressionadas a justificar-se defensivamente e a dar prosseguimento ao processo de acumulação (BOLTANSKI; CHIAPPELO, 2009) por meio da retomada das operações da Samarco. Assim, as empresas buscam produzir um discurso ‘justo’ acerca das causas, dos efeitos e sobre a natureza dos agentes envolvidos no desastre e sua responsabilidade, principalmente na forma de boletins de imprensa, que iremos analisar, mas também de entrevistas, vídeos institucionais, coletivas de imprensa etc.

De um modo geral, os estudos sobre contestação giram em torno de alguns conceitos-chave, tais como: estrutura de oportunidades, processo político, campo, espaço institucional e atores. Esta produção tem cada vez mais se afastado das investigações sobre contestação que tomam o Estado como alvo, para lançar o enfoque sobre firmas (SOARES, 2004; ANCELOVICI, 2009; SANTOS; MILANEZ, 2015). Tal transição não se deu unicamente em razão de linhas de pesquisa preferenciais. Dessa forma, KING (2010, p. 252) cita três razões para tal mudança de enfoque. Primeiro, o avanço da liberalização dos mercados e a dominância de ideologias neoliberais, elementos de fortalecimento de empresas transnacionais diante dos poderes regulatórios dos Estados nacionais, que se tornaram reféns da capacidade das primeiras de transferirem seus centros produtivos para países da periferia do capitalismo. Segundo, a percepção dos mercados como instituições mais dinâmicas que Estados, sendo capazes de se adaptar às demandas de movimentos sociais. E, finalmente, o autor defende que muitos movimentos sociais almejam mudanças nas práticas éticas das empresas, optando por confrontá-las diretamente.

A relevância das empresas envolvidas no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton transcende a esfera econômica, se espraiando por dimensões política e social. É essa permeabilidade entre os mundos econômico e não econômico que permite um desastre ambiental tornar as firmas envolvidas em alvos-chave de contestação social (HOMMEL; GODARD, 2005), convertendo, paralelamente, os agentes responsáveis pela contestação, e suas estratégias, em foco da gestão das firmas.

No caso analisado, a dimensão do desastre provocou uma situação altamente conflitiva entre os agentes envolvidos, oriundos de esferas diversificadas e apoiados por discursos específicos. É, assim, diante de um contexto em que “grupos estratégicos heterogêneos, possuidores de diferentes níveis de poder” (DE SARDAN, 2005, p. 184 *apud* SANTOS, 2016, p. 300) se defrontam que propomos abordar a atuação dessas empresas como fazendo parte de uma arena, expandida inadvertidamente a partir do desastre.

A principal vantagem em utilizar a noção de arena como ferramenta analítica é a capacidade de considerar os atores como protagonistas em um palco, em constante confronto. Aqui as metáforas que envolvem discurso, atores, arena e palco são múltiplas, mas não deixam de ser relevantes para apontar o caráter interacionista e local dessas relações. Abordar esse confronto como se fosse uma

arena atribui aos atores uma importância metodológica, ou seja, preza pelas suas estratégias e lógicas próprias (CARNEIRO, 2012, p. 134).

A arena “toma um espaço social em um sentido mais imediato no qual os atores possuem algum tipo de consciência das disputas que se desenrolam em seu interior” (CARNEIRO, 2012, p. 143). A partir disso, é possível considerar os releases como sendo ‘termômetros’ da arena, que reagem reiteradamente às ações de movimentos sociais, Poder Judiciário, mídia, populações afetadas, acionistas, governos etc., já que estes atores se deparam com uma necessidade constante de tomada de posição.

Esta pesquisa não se propôs a mapear a arena que surgiu a partir do desastre, mas também não pôde deixar de esboçá-la. Neste contexto, estão presentes as empresas envolvidas diretamente no desastre, a Vale e a BHP Billiton como controladoras da Samarco, os acionistas, a população atingida e aqueles que assumiram a defesa dos interesses dos afetados, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o jornal A Sirene, os ministérios públicos de Minas Gerais e Espírito Santo e os grupos de estudos acadêmicos. Diante desse breve panorama, pode-se ter noção da disparidade de poderes e hierarquias presentes nesta arena, em que os atores menos influentes precisam se posicionar ativamente para não serem suprimidos pelos atores detentores de influência política, econômica e social.

3. Estratégias corporativas, estratégias sociais e táticas discursivas

De modo geral, a noção de estratégia corporativa pode ser definida como o conjunto das atividades desenvolvidas por uma firma com o objetivo de mobilizar recursos e exercer poder (SANTOS; RAMALHO, 2015, p. 9) e a posterior gestão desses recursos em direção aos objetivos econômicos, políticos e sociais desta. Mais especificamente,

[...] a estratégia pode ser definida como um repertório de ações coordenadas desempenhado por um ou mais agentes com vistas a: (1) elevar sua capacidade de criar, ampliar e/ou capturar valor; (2) expandir seu poder e/ou reduzir o poder de outros agentes; e/ou (3) alterar as condições de enraizamento em seu favor. (SANTOS; MILANEZ, 2017, p. 10).

Segundo Santos e Milanez (2017), tendo em vista as condições específicas da indústria extrativa mineral, é possível operacionalizar a estratégia corporativa a partir de seis dimensões: social, institucional, territorial, financeira, de mercado e de relações de trabalho.

Primeiramente, a estratégia social engloba as atividades da firma voltadas a influenciar agentes de sociedade civil, com vistas a angariar seu apoio ou dissuadir atividades contestatórias, antecipando-se a elas. Por sua vez, a estratégia institucional diz respeito à relação entre a firma, o Estado e demais agentes políticos, envolvendo-se em debates parlamentares sobre legislação, influenciando agências reguladoras e através de atividades de lobby etc. Além disso, sendo completamente dependentes do acesso a recursos naturais, empresas extrativas desenvolvem estratégias territoriais particulares, que envolvem a aquisição e apropriação de terras, enfrentamentos em torno do acesso aos recursos minerais e hídricos, assim como disputas com atividades paralelas desenvolvidas no território, dentre outras questões. Prosseguindo, as atividades que envolvem a

obtenção e gestão de recursos econômicos por parte das firmas, e, por outro lado, seus padrões de investimento desses recursos, dizem respeito, respectivamente, às estratégias financeira e de mercado. Finalmente, a estratégia de relações de trabalho tem como objetivo o controle da força de trabalho, através da gestão das relações de trabalho, da duração da jornada de trabalho e de planos de contratação, de subcontratação e de demissão, dentre outros elementos.

Uma distinção adicional é necessária, sendo importante frisar a diferença entre os conceitos de estratégia e de tática. As táticas podem ser entendidas como derivações das estratégias corporativas, já que se realizam em situações particulares e demandam respostas específicas do agente envolvido na ação; sem, entretanto, desviar dos padrões característicos das estratégias (territorial, social, institucional, financeira, de mercado e de relações de trabalho) delineadas pelas empresas. É neste sentido que o presente artigo se alinha com as frentes de investigação sobre estratégias corporativas (RAMALHO; SANTOS; LIMA, 2013; SANTOS; RAMALHO, 2015; SANTOS; MILANEZ, 2017), já que as táticas discursivas que propomos analisar podem ser consideradas um desdobramento das estratégias sociais adotadas pelas empresas para justificar e legitimar suas atividades.

Dessa forma, a investigação analisou como foi construído o discurso empresarial da Samarco e da Vale após o desastre. Por discurso empresarial, entendemos as práticas mobilizadas por uma empresa para garantir um posicionamento sobre suas atividades diante de contestação social (HOMMEL; GODARD, 2005). É importante sublinhar que, produto de uma construção social (HANNIGAN, 2009), tal discurso pretende ser (a) coletivo, para legitimar a empresa junto à opinião pública e ampliar sua abrangência, (b) institucional, para garantir a formalidade esperada de uma empresa no contato com as partes interessadas, em forma de um “diálogo” vertical e (c) racional, já que se constrói como uma estratégia (SANTOS; MILANEZ, 2017; GIFFONI PINTO, 2015), antevendo reações e buscando veicular um posicionamento cauteloso da empresa diante de situações de risco.

Esse enfoque centrado no discurso integra uma abordagem construcionista ambiental (HANNIGAN, 2009) diante de desastres naturais, que evita o debate sempre mutável sobre as categorias envolvidas e o estatuto dos atores, para analisar como as questões ambientais são definidas, negociadas e legitimadas.

Podemos definir discurso, de forma abrangente, como as “palavras, gestos, expressões e comunicações não verbais” (FARIA; MENEGHETTI, 2001, p. 6) emitidos por atores sociais específicos, que acabam gerando construções da realidade que se tornam aceitas e legitimadas por outros. É nessa capacidade de construção de realidade que o discurso cria um terreno comum entre aqueles que estão envolvidos e sujeitos à sua construção, como uma forma de criar coesão e evitar conflitos (FARIA; MENEGHETTI, 2001). O discurso tem, então, a capacidade de gerar uma realidade material, em que as palavras e as noções difundidas por ele são aceitas como tal (HARDY, 2001).

Os estudos organizacionais valorizam a capacidade do discurso de construir a realidade em sentido forte. Dessa forma, táticas discursivas são produzidas por organizações em um estilo simples e direto, despersonalizado e imparcial, de modo que não parecem estar associadas a ninguém, a nenhum grupo particular ou interesse privado, justamente para criar um senso de coesão e objetivo comum em

uma organização marcada por heterogeneidade entre seus funcionários, ideais, funções, divisões etc. (BARRY; ELMES, 1997).

Após revisão da literatura de análise de releases empresariais (HARLOW; BRANTLEY; HARLOW, 2010; CHOI, 2012; HARLOW; HARLOW, 2013), ficou evidente a diversidade de metodologias empregadas para analisar tais dados. Tais pesquisas tornam-se especialmente proveitosas se levarmos em conta a onipresença de equipes de relações públicas em empresas, cuja função primordial é balizar a relação da empresa com a população. Essas empresas produzem documentos de variadas naturezas – como releases, vídeos, entrevistas, campanhas publicitárias, falas de representantes, declarações em coletivas de imprensa, notas de esclarecimento – que veiculam o seu posicionamento diante das questões que surgem em razão das suas atividades.

Como boa parte das pesquisas que analisam releases empresariais, os documentos em questão geralmente estão ligados a empresas extrativistas e vêm à tona no decorrer de desastres com grandes impactos ambientais. Nessas situações, boletins de imprensa tornam-se fontes ricas em informações sobre as empresas, o desastre, a política local, os atores envolvidos e as suas táticas discursivas. Segundo Harlow (2013, p. 197), releases são interessantes justamente porque são a própria narrativa criada pela empresa para dar conta do caso. São nessas situações que a responsividade das empresas é colocada em questão, e os releases podem ser analisados como fontes para esclarecer os seus posicionamentos diante do desastre.

Dessa forma, Harlow e Harlow (2013) se prestaram a analisar a reação da petroleira British Petroleum (BP) à crise desencadeada pelo desastre da Deepwater Horizon, no Golfo do México, que causou danos incalculáveis à flora, fauna, turismo e indústria pesqueira da região. A empresa em questão, única operadora da plataforma petroleira, empreendeu uma campanha duradoura para reparar os danos causados pelo desastre e recuperar sua imagem pública. Os pesquisadores coletaram 128 releases e codificaram manualmente cada release com um único código, a fim de categorizar os documentos em razão do seu conteúdo e mês de veiculação para analisar como a BP reagiu diante da crise. Para codificar os releases, utilizaram 14 enquadramentos propostos por Benoit (1995) em estratégias de restauração de imagem, ligados às teorias de relações públicas.

Assim como o anterior, o artigo de Choi (2012) pesquisou releases empresariais com o intuito expresso de averiguar os erros cometidos pelas empresas nas suas estratégias e como poderiam melhorar suas relações públicas. O interesse foi identificar as estratégias de reparação de danos, e não uma análise dos releases em si; se as empresas foram bem-sucedidas, e não como o discurso foi construído. Para tanto, os pesquisadores envolvidos selecionaram as palavras-chave de cada release e os classificaram a partir de 5 enquadramentos. O artigo conclui que a empresa falhou ao descrever o desastre tecnicamente, quando poderia ter sido mais bem-sucedida se fosse maior o número de releases que adotassem perspectivas de responsabilidade social e filantrópicas.

Ao contrário das pesquisas supracitadas, que utilizaram codificação manual dos releases e analisaram-nos através de teorias de comunicação, a presente pesquisa fez uso de um software de codificação que permitiu integrar teorias de análise de discurso, construcionismo ambiental e sociologia econômica. Diferentemente das anteriores, o objetivo não foi averiguar o sucesso ou

fracasso das estratégias das empresas ao lidar com os desastres através dos releases; primeiro, porque tal objetivo não caberia em uma pesquisa de iniciação científica e, segundo, porque teriam que ser levada em conta uma quantidade e diversidade muito maior de dados para analisar a recepção dos releases pela opinião pública, o comprometimento e lealdade das empresas com suas promessas etc.

Para analisar tais resultados, recorremos ao aporte da Análise Sociológica do Discurso (AQUINO, 2014), que aponta três níveis fundamentais para se compreender um discurso: (1) informacional/quantitativo, (2) estrutural/textual e (3) social/hermenêutico. O primeiro nível está voltado para a apreciação das palavras com maior ocorrência no texto, buscando as associações possíveis entre elas. O segundo analisa a estruturação do texto e o uso da linguagem. Já o terceiro nível é a análise sociológica do discurso por excelência, em que o texto e o contexto são confrontados numa tentativa de explicitar a realidade social na qual estão inseridos, a significância do texto para o enunciador e para os ouvintes, a posição do enunciador no contexto, a forma do discurso e os “espaços e conflitos sociais que produzem, e são produzidos, pelos discursos” (ALONSO, 1998, p. 202 apud AQUINO, 2014, p. 197).

Os pesquisadores ligados à Análise Sociológica do Discurso apontam para a interdependência entre os três tipos ou níveis de abordagem, que chega à sua realização máxima no terceiro nível, em que o discurso é o ponto de partida e de chegada para se entender o contexto no qual ele surge. Como esclarecemos na seção de metodologia, o uso de software de análise qualitativa permitiu o rastreamento das palavras e enunciados mais comuns nos boletins de imprensa. Ou seja, realizamos uma análise informacional/quantitativa do texto. Entretanto, os boletins foram enfocados exclusivamente como fontes de dados para evidenciar o posicionamento das empresas a respeito do desastre de Mariana. A partir da análise das palavras mais frequentes, buscamos compreender, tendo sempre em mente o contexto do desastre e das possíveis reações aos boletins, como as empresas delinearão suas estratégias sociais – em especial, concentrando-se em suas táticas discursivas – para fazer frente à contestação social. Portanto, realizamos dois tipos de análise no âmbito da Análise Sociológica do Discurso, a informacional/quantitativa e a social/hermenêutica, sendo ambos os enfoques mutuamente informados.

4. Diferenciação e complementaridade nas táticas discursivas da Samarco e da Vale

Inicialmente, considerando uma perspectiva puramente quantitativa, a diferença na quantidade de releases produzidos pelas duas firmas parece ser explicada de maneira direta: a Samarco tinha que responder a um questionamento maior por parte da sociedade do que a Vale. Ou seja, já fica evidente, desde o início, que a Samarco foi a empresa que mais se posicionou discursivamente sobre o desastre, assumindo centralidade na relação com a opinião pública.

Uma diferença substantiva entre os releases da Samarco e os da Vale é a quantidade de vezes que cada uma cita as demais empresas. O fato que mais chama atenção, à primeira vista, são as pouquíssimas menções à Vale (17 citações) e à BHP Billiton (14) nos releases da Samarco, ao mesmo tempo em que há consideráveis autorreferências (361 resultados para “Samarco”), demonstrando que a empresa tomou a posição de explicar o desastre a partir de si própria e, conseqüentemente,

indicando uma tendência de autorresponsabilização. Em contraponto ao posicionamento da Samarco, os releases da Vale citam inúmeras vezes a Samarco (124) e medianamente a BHP Billiton (27), apesar do número menor de releases (19, em oposição aos 45 da Samarco).

A Samarco vem enfrentando questionamentos diretos da sociedade como um todo e dos respectivos órgãos regulatórios, os quais devem ser prontamente atendidos para que suas atividades operacionais sejam retomadas [4]. Sendo assim, seu discurso é endereçado principalmente àqueles diretamente afetados pelo desastre. Já a Vale responde a demandas adicionais, principalmente advindas da opinião pública nacional e estrangeira, dos interesses dos acionistas e das diferentes esferas do Poder Executivo, assumindo um discurso mais amplo e multidirecionado. Dessa forma, por mais que tenha investido cuidadosamente na sua reputação ao longo dos anos [5], a implicação direta da Samarco no desastre é inevitável. Por sua vez, a BHP Billiton exime-se quase completamente pela sua atuação como controladora não operacional, ao mesmo tempo em que a Vale é a empresa com a situação mais vulnerável a perdas reputacionais.

Esse contraste pode ser indicativo de uma espécie de ‘divisão do trabalho’ das empresas, voltada prioritariamente à proteção da imagem da Vale, com a Samarco se colocando como a ‘jogadora’ principal da arena, articulando os conflitos a partir de si mesma, ao mesmo tempo em que a Vale participa tangencialmente dos confrontos entre os atores envolvidos. Tais posicionamentos são coerentes com as responsabilidades imediatas das empresas e suas estruturas corporativas, ilustrando como as empresas atuaram em uma arena altamente conflituosa. O que parece se delinear aqui é uma tentativa de salvaguardar a Vale, que denominamos como (i) retórica de responsabilização, apoiada no número de vezes em que as empresas citam umas às outras, na quantidade de autorreferências feitas pela Samarco e pelo tom adotado nos seus boletins de imprensa, sempre focalizando os efeitos diretos do desastre.

Em consonância com essa retórica de responsabilização centrada na Samarco, são mais comuns, nos releases da Vale, menções aos estados afetados – em detrimento dos municípios e distritos; à necessidade de fornecimento de água para toda a região (54), a valores vultosos (36 resultados para milhões e bilhões de reais) para as medidas emergenciais e para a criação de fundos (13), e recuperação ambiental e social (29) em escala regional (rio Doce, afluentes, bacia hidrográfica). Além disso, são numerosas as menções aos acordos com entes governamentais estaduais e federais

31[4] O boletim de imprensa emitido pela Samarco no dia 07/12/2017, “Retorno de operações da Samarco incorpora novas soluções para tratamento dos rejeitos e busca a máxima segurança”, parece indicar no seu título que a empresa já retomou as atividades extrativas. Entretanto, o texto consiste na descrição das novas tecnologias que serão implementadas para o tratamento de rejeitos, propostas no Licenciamento Operacional Corretivo (LOC), protocolado pela empresa em setembro de 2017, que visa regularizar as licenças ambientais a fim de retomar as atividades. Há também um resumo das ações empreendidas pela empresa desde a paralização das atividades, com uma interessante seção intitulada “Aprendizados” – ecoando uma declaração do então diretor-presidente Roberto Carvalho presente no boletim –, que sumariza as soluções técnicas que a empresa adotou em suas unidades operacionais.

32[5] Tanto a Vale quanto a Samarco possuem certificações atribuídas pela International Organization for Standardization (ISO); as mais notórias são a ISO 14001 e ISO 9000. Clapp (1998) aponta que estas certificações são produtos de uma interação híbrida entre entidades públicas e privadas, que participam da criação e manutenção de diretrizes e modelos de gestão e operação. O que está em questão é a legitimidade e transparência dos órgãos e empresas envolvidos nos processos de certificação, pois os procedimentos não são abertos a escrutínio público.

(43), termos de ajustamento de conduta e de compromisso (19) e a menção recorrente à criação da Fundação Renova.

Em contraste, a escala da atuação da Samarco diz respeito, quase exclusivamente, aos acontecimentos locais e aos seus envolvimento diretos com atores interessados; por isso, há extenso detalhamento e menção às cidades e localidades afetadas. A prevalência de cidades e municípios mineiros nos releases confirma a hipótese de uma orientação estratégica por parte das empresas voltada a circunscrever o desastre à escala local: Mariana (86), Bento Rodrigues (43), Barra Longa (32) e Paracatu de Baixo (19) aparecem constantemente nos releases, enquanto há somente um município capixaba entre os mais citados (Anchieta, com 28 menções).

A diferença entre os posicionamentos nas escalas micro e macro, ou local e regional, fica evidente no quadro comparativo a seguir. A Samarco cita frequentemente acontecimentos locais e seu envolvimento direto nas comunidades; menciona, prioritariamente, municípios e cidades de Minas Gerais e os acordos que fez com as autoridades desses governos; além de citar, frequentemente, os atingidos pelo desastre, como os empregados, as famílias e os animais da fauna local. Já nos releases da Vale, evidencia-se uma abordagem macro, com referências aos estados envolvidos e aos acordos de amplitude nacional com o poder público. Outro ponto importante diz respeito à forma como são tratados os esforços de recuperação ambiental e social, cuja amplitude é sempre regional, voltada, principalmente, para a bacia do Rio Doce, e vultosos valores são mencionados com destino a essas providências. Neste sentido, as construções retóricas adotadas pelas empresas dizem respeito a escalas territoriais diferentes e a amplitudes de ação distintas, que podem ser adequadamente compreendidas a partir da noção de (ii) *retórica de escala*.

VALE (19 releases)	SAMARCO (45 releases)
124 menções à Samarco e 27 menções à BHP Billiton	17 menções à Vale e 14 menções à BHP Billiton
Escala nacional e internacional	Escala dos acontecimentos locais e de envolvimento direto
Menção aos estados atingidos	Predominância de cidades e municípios de MG
Recuperação ambiental e social à nível regional	Recuperação e contenção da barragem; descrição técnica
Acordos com governos e termos	Referência a acordos em escala local
Menção a vultosos valores	Menção aos empregados, animais, comunidades, famílias e moradores atingidos
Fundação Renova citada em 3 releases	Fundação Renova citada em 12 releases

Figura 2 – Quadro comparativo dos releases. Fonte: o autor.

As palavras dique (52), barragem (68) e rompimento (44) também formam um corpo de descrição bastante frequente nos releases, indicando, sobretudo, a inclinação da Samarco em expor extensamente o desastre e as medidas tomadas. Tais esforços da empresa ficam claros nas numerosas referências às ações de recuperação, contenção e reconstrução. Essa descrição técnica das barragens, dos diques e do rompimento pode ser entendida de maneira tipificada como uma (iii) *retórica de*

técnica [6], uma vez que essas expressões são usadas, constantemente, com o intuito de reforçar a narrativa das empresas sobre a total estabilidade da barragem antes do desastre.

Seguindo esta lógica, só haveria a possibilidade de o evento ser resultado de um acidente, como fica aparente na busca pelo termo “desastre” e seus sinônimos, que resultou em 55 citações, das quais 54 referem-se à palavra “acidente”. De maneira exemplar, o boletim do dia 20 de outubro de 2016 reforça esta evidência, já que, nele, a Samarco reage às acusações do Ministério Público Federal (MPF) sobre o conhecimento prévio da empresa no que diz respeito à instabilidade da barragem.

A Samarco refuta a denúncia do Ministério Público Federal, que desconsiderou as defesas e depoimentos apresentados ao longo das investigações iniciadas logo após o rompimento da barragem de Fundão e que comprovam que a empresa não tinha qualquer conhecimento prévio de riscos à sua estrutura” (Samarco, 2016a).

Ao contrário das nossas expectativas, não há nenhuma menção a desastres naturais ou tremores, fator levantado como causador potencial logo após o desastre (G1 MG, 2015). Tais menções poderiam ser usadas como justificativa para a total desresponsabilização das empresas. Entretanto, a narrativa explicativa é a de que o rompimento foi resultado de um acidente e, em consonância com a ideia de que os riscos ambientais podem ser mitigados por meio do aperfeiçoamento tecnológico – definida por Martinez-Alier (2007) como base do “credo da ecoeficiência” –, a empresa busca modificar as tecnologias a ser utilizadas nas futuras barragens. Diante destes elementos, podemos ressaltar aqui a existência de uma (iv) retórica de acidente, pois as empresas evitam enfaticamente a utilização do termo “desastre”, que seria o mais apropriado [7], para tratar o acontecimento como um “acidente”, numa tentativa de limitar, na medida do possível, suas responsabilidades.

Como já mencionado anteriormente, são recorrentes as referências aos diferentes acordos firmados com o Ministério Público, aos acordos coletivos firmados com trabalhadores e atingidos e aos acordos realizados com os entes governamentais (municípios, estados e União), evidenciando a publicização dos esforços de recuperação. Isto pode indicar que estamos diante de uma (v) retórica jurídico-legal, já que a empresa menciona constantemente tais acordos para demonstrar que os devidos procedimentos legais estão sendo tomados.

São irrisórias as menções ao termo “direitos humanos” (9) nos releases de ambas as empresas, o que contrasta grandemente com a retórica assumida pelos movimentos e redes de movimentos relacionados à indústria extrativa mineral no Brasil (MILANEZ; SANTOS; GIFFONI PINTO, 2016). Só

33[6]O vocabulário técnico perpassa não só a descrição dos impactos imediatos, mas também as soluções apresentadas pelas empresas em termos de indenização, recuperação ambiental, econômica e social. No limite, a preeminência das empresas envolvidas e a resolução dos impactos através de know-how específico significa a desconsideração e desqualificação dos saberes das populações tradicionais e originárias que foram afetadas pelo desastre, no que diz respeito à sua relação orgânica com o rio Doce e seus afluentes.

34[7]Optamos pelo uso da noção de “desastre” para caracterizar o rompimento da barragem de Mariana partindo da literatura que foi produzida criticamente desde o acontecimento. O desastre ocorre no período que ficou conhecido como “pós-boom das commodities” (SANTOS, 2015), de desvalorização dos preços dos minérios após um ciclo de valorização no mercado mundial, com excesso de oferta e retração da demanda. A literatura aponta uma correlação entre estes períodos de “pós-boom” e aumento do risco de rompimento de barragens (DAVIES; MARTIN, 2000 apud MANSUR et al., 2016, p. 20).

há uma referência direta a “direitos humanos”, feita pelo representante de relações institucionais da Vale. Os outros “direitos” aos quais as empresas se referem são sempre direitos materiais, i.e., garantias de indenização; enquanto não há qualquer menção à violação de direitos humanos ou danos morais, psicológicos etc. São também ínfimas as referências à “saúde” (22), dos quais 4 resultados são sobre planos de saúde para os atingidos (sem especificar como serão atribuídos), e os demais sobre órgãos de saúde, postos e serviços. Não há menção alguma aos efeitos imediatos e futuros do desastre sobre a saúde dos grupos afetados e da população ao longo da bacia do rio Doce.

A árvore de palavras resultante da busca pelo termo “apoio”, apresentada em seguida, parece esclarecer o posicionamento da Vale, frequentemente associado às seguintes palavras: ações, Samarco, governo(s), equipes, afetados, comunidades, órgãos públicos, financeiro. A palavra “diálogo”, entretanto, aparece treze vezes nos boletins da Samarco, sempre na relação da empresa com as comunidades, a sociedade e as famílias atingidas, enquanto aparece somente duas vezes em apenas um boletim da Vale. Essa oposição de posicionamentos parece ser um demonstrativo das táticas discursivas das empresas, de modo que o “diálogo” significaria um envolvimento mais direto nas comunidades, enquanto o “apoio” simbolizaria uma tentativa de afastamento da Vale.

Estamos diante, então, do que podemos chamar de uma (vi) retórica de envolvimento, na qual ocorre uma divisão de trabalho entre duas empresas, de maneira que a Vale adota uma narrativa centrada no voluntarismo, apoiando-se em declarações recorrentes do seu “apoio”, como é possível verificar na Fig. 2; e a Samarco mobiliza uma narrativa participativa, como fica aparente nos diversos usos do termo “diálogo” ilustrados na Fig. 3.

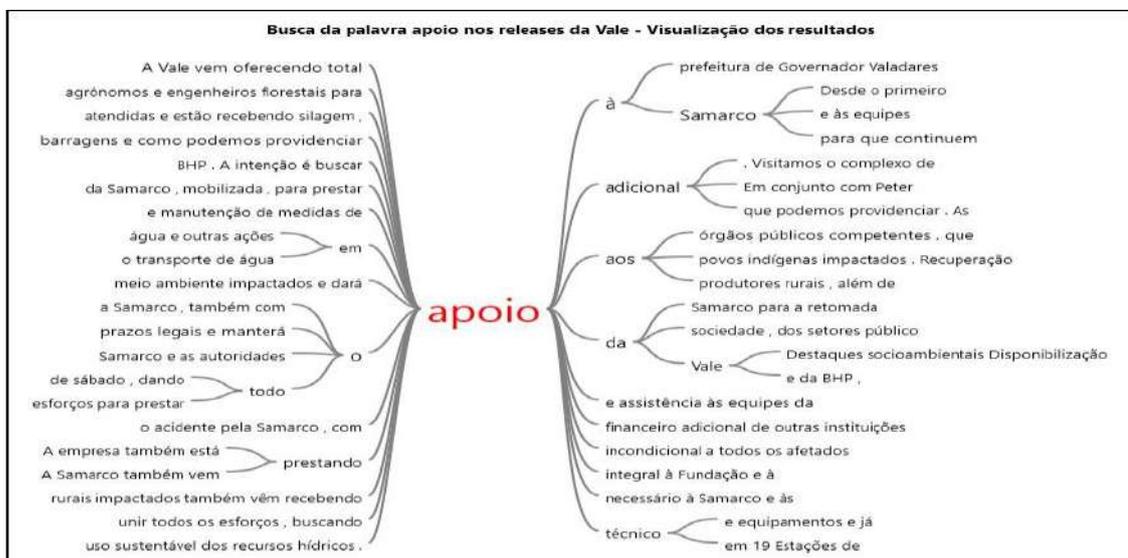


Figura 3 – Dendrograma da palavra "apoio" nos releases da Vale. Fonte: o autor



4 – Dendrograma da palavra "diálogo" nos releases da Samarco. Fonte: o autor.

5. Conclusão

Diante de tais resultados, pretendemos argumentar aqui que o posicionamento das empresas diante do desastre foi estruturado discursivamente como uma divisão do trabalho, apresentando características diferenciadas e complementares e dependendo, fundamentalmente, de um conjunto ordenado de seis retóricas acerca do fenômeno. Além disso, gostaríamos de esclarecer que as categorias utilizadas não são as únicas possíveis, talvez nem mesmo as mais precisas, já que muitas das retóricas que ressaltamos estão nitidamente atreladas umas às outras. Chegamos a essas categorias seguindo procedimentos analíticos; e buscando entender e qualificar o significado das declarações presentes nos releases à medida em que eles iam emergindo com a leitura e com o cruzamento com a análise de palavras mais frequentes. Dessa forma, de modo a aprofundar a análise e suas possibilidades de generalização, seria necessário ampliar o escopo de documentos produzidos pelas empresas com o objetivo de explicar e justificar o evento e suas consequências, ampliando o corpus investigado.

Para concluir, gostaríamos de argumentar que essa construção de discurso por parte das empresas estudadas faz parte de uma lógica que se inicia logo na sua estrutura corporativa.

Mansur et al. (2016) apresentam um detalhamento da constituição e operação da Samarco, a partir da relação entre as duas empresas que a controlam, a Vale e a BHP Billiton. Assim, a Samarco passou a ser controlada, conjuntamente, a partir do ano 2000, com o ingresso da Vale e, com essa reconfiguração, o grupo se transformou em uma non operated joint venture, em que a BHP Billiton se eximia da responsabilidade jurídica e operacional pela empresa, deixada como alçada da Vale. Além disso, conforme Santos e Wanderley (2016), no que diz respeito à sua estratégia de atuação no Brasil, a BHP Billiton Brasil Ltda. funcionaria como uma holding e como uma empresa de “atividades de estudos geológicos”. Ambos os elementos, o arranjo operacional da Samarco e a descrição das atividades da BHP Billiton no país, apontam para uma lógica de “desresponsabilização operacional”, em que as empresas mantêm uma estratégia jurídica de distanciamento das suas subsidiárias.

Em artigo que trata diretamente da importância da Fundação Renova para as estratégias empresariais da Vale, Samarco e BHP Billiton diante do desastre, Milanez e Giffoni Pinto (2016, p. 8)

argumentam que ocorre uma transferência de responsabilidades do poder público para as empresas no cuidado com os atingidos, que passa então a ser gerida pela Fundação Renova. O poder público, pleiteando a celeridade da resolução dos impactos do desastre, abre mão de processos civis e penais contra as empresas para resolvê-los por meio de termos e acordos, que, por fim, deram origem à Fundação. A partir disso, ocorre uma nova limitação de responsabilidades, já que a Fundação Renova obtém o poder de definir quem é considerado atingido pelo desastre e a que tipo de indenização tem direito.

Na tentativa de aliar análise de discurso com abordagens da sociologia econômica, buscamos entender como os releases podiam funcionar como indicadores dos conflitos e posicionamentos das empresas que os produziam, apontando para diferentes táticas discursivas. O modo como as empresas direcionaram essas estratégias permitiu demonstrar dois argumentos centrais.

O primeiro é que as táticas discursivas de ambas as empresas (Vale e Samarco) refletem a emergência de uma arena (DE SARDAN, 2005) em torno do desastre, envolvendo não apenas as empresas, mas uma série de outros atores que foram ‘empurrados’ para dentro dela. Dessa forma, à medida em que a atividade empresarial da Samarco e de suas controladoras se tornou objeto de escrutínio público, emergiu uma arena de contestação permeável aos agentes não econômicos. As empresas encontraram-se, então, vulneráveis, e suas posições de mercado passaram a depender, de modo mais explícito, de seus posicionamentos políticos e sociais, tornando centrais os recursos que tinham disponíveis para dar conta dos efeitos simbólicos do evento e suas consequências no tempo.

A segunda implicação-chave aponta para a necessidade de as empresas ‘demarcarem seu território’, gerindo adequadamente a contestação social (HOMMEL; GODARD, 2005) com vistas ao encerramento da própria arena, em uma tentativa de restituir seu domínio de atuação como um locus ‘puramente’ econômico, sem a intromissão de outros atores. Dessa forma, o trabalho apresenta uma contribuição para o debate no campo à medida em que demonstra como ação econômica da firma, embora construída e transformada socialmente, tem como objetivo a exclusão dos agentes não econômicos que, por meio da contestação social, são potencialmente disruptivos das condições de exercício do poder corporativo (SANTOS; MILANEZ, 2018) e dos processos de acumulação de capital.

Podemos, então, antever uma série de táticas de desresponsabilização, a começar pelas estruturas corporativas, a criação da Fundação Renova (SANTOS; MILANEZ, 2017) e, finalmente, a forma como a Vale e a Samarco se posicionaram discursivamente, como uma tentativa de preservar a Vale, que dependeu do posição econômica e política das empresas na arena quando do desastre.

A pesquisa abordou os posicionamentos de duas empresas – através dos seus releases, diretamente associados a um desastre ambiental –, para examinar como uma divisão de trabalho foi estabelecida entre elas para minorar os impactos negativos causados à sua imagem e atividades extrativas por parte de movimentos contestatórios (HOMMEL; GODARD, 2005), imersos em uma arena (DE SARDAN, 2005). Chegamos, então, a seis retóricas – retóricas de responsabilização, de escala, técnica, de acidente, jurídico-legal e de envolvimento –, que salientam a importância das estratégias sociais para a efetivação de objetivos econômicos por parte das firmas. Os resultados alcançados pela pesquisa estão em consonância com a literatura que investiga estratégia corporativa e

contestação social (DE JESUS SOARES, 2004; RAMALHO; SANTOS; LIMA, 2013; SANTOS; MILANEZ, 2015; SANTOS; MILANEZ, 2017; SANTOS; MILANEZ, 2018). As retóricas adotadas pela Vale e pela Samarco e a divisão de trabalho operada por elas de maneira diferenciada e complementar demonstram o modo como firmas que atuam em múltiplas escalas e territórios lidam com contestação social organizada e estrategicamente dispersa (SANTOS; MILANEZ, 2015). 

NOTAS

* O autor, à época da submissão, cursava o 6º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: katosimas@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

- ARTENAREDE. **Arte da lama de Mariana**. 15 maio 2016. Disponível em: <http://artenarede.com.br/blog/index.php/arte-da-lama-de-mariana/>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- ANAZAWA, T.; BONATTI, T.; CARMO, R. L. O risco construído: reflexões sobre o desastre ocorrido em Mariana, estado de Minas Gerais, em 2015, a partir da perspectiva da relação entre população e ambiente. In: **Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2016.
- ANCELOVICI, M. Esquisse d'une théorie de la contestation: Bourdieu et le modèle du processus politique. **Sociologie et sociétés**, v. 41, n. 2, p. 39, 2009.
- AQUINO, C.A.B. Contribuição das análises sociológicas do discurso às pesquisas no campo do trabalho. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, J. B. F. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Fortaleza: Projeto Editorial Práxis, 2014. p. 193-203.
- BARRY, D.; ELMES, M. Strategy Retold: Toward a Narrative View of Strategic Discourse. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 2, p. 429-452, abr. 1997.
- BENOIT, W. L. **Accounts, excuses, and apologies: a theory of image restoration strategies**. Albany: State University of New York Press, 1995.
- BRASIL DE FATO**. Exposição fotográfica promove debate sobre modelo de mineração no Brasil. 7 ago. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/07/exposicao-fotografica-promove-debate-sobre-modelo-de-mineracao-no-brasil/>. Acesso em: 21 maio 2018.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- CARNEIRO, M. S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 129-158, dez. 2012.
- CLAPP, J. The Privatization of Global Environmental Governance: ISO 14000 and the Developing World. **Global Governance**, n. 4, p. 295-316, jul. 1998.
- COSTA, A. M.; CARVALHO, J. L. F. Legitimando papéis ou conciliando interesses? A reprodução discursiva da responsabilidade social empresarial. In: **Anais do IXXX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração**. Brasília: Anpad, 2005.
- CHOI, J. A content analysis of BP's press releases dealing with crisis. **Public Relations Review**, v. 38, n. 3, p. 422-429, set. 2012.
- DE JESUS SOARES, A. The Impact of Corporate Strategy on Community Dynamics: A Case Study of the Freeport Mining Company in West Papua, Indonesia. **International Journal on Minority and Group Rights**, v. 11, n. 1/2, p. 115-142, 2004.
- DEUTSCHE WELLE BRASIL**. Lama de Mariana vira arte. 4 out. 2017. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/lama-de-mariana-vira-arte/a-40749289>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FARIA J. H. e MENEGUETTI, F. Discursos Organizacionais. *In: Anais do XXV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração*. Campinas: Anpad, 2001.

G1 MG. USP registrou tremores em Minas antes de rompimento de barragens, 6 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/usp-registrou-tremores-em-minas-antes-de-rompimento-de-barragens.html>. Acesso em: 22 maio 2018.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARLOW, W. F.; BRANTLEY, B. C.; HARLOW, R. M. BP initial image repair strategies after the Deepwater Horizon spill. **Public Relations Review**, v. 37, n. 1, p. 80-83, mar. 2011.

HARLOW, W. F.; HARLOW, R. M. Compensation and Corrective Action as the BP Response to the Deepwater Horizon Incident. **Communication Research Reports**, v. 30, n. 3, p. 193-200, jul. 2013.

HARDY, C. Researching Organizational Discourse. **International Studies of Management & Organization**, v. 31, n. 3, p. 25-47, 2001.

HOMMEL, T., GODARD, O. Contestação social e estratégias de desenvolvimento industrial: aplicação do modelo da gestão contestável à produção industrial de OGM. In: Varella, M.D., Barros-Plataiu, A.F. (Eds.), **Organismos Geneticamente Modificados**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 251-284.

KING, B. G.; PEARCE, N. A. The Contentiousness of Markets: Politics, Social Movements, and Institutional Change in Markets. **Annual Review of Sociology**, v. 36, n. 1, p. 249-267, jun. 2010.

MANSUR, M. S. et al. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, M. e TROCATE, C. (ed.). **Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *et al.* **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Topsy-Turvy Neo-Developmentalism: An Analysis of the Current Brazilian Model of Development. **Revista de Estudios Sociales**, v. 53, n. 35, p. 12-28, 30 set. 2015.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P.; GIFFONI PINTO, R. Mineração e violações de direitos humanos: uma abordagem construcionista. Homa Publica: **Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas**, v. 1, n. 1, p. 130-167, 2016.

OLIVIER DE SARDAN, J.-P. **Anthropology and development: understanding contemporary social change**. London; New York: Zed Books, 2005.

PASSOS, F. L.; COELHO, P.; DIAS, A. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos MetrÓpole**, v. 19, n. 38, p. 269-297, abr. 2017.

PINTO, R. G. **Dos riscos das políticas às políticas do risco: Um estudo sobre os “riscos sociais corporativos” e suas formas de gestão**. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P. DOS; LIMA, R. J. DA C. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 5, p. 175-200, jun. 2013.

SAMARCO MINERAÇÃO. **Veja o esclarecimento sobre o resultado do trabalho realizado pelo Ministério Público Federal de Minas Gerais**, 20 out. 2016. Disponível em: www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/11/Veja-o-esclarecimento-sobre-o-resultado-do-trabalho-realizado-pelo-Ministerio-Publico-Federal-de-Minas-Gerais.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO. **Retorno de operações da Samarco incorpora novas soluções para tratamento dos rejeitos e busca a máxima segurança**, 7 dez. 2017. Disponível em: www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/12/release-retorno-operacoes-samarco.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

SANTOS, R. S. P. **Mineração e a conjuntura do pós-boom das commodities. Audiência Pública da Comissão Especial – PL 37/11 – Mineração Brasília 2015**.

SANTOS, R. S. P. DOS; MILANEZ, B. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as ciências sociais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 01, 26 dez. 2017.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. Poder Corporativo e Ação Econômica: reflexões a partir da mineração de ferro. **Política & Trabalho** (UFPB. Impresso), 2018.

SANTOS, R. S. P. D.; RAMALHO, J. R. Estratégias Corporativas e de Relações de Trabalho no Brasil: uma análise preliminar de 4 grupos multinacionais. *In: Anais do XIV Encontro Nacional da ABET. Campinas*: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2015.

SANTOS, R. S. P. DOS; MILANEZ, B. The Global Production Network for iron ore: materiality, corporate strategies, and social contestation in Brazil. **The Extractive Industries and Society**, v. 2, n. 4, p. 756-765, dez. 2015.

WANDERLEY, L. J. et al. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e sócio ambientais. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 30-35, set. 2016.

Recebido em 01/07/2018

Aprovado em 01/12/2018

HUMOR AMBULANTE: A DISPOSITIVIDADE PERFORMÁTICA DA VENDA NOS VAGÕES DA SUPERVIA

WANDERING HUMOR: THE PERFORMATIC DISPOSABILITY OF SELLING ON THE SUPERVIA WAGOON

*Igor Mayworm Perrut**

Cite este artigo: PERRUT, Igor Mayworm. Humor ambulante: a dispositividade performática da venda nos vagões da Supervia. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 77-85, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: Esse artigo busca explorar a discussão teórica existente entre crítica (WERNECK; LORETTI, 2012) e humor (TEUNE, 2007) por meio do estudo da performance de venda de ambulantes no ramal Santa Cruz do sistema de trens na cidade do Rio de Janeiro. Ao entender o papel do humor enquanto operador de sociabilidade, seu caráter explanatório e dispositivo é tido como responsável por, no caso estudado, fazer da venda uma manipulação criativa da forma crítica - afastando o debate acusatorial quanto a procedência dos produtos à venda; ao mesmo tempo que servindo de componente responsável por angariar simpatia e chamar a atenção dos passageiros. Buscamos enfatizar o quanto a crítica e suas línguas são formas indispensáveis para a compreensão das situações sociais que vivemos.

Palavras chave: Sociologia pragmática; Humor; Ambulantes; Crítica.

Abstract: This paper will be scout the theoretic debate between critic (WERNECK; LORETTI, 2012) and humor (TEUNE, 2007) by means of the selling performance of salesperson in Santa Cruz line of the train system of Rio de Janeiro. When we understand the hat of humor while sociability operator, steeping it in na explanatory and dispositive reponsible for, in the studed case, made seellings a criative manipulation of critic – pushing away acusative thoughts about the provenance of the poducts being sale; and assuring simpathy and attencion from the passengers through their performance. We emphasize here how critic and their languages are indispensable and definitive to the comprehension of social situacions that we live.

Keywords: Pragmatic Sociology; Humor; Salesperson; Critic.

Buscando explorar a discussão teórica existente entre crítica (WERNECK; LORETTI, 2012) e humor (TEUNE, 2007), elegemos a performance da venda dos ambulantes no ramal Santa Cruz do sistema de trens na cidade do Rio de Janeiro (Supervia) como situação ilustrativa do papel do humor enquanto operador de sociabilidade. O mesmo é aqui caracterizado como aspecto de caráter explanatório e ao mesmo tempo dispositivo responsável por fazer da venda uma

manipulação criativa da forma crítica - afastando o debate acusatorial quanto a procedência dos produtos à venda; e servindo de componente fundamental no momento da venda, cujo efeito prático é o de angariar simpatia e chamar a atenção dos passageiros por meio de seu caráter performático.

Se, como aponta Watson (2015, p. 02), o humor é um aspecto fundamental da experiência humana e por isso “*ignore the humorous as an analytical attitude, or the comic as a mode of representation is the very least to reject a potentially insightful methodological approach*” [1], interessa-nos aqui uma análise dos quadros valorativos acionados por meio do humor e a forma como eles efetivam-se e são determinantes na definição da situação pelos atores [2]. Dessa forma, enquanto os atores mobilizarem e conformarem a situação moral da viagem no trem por meio do “pagar barato não é vergonha, é sabedoria” ou do “vai chegar o fim de semana e a gente tira onda com o produto barato e bacana que compra na Supervia”, há de se falar da construção de determinada gramática moral [3] dentro dos vagões de trem, e por isso, buscar entender o quanto a crítica e suas línguas são formas indispensáveis e definitivas à compreensão das situações sociais que vivemos no cotidiano (WERNECK; CARDOSO, 2012).

1. O que é uma moral da viagem de trem?

Através de uma abordagem pragmatista (WERNECK *apud* VANDENBERGUE, 2016, p. 155), o caso estudado é analisado segundo diferentes aspectos da conformação de uma geometria comum e cabível às situações. Não sendo o intuito de pormenorizar ou constituir síntese satisfatória do que seja essa abordagem sociológica (FREIRE, 2013; CORRÊA, 2014), esse será um breve parêntese que visa esclarecer como essa forma de sociologia, aplicada ao nosso caso de estudo, nos ajuda a pensar e analisar a realidade social.

Assim como Goffman (2012 [1974], p. 18), buscamos comunicar aquilo que ordena uma interação social, seus princípios não declarados e estabelecidos mais ou menos implicitamente. Recorremos para isso a perspectiva iniciada por Boltanski e Thevenót (1991) no que concerne (grosso modo) ao entendimento de nossa sociedade por meio do elemento da crítica. Imiscuídos em vários contextos dentro de nossas relações cotidianas, é possível pensar que cada indivíduo e cada interação constituam engajamentos ordenados e organizadores de modelos comuns de fixação de valor. Isso nos permite não apenas regrar qualquer conflitualidade resultante de nossas interações, mas, por meio do acionamento de “metafísicas morais”, induzir a uma gestão do bem de si e do bem comum circunscrito a determinada interação, e a partir dela traçar o caminho de nossas ações possíveis e cabíveis ao consenso estabelecido circunscritamente.

35[1] “Ignorar o humorístico com uma atitude analítica, ou o cômico como modo de representação é no mínimo rejeitar a potencialidade de uma análise metodológica perspicaz” (Tradução livre).

36[2] Definição de situação, tal como formulada por Thomas (1923), é aquela que se refere a um recorte no tempo-espaço em que os atores, por meio de suas operações cognitivas, reúnem elementos valorativos que os permitem se engajar em ação e produzir efeitos práticos a partir disso (gestão de si e gestão das ações), numa correlação entre contexto-sentido-ação.

37[3] Segundo Freire (2013) gramática designa um conjunto de regras a serem seguidas devido a necessidade de ajustamento entre um princípio de ação e o contexto da interação, sendo o reflexo do trabalho de definição de situação dos atores.

É possível dizer, então, que os atores sociais são competentes, uma vez que são capazes de ordenar suas interações por meio de um envolvimento com o mundo por meio de uma utopia ordenadora (THEVENÓT, 2016, p. 19), que bebe da experiência e da sensação de segurança de que a ação é “conveniente” ao marco da situação vivida. Isso significa explorar o que é cabível dentro de um contexto e logo, qual a “forma do justo” (BOLTANSKI; THEVENÓT, 2009) mobilizada pelos agentes na sua percepção e compreensão da situação.

Nos atendo então ao fato de que nos deparamos com agentes que ordenam suas vidas segundo utopias do que seja justo ao mundo comum, e se engajam nesse mundo segundo critérios que tornem suas formas de ação possíveis e adequadas as situações que vivem, a crítica aqui é a capacidade de suspender a normalidade de uma ação segundo a existência de um pluralismo ético da vida social. Criticar é buscar esclarecer e solidificar um “ethos comunitário” no qual todos estejam seguindo as mesmas regras do jogo, e por isso, estudar o momento da venda é senão adequado, muito interessante: Garantir um mesmo envolvimento, segundo pressupostos que se complementem é de suma importância para a efetivação da venda, já que se busca um estado de normalidade e não de suspensões, críticas e justificativas.

Segundo Boltanski (VANDENBERGUE, 2016, p. 130), buscamos uma compreensão exaustiva dos aspectos relevantes da realidade social, de modo que visamos fornecer “um modelo de operações as quais se engajam os atores quando eles se voltam para a justiça, e dos dispositivos nos quais eles podem se apoiar, nas situações concretas onde se desenrolam suas ações, para assentar suas pretensões a justiça”. Pensando nisso, utilizamos do serviço de trens supracitado de inícios de julho ao final de dezembro de 2017, todas as sextas feiras, durante o período matutino, tendo como questão analítica como os vendedores ambulantes operam e definem a situação por meio do cômico (BERGER, 2017), ordenando analiticamente as situações vividas segundo os dispositivos situacionalmente apreendidos, sendo eles: Crítica; Anticrítica e Simpatia (BUBANDT; WILLERSLEV, 2014), todos operacionalizados segundo os ditames do humor e da gestão da crítica.

2. Depois de “interromper o silêncio de sua viagem”

A começar pela crítica, por meio de uma densificação pragmática do modelo analítico da justificação em Boltanski e Thevenót (1991), abarcamos e organizamos a morfologia dos mundos sociais acionados por meio da materialidade dos motivos (linguagem) apresentados pelos vendedores no percurso do trem. Trabalhamos aqui com a junção entre “vocabulário de motivos” (WRIGHT MILLS, 1940), que pensa a disposição dos artifícios de linguagem imputados num dado sistema de ação e entende os motivos como que “arquivados” pelos atores e dispostos em situações tipicamente conhecidas; e os “quadros de apresentação da crítica” (WERNECK; LORETTI, 2012), que busca delimitar um quadro de características de apresentação (estética) que dá forma as críticas, pensando tanto o seu caráter abstrato como sua forma de manifestação, fundamentando assim uma “forma da ordem” de justificação e crítica dos atores sociais que operam nos vagões.

As críticas aqui agrupadas são em suma jocosas (WERNECK, 2015), ou seja, formas de apresentação da crítica que permitem problematizar os signos experimentados mas manter a lógica da venda, depreendendo um momento crítico que não rompe plenamente o estado de rotina dos usuários no trem. São críticas em geral conformadas por provas pouco tangíveis, informais, que buscam sempre apresentar uma utopia alternativa e realizável por meio do produto que se vende (a proposição alternativa configurando uma grande oportunidade). Com caráter insinuado, a crítica em geral se direciona a outros que não aqueles presentes no vagão, sempre em tom acusatorial e buscando a expressão máxima do teor negativo do julgado sem possibilidades de acordo, equivalência ou qualquer justificativa.

Numa operação menos autoral e mais editorial, a estratégia de venda é conformada por meio de uma gama de motivos (compartilhada entre os vendedores) situacionalmente circunscritos que delimitam uma condição geral de imputação das abstrações morais por meio da definição performativa da venda: o desenho da ordem se dá por meio de atores competentes, que lançam críticas quanto a desigualdade dos níveis de grandeza existentes entre os vendedores ambulantes e as grandes lojas e estabelecimentos; ou mesmo pela grande oportunidade e produtos de que dispõe, o que é sempre colocado de forma a ressaltar a desigualdade entre vendedor do trem e os outros vendedores. A partir daí, o entendimento do justo é a legitimação da diferença entre as grandezas por meio do princípio de dessemelhança, que se mostra como o responsável pelo direcionamento do real “bem comum” (vendedor – passageiro), que não o bem do outro vendedor que é sempre apresentado como aquele que vende mais caro, buscando mais lucro.

“Lá fora é... aqui na minha mão é só...” é parte de um vocabulário (WRIGHT MILLS, 1940) que conforma um engajamento segundo o qual o vendedor vende um produto barato que “cabe no bolso do cliente” e é o efetivo representativo de uma gestão que preza pelo “bem do outro” – consumidor, num quadro de circunstancialidades (WERNECK *apud* VANDENBERGUE, 2016). A sátira (BERGER, 2017) é acionada assim como forma de fantasiar o próprio produto – torná-lo independente das regras mercantis estatutárias; ao mesmo tempo como forma de se diferenciar e destacar-se: privilegia-se o justo de uma *citté* mercantil (BOLTANSKI; THEVENÓT, 2009) enquanto acessada por meio de uma configuração situacional que se baseia na competência do jeitinho (VERÁN; CORRÊA *apud* VANDENBERGUE, 2016). Dessa forma, há favorecimento pessoal quanto a figura do vendedor no modelo de justificação, abarcando dimensões como confiança “no que diz o camelô” e proximidade (operadas principalmente pelo humor).

A consolidação da legitimidade das ações dentro desse contexto aponta então para uma modulação da crítica humorada que estabelece um repertório de venda pautado na ponderação de normas: A metafísica moral do ordenamento da ação é baseada na arbitrariedade, ou seja, em uma competência que transmuta a equivalência em circunstancialidade e alcança o tensionamento de normais formais por meio da apresentação de uma “grande oportunidade” que só poderia ser obtida “aqui na mão do camelô”. Com isso, queremos dizer que a estratégia adotada pelos vendedores é imputada de forma a tornar a venda consequência legítima do estado desle-

gítimo de competição entre o trabalhador do trem e as grandes lojas que cobram caro demais pelos produtos que vendem, bem como dos outros vendedores que geralmente não tem a gama de produtos no preço e qualidade que “só o Norte Shopping da SuperVia tem”.

O humor crítico é elemento de arguição que depreende uma gestão de bens enfática no que se trata de se engajar segundo a moralidade que potencializa a desigualdade entre agentes - vendedor e loja, cliente e loja, vendedor do trem e vendedor de fora; buscando enfatizar que se trata de um momento profícuo para aproveitar a circunstância e redirecionar os bens segundo o entendimento da desigualdade entre as grandezas postas em questão. Encontramos um regimento de uma forma de justo pautando o “Eu não quero lucrar porque não precisei pagar imposto, por isso só vai pagar... Agora na minha mão”

Enfatizar que “aqui não dói no bolso” é lançar mão de motivos e ordenamentos que corroboram com a noção de que na mão dos vendedores os produtos são mais baratos e isso é que deve ser relevante e tido como justo ao se pensar na situação. Afinal “Custa barato levar um agrado pras crianças no fim de semana” e “essa não tem na barraca do seu Zé lá em Santa Cruz não minha gente, só eu tenho”. Como bem ilustra a situação dos palhaços [4], é possível encontrar ações depreendidas de uma citté mercantil acessada pelo jeitinho em grande parte das vendas, em que “A gente promete e cumpre, diferente dos políticos que ficam metendo a mão no dinheiro da gente”

Quando pensamos na dimensão de uma “anticrítica”, de início é importante ressaltar o fato de que essa é dispositivamente acionada antes mesmo de qualquer expressão valorativa ou de confrontos com implicação moral. Diferentemente de uma justificação ou desculpa (SCOTT; LYMAN, 1963) em que um account é uma resposta a indagação valorativa quando uma ação é sujeita a qualquer suspensão quanto ao caráter impróprio da ação em questão, o que exploramos aqui é “um comportamento que normalmente requisitaria accounts e é normalizado sem necessidade de interrupção ou qualquer exigência de um” (SCOTT; LYMAN, 1963, p. 154). Dessa forma, aliando-se a não existência de um momento crítico e a aposta dos vendedores quanto ao estabelecimento de uma mesma gramática no trem (aquela explorada pela crítica e onde há acordo quanto ao direcionamento do bem e o regime de ação ali performados), a anticrítica se revela como a máxima busca da desconstrução de futuras provocações ou da pauta de uma disponibilidade pluralista das formas do justo, definindo-se a situação por meio da aposta em uma única administração lógica possível, a da arbitrariedade na conformação de circunstâncias propícias à compra.

“Se é roubado eu não sei, só sei que não fui eu que roubei” é um ótimo exemplo desse caráter. Busca-se, antes mesmo de qualquer suspeição, impedir que elas venham à tona. Quando

38[4] Próximo ao fim do ano, alguns palhaços começaram a vender o próprio cômico como forma de angariar fundos para uma instituição de caridade que estava sem receber investimentos da prefeitura. Esses palhaços eram responsáveis por ir até hospitais com crianças carentes e buscar diverti-las, fazendo o mesmo com os usuários no trem em troca de alguma contribuição monetária. Apesar de não estar diretamente ligado ao caso dos vendedores, tomamos a situação como interessante ao se pensar a mobilização da noção de dessemelhança e circunstancialidade no direcionamento do bem.

se diz que “pagar barato não é vergonha, é oportunidade, vergonha é não pagar o aluguel e morar na casa da sogra. Ajuda eu a pagar o meu aluguel minha gente” se lança mão tanto do conteúdo crítico da circunstancialidade quanto da boa recepção dos produtos independentemente da forma como são vendidos ou apresentados. Outra forma de fazer isso é quando os vendedores enfatizam a validade dos produtos assim como o seu bom estado: “comprando, a gente testa para você sair daqui com produto que é de qualidade e que funciona” ou “pode checar a validade bacana, é produto de qualidade e em bom estado”.

A venda, ao aliar numa performance humorística a mobilização da arbitrariedade quanto a normas formais e a demonstração da boa reputação da figura do vendedor apesar disso, busca impedir qualquer contestação que aponte a qualidade, origem ou utilidade dos produtos à venda e principalmente, qualquer “slack moral” (WERNECK, 2015) na situação. “Essa é a verdadeira paçoca, pode conferir, não é areia de praia não” ou “caminhão virou, preço abaixou”, representam o tornar claro o ajustamento entre ação e contexto e, justamente por isso, enfatizar a oportunidade única. “É para acabar de vez com a concorrência. Tá barato porque é trem e só a Supervia tem a blackfriday mais barata que tem”; “Esponja e perfex nunca é demais em casa né não bacana?”.

Ambas as dimensões, crítica e anticrítica, são constantemente justapostas. Quando pensamos sobre isso, é importante pautar que o humor é acionado e desenvolvido segundo um mesmo objetivo (simpatia), mas de acordo com formas distintas: Enquanto a crítica encontra-se provida de caráter humorado, dando a situação modulações de conteúdo crítico apresentados como uma crítica humorada pela venda; a anticrítica é a possível existência de uma crítica à venda sendo sumariamente respondida através do humor, conformando uma justificação humorada pela venda.

Já que se busca vender independentemente da formalidade, convencer o consumidor da normalidade e justeza do que se faz, assim como da qualidade e da boa condição do produto que se vende é, se não necessário, aspecto indissociável do repertório cotidiano dos vendedores. Pensar o humor, nesse caso, é pautar a expressão do caráter crítico dos agentes em questão (TEUNE, 2007), assim como da capacidade que se tem de ritualizar a interação (GOFFMAN, 2007) e tomar a risada, a graça e o bom humor como veículo da produção de efeitos práticos na situação vivida. Tratando indistintamente ação e discurso, trabalhamos agora com o humor “tactical empathy” (BUBANDT; WILLERSLEV, 2014) num mundo em que se vende ao mesmo tempo que se preza pela cordialidade. Podemos dizer que os vendedores

attempt to assume the perspective and affective stance of an avowed opponent, victim, portrayed figure, or desired subject, and base their future actions on some form of mimicry that allows them to win the game, gain a strategic advantage, capture, fool, portray, or seduce someone else. (BUBANDT; WILLERSLEV, 2014, p. 8). [5]

39[5] Tentam assumir a perspectiva e a posição afetiva de um oponente declarado, vítima, figura retratada ou assunto desejado, e baseiam suas ações futuras em alguma forma de mimetismo que lhes permita

Para isso, o humor trabalha numa articulação entre a boa oportunidade de se comprar e o prazer de se dar bem. Constantemente dizem: “olha o passatempo da sua viagem” e nisso a brincadeira estabelece simpatia e visa a junção entre legalidade - ilegalidade despontando no que parece ser uma “incongruência esclarecida”, em que se quer quebrar qualquer sequência dedutiva e substituir a violação de um princípio moral mercantil pela normalidade de outra metafísica moral, onde a arbitrariedade pode e funciona (WATSON, 2014, p. 3-6). É representativo do fato a zoação (WERNECK, 2015) de um vendedor quanto aos compradores dos seus chocolates: “olha o barrão do moço, só chupa chocolate e não tem biscoito. Qualidade e preço baixo de verdade” ou de outro que vendia os mesmos produtos e dizia “meu nome é psi, o dele é garoto, um é chocolate e o outro é gostoso”. Já outro, que vendia luzes pisca-pisca, logo mobilizava “isso aqui é muito funcional, 5 metros de luz dá até para fazer de varal. Mas é melhor decorar a casa da sogra bacana, se comprar a gente testa na hora.”

Há um caso anedótico de um vendedor que logo começa: “gente bonita de Santa Cruz – é, tem gente bonita em Santa Cruz... Tô vendendo um bastão mágico inventado pela NASA. Ele é um origami de plástico que de acordo com vários cientistas causa uma dúzia de atributos na mente, te faz ficar paciente, inteligente. É um desestressante psicoterápico que a Globo não mostra porque quer esconder o melhor brinquedo, ai só passa o spinner, mas o moço aqui trás pra Supervia só o que há da melhor qualidade e pelo preço justo”. O vendedor começa pelo humor, empregando a ironia como operador de sociabilidade. Depois, após apresentar o produto (de forma também humorada) ressaltando sua qualidade, logo tece críticas aos grandes negócios, mobilizando em seguida uma anticrítica no intuito de fazer-se engajar por meio do preço justo e de sua figura dúctil.

Obviamente, não queremos dizer aqui que todos os vendedores no trem são necessariamente humorados ao vender seus produtos. Como bem ilustra outro caso, um vendedor vendia seus chocolates um real mais barato que o outro vendedor e empregava o humor como forma de subjugar a venda do outro com a frase “quem não é sorridente assim não consegue vender barato”. Ao que parece, surtiu efeito, já que alguns passageiros que compraram o seu produto teciam comentário como “aquele outro cara deu mole, sacaneou ele”.

3. Conclusão

Nos ocupando da situação de venda no trem entendida como desafio performático pelos ambulantes, no qual determinados aparatos são competentemente e situacionalmente operados para efetivação da venda, podemos entender que a jocosidade é uma modulação acionada em consonância com a crítica, permitindo: a construção de uma gramática moral onde se apontam desacordos com os estados de grandeza dos agentes e busca-se a venda mais pela relativização arbitrária quanto a esse estado do que propriamente pela equivalência, num investimento de outras formas de justo (BOLTANSKI *apud* VANDENBERGUE, 2016); operacionalizar a crítica numa performance que busca a não ruptura com a rotina ou o questionamento do outro quanto

ganhar o jogo, obter uma vantagem estratégica, capturar, enganar, retratar, ou seduzir outra pessoa.”
(Tradução livre)

ao que se vende (WERNECK, 2015), numa estratégia que antecipa críticas em meio ao accountability social; e por fim, definir a situação por meio do humor, fazendo deste uma forma de comunicação que articula a oportunidade única do que se vive e a promoção de uma outra forma do justo, buscando sobremaneira a continuidade da venda por meio da amistosidade (RADCLIFFE-BROWN, 2013).

Por isso, numa articulação entre humor, crítica e anticrítica, desdobramos uma análise que se propunha ao entendimento da dispositividade e operatividade destes elementos abarcados no cotidiano no trem de Santa Cruz. A nosso ver, o humor é a modulação do accountability social sendo mais que uma tática de venda, e sendo principalmente, uma estratégia que (re)legitima a ordem social e busca integrar a circunstancialidade como principal meio de travar relações. Com isso, além de afastar o debate acusatorial nas indagações valorativas (WERNECK, 2015) ele serve de elo fundamental para criação de outra forma de engajamento, a ser a construção da situação moral da viagem no trem, tratada aqui como um possível lugar do humor, bem como da venda. 🌀

NOTAS

* O autor, à época da submissão do artigo, cursava o 5º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: igor_perrut@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, Luc; THEVÉNOT, Laurent. De la Justificación. **Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. A sociologia da capacidade crítica. **Antropolítica**, n. 23, p. 121-144, 2009.
- BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (orgs.). **Além do habitus**: Teoria social pós-bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. p. 129-154.
- CORRÊA, Diogo. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. **POLÍTICA & TRABALHO**: Revista de Ciências Sociais, n. 40, p. 35-62, abr. 2014.
- FREIRE, Jussara. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 36, p. 720-736, dez. 2013.
- GOFFMAN, Erving. **Rituais de interação**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. Os parentescos por brincadeira. In: **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 85-97.
- SCOTT, Marvin B; LYMAN, Stanford M: Accounts. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 2, n. 2, p. 139-172, 2009 [1968].
- TEUNE, Simon. Humor as a Guerrilla Tactic: The West German Student Movement's Mockery of the Stablishment. In: HART, Marjolein 't; BOS, Dennis (orgs.). **Humor and Social Protest**. Nova York, Cambridge University Press, 2008. p. 115-132.

THEVENÓT, Laurent. **La accion em plural**: una introduccion a la sociologia pragmática. Buenos Aires: Siglo Vintuno editores, 2016.

THOMAS, William I. **The Unadjusted Girl**. New York: Little, Brown & Co, 1923.

VERÁN, Jean François; CORRÊA, Diogo. A justificação como modelo político de regulação: Reflexão a partir do contexto brasileiro. *In*: VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (orgs.). **Além do habitus**: Teoria social pós-bourdiesiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. p. 193-213.

WATSON, Cate. A Sociologist Walks into a Bar (and Other Academic Challenges): Towards a Methodology of Humour. **Sociology**, v. 49, n. 3, p. 407-421, 2015.

WERNECK, Alexandre. 'Dar uma zoada', 'botar a maior marra': Dispositivos morais de jocosidade como formas de efetivação e sua relação com a crítica". **Dados**:Revista de Ciências Sociais, vol. 58, n. 1, p. 187-221, 2015.

WRIGHT MILLS, Charles. Ações situadas e vocabulários de motivos. **American Sociological Review**, v. 5, n. 6, p. 904-913, 1940.

Recebido em 10/03/2018

Aprovado em 07/06/2018

NEOINTEGRISMO RELIGIOSO E MILITÂNCIA ANTI-ESCOLHA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELIGIOUS NEO-INTEGRISM AND ANTI-CHOICE MILITANCY IN THE CHAMBER
OF DEPUTIES

*Bruna Quinsan Camargo**

Cite este artigo: CAMARGO, B. Q. Neointegrismo religioso e militância anti-escolha na Câmara dos Deputados. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 86-100, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a agenda parlamentar sobre o direito ao aborto durante a 54^a e 55^a legislaturas da Câmara dos Deputados, buscando identificar valores, princípios e estratégias que rodeiam os argumentos dos deputados. Para tanto, foi realizado um mapeamento e análise de conteúdo das proposições de leis acerca do tema. A análise, pautada na teoria política feminista, demonstra como o neointegrismo religioso, através da apropriação do discurso democrático para legitimar posicionamentos religiosos, retira direitos de mulheres e dissidentes de gênero.

Palavras-chave: Aborto; Neointegrismo religioso; Feminismo.

Abstract: The article has as objective to analyze the parliamentary agenda about the right to abortion during the 54th and 55th legislatures of the Chamber of Deputies (Brazil's National Legislative Assembly), seeking to identify the values, principles and strategies that surround the arguments of the deputies. For this purpose, it was performed a mapping and the content analysis of the projects about the theme. The analysis, based on the feminist political theory, demonstrates how religious neo-integrism, through the appropriation of democratic discourse to legitimize religious positions, removes the rights of women and gender dissidents.

Keywords: Abortion; Religious neo-integrism; Feminism.

A importância da pauta do aborto pode ser identificada de diversas formas no Brasil atual: tem aparecido diversas vezes no debate público, causando polêmica no Supremo Tribunal Federal, sido usada como barganha dentro do legislativo (e entre o executivo e o legislativo) e influenciando votos nas eleições presidenciais (CERVELLINI *et al.*, 2011). No Brasil, a prática do aborto é considerada crime, exceto, desde o Código Penal de 1940, em casos em que se apresentam riscos

para a vida da mulher e quando a gravidez é fruto de um estupro e, a partir de 2012 [1], em casos de anencefalia. A expectativa da punição deveria, supostamente, desencorajar a prática do aborto no país, entretanto não tem tido este efeito: não impedindo que gestantes de gravidezes indesejadas não abortem, mas as constrange, uma vez que decididas a realizar a prática, a realizá-la de forma clandestina e insegura. A *Pesquisa Nacional do Aborto* (PNA, 2016), desenvolvida pelos pesquisadores Débora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro, nos ajuda a demonstrar como a prática é comum na vida reprodutiva das mulheres, uma vez que apresenta a estimativa de que uma a cada cinco mulheres brasileiras já realizaram pelo menos um aborto. A pesquisa ainda nos permite evidenciar os efeitos da restrição da prática para as mulheres, pois indica que os níveis de internação pós aborto são elevados, o identificando como um problema de saúde pública no Brasil. Os pesquisadores, em trabalho anterior, argumentam que essas internações poderiam ser evitadas se o aborto fosse tratado como um direito e não como atividade clandestina e o acesso aos medicamentos seguros fosse garantido (DINIZ; MEDEIROS, 2010). A pesquisa ainda permite combater estereótipos sobre a pessoa que aborta, que não se trata de uma jovem inconsequente e sem valores, mas uma mulher comum. Nas palavras dos autores:

Foi realizado por mulheres: a) de todas as idades (ou seja, permanece como um evento frequente na vida reprodutiva de mulheres há muitas décadas); b) casadas ou não; c) que são mães hoje; d) de todas as religiões, inclusive as sem religião; e) de todos os níveis educacionais; f) trabalhadoras ou não; g) de todas as classes sociais; h) de todos os grupos raciais; i) em todas as regiões do país; j) em todos os tipos e tamanhos de município (DINIZ *et al.*, 2016).

A criminalização da prática significa um déficit de cidadania para as mulheres (BIROLI; MIGUEL, 2016), faz milhares de vítimas todos os anos no Brasil, em especial mulheres pobres e negras, cerceia o direito da mulher de decidir sobre o próprio corpo, um direito civil, cuja efetividade é restringida às mulheres. Ademais, pode ser prejudicial a todas as mulheres, que mesmo quando sofrem um aborto espontâneo podem ser tratadas como criminosas em um hospital.

A literatura sobre aborto no país indica a presença de duas posições distintas e em conflito. O posicionamento a favor da descriminalização da prática, ligado principalmente aos movimentos feministas, é chamado de *pró-escolha*, uma vez que defende o direito da pessoa gestante de escolher se dá continuidade ou não à gestação. Já o posicionamento a favor da criminalização, ligado principalmente a movimentos religiosos e conservadores, vem sendo chamado até então de “pró-vida”, sendo que “destacam o valor da vida do feto de uma perspectiva religiosa” (BIROLI, 2014). Outras autoras, como Naara Luna (2014) mobilizam o termo “antiaborto” no lugar de “pró-vida”, entretanto, ressalto que neste artigo será adotado o termo *anti-escolha* [2] (no lugar de

40[1] A partir do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF 54), o Supremo Tribunal Federal passa a permitir a antecipação terapêutica do parto em caso de feto anencefalo.

41[2] Uma das contribuições do I Encontro Nacional sobre Pesquisa e Ativismo sobre Aborto, realizado em Belo Horizonte-MG em setembro de 2017, foi a crítica ao termo “pró-vida”, comumente utilizado na

“pró-vida” ou “antiaborto”), relacionando o posicionamento a uma oposição ao direito à escolha e à vida da gestante, uma vez que muitas mortes de mulheres são causadas por aborto inseguro e clandestino e por entender que as defensoras das posições “pró-escolha” também se posicionam contra o aborto, uma vez que reivindicam maior informação sobre gravidez e métodos contraceptivos para que o aborto seja, de fato, a última opção da pessoa gestante.

As posições *anti-escolha*, por estratégia de grupos religiosos que almejam a manutenção da lei ou ainda maiores restrições, hegemonizam o debate público sobre a criminalização do aborto. Um evento que evidencia isso são as eleições presidenciais de 2010, em que o aborto foi utilizado como um instrumento da disputa eleitoral por líderes religiosos que orientaram seus fiéis a não votarem em Dilma Rousseff (PT) por conta de suas declarações favoráveis à legalização do aborto quando era Ministra-chefe da Casa Civil e durante a pré-campanha. Essas declarações suscitaram o temor de que esta reivindicação fosse colocada em pauta num possível governo de Dilma, causando uma queda nas intenções de voto na candidata do PT. O candidato José Serra (PSDB) também foi atingido pela polêmica depois que uma ex-aluna de sua esposa, Mônica Serra, trouxe à tona a denúncia de que Mônica teria realizado um aborto no exílio, durante a ditadura militar (CERVellini *et al.*, 2011; LUNA, 2014).

O presente artigo objetiva contribuir com a análise da agenda da política pública de gênero especificamente voltada ao direito ao aborto, com conteúdo significativamente contrário aos direitos das mulheres, que tem sido calorosamente discutida na Câmara dos Deputados, identificando os argumentos e estratégias ilustrados nas proposições formuladas por deputados religiosos. Tal análise se mostra importante e necessária para a compreensão da correlação de forças que envolve o conflito quanto ao direito ou não ao aborto e aos direitos de cidadania das mulheres, como parte das lutas dos movimentos feministas e de mulheres e na busca por uma sociedade mais democrática.

1. Aborto, feminismo, cidadania e democracia

A teoria política feminista apresenta o entendimento de que a vida pessoal e o cotidiano também são problemas políticos, evidenciando que, através de marcadores sociais da diferença, são distribuídos distintos status na sociedade a diferentes grupos, criando, assim, relações de privilégio, subalternização e desigualdade de direitos. A partir desse entendimento o aborto passa a ser encarado como um problema político.

A pesquisadora Flávia Biroli (2014) argumenta que a pauta do aborto é central para o debate feminista acerca da autonomia reprodutiva e de rejeição à maternidade compulsória, uma vez que “o direito ao aborto, especialmente, confronta a idealização da maternidade, que é um modo de representação de um papel compulsório como se fosse tendência natural e desejo comum de todas as mulheres” (BIROLI, 2014). A bandeira da legalização do aborto também alimenta o debate sobre a liberdade sexual, possibilitando as condições para que mulheres possam escolher se querem se

bibliografia sobre aborto no país, e a apresentação do termo “anti-escolha” como uma alternativa para as feministas.

tornar mães e diminuindo as desigualdades de gênero, uma vez que “as consequências de uma gravidez involuntária são distintas para as mulheres e para os homens” (BIROLI, 2014). A autora argumenta ainda que a discussão sobre o aborto levanta questões importantes para a democracia e a cidadania, uma vez que a criminalização fere o direito à autonomia ao próprio corpo, base de acesso à cidadania para o liberalismo, para pessoas que podem engravidar.

O debate sobre aborto suscita ainda discussões acerca de marcadores interseccionais de opressão, dado que as mais atingidas pela criminalização são mulheres pobres e negras, que ao mesmo tempo que têm menos acesso à informação e métodos contraceptivos, sofrem com políticas racistas de controle populacional.

As políticas de esterilização levadas a cabo em várias partes do mundo em meados do século XX são um caso representativo, em que as mulheres pobres foram, ao mesmo tempo, o alvo de esterilizações involuntárias e tiveram negado o acesso a esterilização voluntária, aborto seguro e anticoncepcionais de maneira desproporcional às mulheres brancas. (BIROLI, 2014).

No Brasil, assim como em boa parte da América Latina, os movimentos e as críticas feministas se desenvolveram no contexto das lutas pela democratização do país e contra o neoliberalismo na segunda metade do século XX. As lutas feministas nesse período trouxeram diversos avanços para as mulheres, tanto na legislação quanto na realidade social, dando nomes a problemas que eram antes ocultados por epistemologias machistas e colocando tais problemas no centro do debate sobre a democracia. Tais conquistas nos apresentam o entendimento de que as políticas públicas são resultado de complexas relações entre Estado e sociedade civil e que a cidadania pode ser entendida como uma estratégia política de construção democrática, impondo a percepção do laço constitutivo entre cultura e política (DAGNINO, 2000).

Considerando a importância do Estado como garantidor de direitos e sua capacidade de influenciar o entendimento e a efetividade da cidadania, é preciso saber qual tem sido o papel que tem desempenhado, em especial, no que diz respeito aos interesses e demandas de mulheres e dissidentes de gênero e a efetivação da cidadania para esses grupos. Portanto, as discussões que permeiam tomada de decisão sobre o aborto no Brasil, sejam voltadas à sua descriminalização ou sejam voltadas ao recrudescimento da sua criminalização, são as bases para compreender as orientações e ações do Estado quanto a cidadania das pessoas que podem engravidar, seja ampliando-a, seja restringindo-a.

Para melhor compreensão acerca do conflito sobre a criminalização do aborto no país, se faz necessário entender como se deu a entrada dos movimentos religiosos na política partidária, bem como a reconfiguração no seu discurso.

2. Religião e política no Brasil

A Igreja Católica foi crucial para o desenvolvimento de uma cultura de direitos no Brasil através do trabalho de base e das lutas sociais impulsionadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) durante o período da Ditadura Militar no país. Porém, é revelado o caráter ambíguo de sua relação com os direitos humanos a partir do processo constituinte, no final da década de 1980,

quando o combate a pautas feministas se tornou o carro-chefe de sua atuação política (MACHADO, 2016).

O processo constituinte também marca a entrada dos pentecostais na política partidária. No início da década de 1980 os evangélicos pentecostais passam a ter uma prática evangelista mais ofensiva e uma participação mais ativa em diversos setores da sociedade, como a pregação em praças públicas, uma inserção cada vez maior nos meios de comunicação e o início do lançamento das candidaturas. O antropólogo Ronaldo de Almeida (2009) argumenta que a participação na Constituinte não foi um fato isolado, mas o início de um direcionamento para a disseminação do pentecostalismo na política brasileira. Segundo dados de Antônio Flávio Pierucci, mobilizados por Almeida em sua dissertação, em 1982 os pentecostais elegeram apenas dois candidatos, mas já em 1986 dezoito candidatos pentecostais e dezesseis protestantes foram eleitos. Após as eleições de 2014 o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) identificou 74 deputados evangélicos eleitos na atual legislatura.

Os legisladores pentecostais justificam sua entrada na política institucional se reivindicando enquanto uma minoria religiosa que sempre foi preterida pelo Estado e que, portanto, deveria ser ter sua representação garantida no Congresso Nacional em um Estado laico (FREESTON, 1993; MACHADO, 2016). Aqui nota-se que o conceito de laicidade adquire diferentes sentidos para grupos laicos, como o feminista, e grupos religiosos, podendo ser entendida como liberdade religiosa para estes últimos e não-interferência religiosa na política para aqueles (MARIANO, 2010).

Mas, o que esse ingresso na política partidária, bem como a reformulação do discurso dos pentecostais com a incorporação de elementos próprios dos discursos democráticos, significou para a luta por direitos de mulheres e dissidentes sexuais e de gênero? Vejamos a seguir com a análise do discurso contra a descriminalização do aborto na Câmara dos Deputados.

3. Militância anti-escolha na Câmara dos Deputados

Através da concepção democrática de cidadania apresentada anteriormente, o aborto pode ser entendido como um novo direito reivindicado pelos movimentos feministas e de mulheres, ainda que essa pauta não tenha recebido tanta atenção desses movimentos durante o período da redemocratização do país. Os movimentos religiosos tornaram a disputa pela criminalização do aborto sua prioridade, tanto na esfera estatal, quanto na militância de base. Organizando manifestações contrárias à descriminalização da prática, fazendo propaganda anti-escolha, pressionando candidatos a recuarem seus posicionamentos e propondo leis que restringem ainda mais o aborto, os movimentos católicos, evangélicos e espíritas em unidade (LUNA, 2014; MACHADO, 2016) conseguiram legitimidade na sociedade para justificar ações estatais que afetam os direitos de cidadania de pessoas que podem engravidar, de modo a manter a subalternização desse grupo.

Recentemente, com o que podemos chamar de *novíssimos movimentos sociais* (GOHN, 2014), que mantém uma íntima ligação com a internet e as redes sociais digitais, a pauta do aborto

como um direito a ser reivindicado ganha maior força. A maior expressão disso ocorreu em 2015, levando milhares de pessoas às ruas em manifestações contrárias ao PL 5069/2013 (ROSSI, 2015), de autoria do ex-deputado Eduardo Cunha, que visa dificultar o aborto em casos de estupro. Merecem destaque também a vitória no Supremo Tribunal Federal em 2012, descriminalizando o aborto em casos de anencefalia, e as mobilizações em 2018 em oito grandes cidades pela descriminalização e legalização do aborto no país (MÍDIA NINJA, 2018) impulsionadas pelas massivas manifestações na Argentina, que obteve vitória na Câmara dos Deputados e derrota no Senado, não aprovando a descriminalização do aborto no país vizinho.

A sub-representação de mulheres feministas no Congresso Nacional, aliado às práticas político-culturais dos movimentos religiosos, podem ter influenciado a adoção de condutas abusivas por parte de profissionais de saúde que implementam as políticas de aborto legal (ANGHINETTI *et al.*, 2016), como a recusa em realizar o procedimento, a culpabilização e criminalização das pessoas que abortam. Já na esfera estatal o resultado do abandono da pauta significou uma hegemonização das proposições com conteúdo anti-escolha no Congresso Nacional.

3.1. O debate ao longo do tempo

O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados tomou a forma de uma ofensiva retrógrada (MIGUEL *et al.*, 2016), uma vez que é hegemonizado pelas posições anti-escolha dos deputados católicos, evangélicos e espíritas conservadores. As pesquisadoras da UnB, Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli e Rayani Mariano realizaram um estudo exploratório [3], com um acompanhamento de longo prazo, analisando a totalidade dos discursos sobre a questão que foram pronunciados em plenário de 1991 a 2015 (da 49^a à 54^a legislaturas), buscando identificar os atores políticos e como se deu a discussão parlamentar sobre o tema.

As autoras, que entendem o aborto como um direito de cidadania das mulheres, apontam que os projetos que tentam ampliar esse direito têm sido arquivados ou barrados, já os elaborados pela bancada religiosa têm recebido destaque. As proposições mais relevantes, segundo as autoras, são o PL 4703/1998, que define o aborto como crime hediondo e o PL 478/2007, o Estatuto do Nascituro, que pretende dar proteção jurídica ao feto e defende a penalização da pessoa que aborta, de quem a auxilia na prática e de quem faz “apologia ao aborto”, podendo criminalizar inclusive militantes feministas defensoras do direito ao aborto.

Inicialmente são apresentadas três etapas sobre o debate no Congresso Nacional, identificadas por Rocha, Rostagnol e Gutiérrez (2009, p. 221 *apud* MIGUEL *et al.*, 2016, p. 131). A primeira compreende o período de 1940 até 1970, quando o debate foi incipiente e restrito. Na segunda etapa, nos anos 1980, o debate é intensificado, principalmente no que diz respeito à participação dos atores políticos devido à atuação dos movimentos sociais do período. Nos anos 1990 temos a consolidação do debate, com ampliação da representação feminina e religiosa. No debate dos anos 2000 há uma radicalização das manifestações conservadoras contrárias ao direito

42[3] Pesquisa “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo” desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades do IPOL/UnB.

ao aborto, mas também alguns avanços na ampliação desse direito, conforme argumentam as autoras.

Através de busca das palavras-chave “aborto”, “abortamento”, “interrupção voluntária da gestação” ou “interrupção voluntária da gravidez” no *site* da Câmara dos Deputados, as autoras encontraram 915 discursos. Elas frisam a importância da análise dos discursos parlamentares e não apenas das proposições, uma vez que eles “constroem e difundem representações do mundo social” (MIGUEL *et al.*, 2016, p. 136). Dois picos de quantidade de discursos proferidos foram encontrados pelas pesquisadoras, o primeiro em 1997, por conta da tentativa de barrar o PL 20/1991, que regulamentava o atendimento à pessoa que aborta nos casos previstos por lei. O segundo pico se dá entre 2007 e 2008, a partir da articulação entre a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente Parlamentar contra a Legalização do Aborto, a Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o aborto. As autoras distribuem os posicionamentos dos discursos na seguinte tabela [4]:

Tabela 1 – Posição em relação ao direito ao aborto nos discursos pronunciados na Câmara dos deputados brasileira (1991-2014)

Posição	Discursos	%
a favor da ampliação do aborto legal	144	15,7%
a favor da manutenção da lei	129	14,1%
a favor da restrição do aborto legal	148	16,2%
contra o aborto (de forma genérica)	326	35,6%
por novas medidas punitiva e/ou de controle	132	14,4%
pela educação sexual e/ou planejamento familiar	124	13,6%
não se posiciona	75	8,2%

Fonte: MIGUEL *et al.* (2016), O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014.

43[4] Cada discurso pôde ser incluído em mais de uma categoria.

Agrupando as categorias “a favor da restrição”, “contra o aborto” e “por novas medidas punitivas e/ou de controle” em uma nova categoria “posições contrárias ao direito ao aborto”, elas representam 566 discursos, 61,8% do total. A categoria “a favor da manutenção da lei” tem valor ambíguo, segundo as autoras, podendo ser uma posição pró-escolha ou anti-escolha.

Em cruzamento das categorias de posicionamento com o perfil ideológico do partido do orador é destacado o papel do PSOL e do PCdoB, que realizaram mais de 60% dos discursos favoráveis ao direito e nenhum contrário. No PT, graças à atuação do deputado espírita Luiz Bassuma, 36,1% dos discursos são favoráveis e 44,6% contrários ao direito ao aborto. A grande maioria dos partidos no espectro da direita não apresentam nenhum discurso favorável à ampliação do direito.

As pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Democracia e Desigualdades, da UnB, classificam, então os argumentos encontrados nos discursos, conforme se pode observar na Tabela 2 [5].

Tabela 2 – Argumento principal nos discursos sobre aborto na Câmara dos Deputados, entre 1991 e 2014

Direito à vida	282	30,8%
Dogmas religiosos	105	11,5%
Saúde pública	94	10,3%
Jurídicos	55	6%
Morais (não explicitamente religiosos)	43	4,7%
Opinião pública	43	4,7%
Liberdade individual	35	3,8%
Estratégia imperialista	19	2,1%
Científicos	17	1,9%

44[5] Na tabela estão inseridos discursos que fazem uso surpreendente dos argumentos, como por exemplo, defender o aborto com alegações religiosas ou mobilizando a ideia de autonomia da mulher para justificar a criminalização da prática (MIGUEL et al., 2016, p.146).

Usurpação dos poderes do Legislativo	16	1,7%
Injustiça social	12	1,3%
Laicidade do Estado	7	0,8%
Controle sobre o próprio corpo	4	0,4%
Macroeconômicos	3	0,3%
Outros	16	1,7%
Sem nenhum argumento	164	17,9%
n =	915	100%

Fonte: MIGUEL *et al.* (2016), O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014.

Os argumentos mais mobilizados, portanto são os da “inviolabilidade da vida” e o “religioso”, ambos de caráter contrário ao direito ao aborto. As autoras frisam, no entanto, que o recurso ao “direito à vida” visa impedir a discussão sobre aborto não estimulá-la, uma vez que equipara aborto a assassinato. Na década de 1990 ele aparece a fim de fundir a temática do aborto aos direitos humanos. Tal estratégia volta a ser utilizada na década de 2000 e 2010, no contexto da discussão do III Plano Nacional de Direitos Humanos. Na década de 2000, este argumento é mobilizado para desconstruir o discurso feminista do direito ao próprio corpo, afirmando que a gestante não teria o direito de decidir sobre a outra vida que carrega. Miguel, Biroli e Mariano argumentam que o que está implícito é que o direito do feto se sobrepõe ao da mulher (MIGUEL *et al.*, 2016, p. 148).

A pesquisa realizada pelas três acadêmicas apresenta outro dado inusitado, evidenciando a apropriação do discurso feminista e a adoção de novos sentidos a ele. O argumento da autonomia da mulher, central para as feministas, aparece muito mais nos discursos proferidos pelos deputados anti-escolha e o argumento da “saúde pública” foi mobilizado em 53 pronunciamentos contrários ao direito ao aborto, as autoras explicam:

Reservando para as mulheres uma posição de vítima, eles argumentavam que o aborto possui consequências tanto físicas quanto psicológicas, e afirmavam que devido a essas consequências, deveria haver mais medidas de controle e mais punição para que o aborto ilegal não fosse realizado. A obstrução do direito ao aborto se faria em benefício das mulheres, numa definição que contraria frontalmente o entendimento de que são indivíduos autônomos. (MIGUEL *et al.*, 2016, p. 150).

Os dados apresentados pelas pesquisadoras evidenciam um cenário desfavorável ao reconhecimento e ampliação desse direito. As posições pró-escolha recuam enquanto a ofensiva cristã reacionária avança, impossibilitando o debate no legislativo brasileiro. Na próxima seção pretende-se dar continuidade na análise da agenda contrária ao aborto legal a partir das proposições dos dois candidatos mais preocupados com o recrudescimento da criminalização do aborto nas duas últimas legislaturas, 2011 até 2018.

4. Posicionamento anti-escolha de 2011 a 2018

A fim de dar continuidade à análise da agenda anti-escolha na Câmara dos Deputados, foi realizado mapeamento e análise de conteúdo das proposições de leis acerca do tema. Inicialmente foi realizada busca com as palavras-chave “aborto” e “nascituro” no site da Câmara dos Deputados e excluídas as proposições que não tratavam do conflito sobre o direito ao aborto, 29 proposições foram encontradas. Dessas, 27 **[6]** eram de posições *anti-escolha* e apenas 2 *pró-escolha* **[7]**. Uma vez que não se pretende realizar um estudo tão amplo como o dos pesquisadores de Brasília, mas apenas conhecer os argumentos e estratégias ilustrados nas proposições dos deputados contrários à descriminalização, foram selecionados para análise os projetos dos dois deputados *anti-escolha* que mais propuseram sobre o tema: Flavinho (PSC/SP), ligado à Renovação Carismática Católica que assina 7 projetos, e João Campos (PRB/GO), pastor da Assembléia de Deus que assina 5 projetos, totalizando 10 proposições para análise **[8]**.

Em conjunto, as proposições procuram: aumentar a penalidade em caso de aborto ilegal; voltar a criminalizar os casos em que aborto é legal; desestimular o aborto em caso de gravidez resultante de estupro; criminalizar a luta pró-escolha, chamada de “apologia ao aborto”; criar propaganda contra a descriminalização; e incentivar valores cristãos na educação.

O principal argumento mobilizado foi, assim como demonstraram Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2016), a *inviolabilidade do direito à vida desde a concepção*, que aparece em todos os projetos analisados. Outros argumentos que se destacam entre as proposições anti-escolha são: proteção do direito da mulher e da vida humana; possíveis consequências psicológicas causadas pela prática; falta de informação sobre adoção; entendimento da vida como um bem divino; entendimento da legalização do aborto como sendo imposta por organizações internacionais inspiradas em ideologias neomalthusianas; e opinião pública.

Nota-se que a maioria dos argumentos não tem em si apenas uma fundamentação religiosa, mas traz consigo o discurso democrático, científico e jurídico, próprios da modernidade. Tal

45**[6]** PL 891/2015, PL 4641/2016, PL 4642/2016, PL 1545/2011, PL 1618/2011, PL 699/2011, PL 640/2016, PL 190/2011, PL 3983/2015, PDC 1490/2014, PL 8116/2014, PL 6061/2013, PL 6055/2013, PDC 565/2012, PL 5069/2013, PL 1859/2015, PL 6592/2016, PDC 1487/2014, PL 6033/2013, PL 1089/2015, PL 5617/2016, PL 4880/2016, PL 4646/2016, PL 797/2011, PL 4396/2016, PDC 566/2012 e PL 6115/2013.

46**[7]** PL 7633/2014 e PL 882/2015. Ambos de autoria do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ).

47**[8]** Os deputados assinam proposições em conjunto. Os documentos selecionados para análise foram: PL 891/15; PL 4641/16; PL 4642/16; PL 4640/16; PL 4646/16; PL 1190/11; PL 5069/13; PL 1859/15; PDC 214/15; PDC 566/12.

fenômeno é analisado por autores da sociologia da religião brasileiros, como Maria das Dores Campos Machado (2016), como uma reconfiguração do discurso. A autora costariquenha Montserrat Sagot (2012) nos ajuda a aprofundar a análise com o conceito de *neointegrismo religioso*. Trata-se do recurso de buscar conferir uma “falsa legitimidade laica” para posições fundadas em valores religiosos.

A autora argumenta que esse fenômeno serve de sustento ideológico nas democracias neoliberais da América Latina e seria uma resposta de cristãos à secularização e cientificização próprias da modernidade. A lógica epistêmica envolta no neointegrismo religioso de que a religião deve se manifestar na ordem pública sob o discurso da modernidade, torna mais difícil combater posicionamentos religiosos, uma vez que a estratégia de recorrer a argumentos próprios dos discursos democráticos e científico disfarçam seu caráter e conteúdo moral. Ao instrumentalizar a religião deste modo, com fins políticos, a intenção é não só evangelizar e conquistar novos adeptos, mas principalmente ganhar espaço e legitimidade dentro do Estado e suas instituições. A prioridade do neointegrismo religioso é, portanto, fazer com que o Estado adote e transforme em política pública, supostamente de caráter laico, posições na verdade fundadas na moral cristã.

Essa mudança no discurso e estratégia dos movimentos religiosos, ainda segundo Sagot (2012), faz com que políticos como Flavinho e João Campos não pareçam abertamente retrógrados, mas sim defensores de preceitos dos Direitos Humanos, como na suposta defesa do direito à vida na discussão sobre aborto. Sagot, porém, alerta que essa aparência serve para encobrir toda a violação de direitos econômicos e sociais praticadas pela militância neointegrista religiosa, em especial contra mulheres e dissidentes sexuais e de gênero. Observemos, a partir das proposições analisadas, como opera a argumentação do neointegrismo religioso.

O Projeto de Lei 891 de 2015, de autoria do deputado Flavinho, tem como objetivo regulamentar a proibição da interrupção voluntária da gravidez, mas se apropria do discurso feminista supostamente defendendo direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, como se pode observar:

Art. 2º - No exercício de sua liberdade, intimidade e autonomia, todas as pessoas têm direito a decidir livremente sobre sua vida sexual e reprodutiva, conforme direitos e deveres estabelecidos pela Constituição Federal, inclusive no que se refere à estrutura do núcleo familiar e, sobretudo, à garantia inviolável da vida do nascituro. (BRASIL, 2015).

Sua justificativa demonstra que o principal propósito de seu projeto não é garantir direitos à mulheres, mas sim subordiná-los ao direito da expectativa de vida do feto: “Dentre dezenas de Justificativas que poderiam embasar a presente proposição, uma única prevalece: O DIREITO À VIDA É INVOLÁVEL” (BRASIL, 2015).

Em outra proposição (PL 4641/15), Flavinho alega proteger e amparar gestantes de gravidez decorrente de estupro as incentivando a dar continuidade à gravidez e encaminhar os recém-nascidos para a adoção. Se autoproclamando defensor de direitos das mulheres e das crianças, o referido deputado não leva em consideração as consequências psicológicas que podem ser

acarretadas na pessoa gestante e na criança encaminhada ao orfanato. Na sua argumentação está presente a definição de vida humana como tendo início na concepção e a defesa da constituição federal, se referindo ao direito à vida.

Os dois deputados demonstram preocupação com o chamado “induzimento ao aborto”, como demonstram as proposições PL 4646/16 e PL 5069/13, este de autoria de João Campos e Eduardo Cunha e aquele de autoria de Flavinho. Os dois projetos de lei podem criminalizar a luta pró-escolha encarcerando pessoas que auxiliam na realização da prática clandestina, que divulgam informações sobre aborto ou que apenas defendam abertamente sua legalização. Aqui nota-se, como apontado por Montserrat Sagot, que o neointegrismo religioso, para além de debilitar o preceito da laicidade do Estado, atua como uma barreira para o avanço de uma agenda feminista.

O Projeto de Lei 4646 de 2016 tipifica o “crime de auxílio, induzimento ou instigação ao aborto” (BRASIL, 2016), aumentando as penas previstas na legislação **[9]** para quem estimule ou auxilie na execução da prática. O argumento mobilizado é o da inviolabilidade do direito à vida, previsto no artigo 5º da Constituição Federal.

O PL 5069, de 2013, é um dos mais perigosos para a prática feminista, que pode inclusive criminalizar o uso da pílula do dia seguinte se ela for identificada como abortiva, e, por isso, foi alvo de diversas manifestações em vários estados brasileiros sob a palavra de ordem “pílula fica, Cunha sai”. A proposição pretende adicionar no código penal o seguinte artigo:

Art. 127-A. Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto, induzir ou instigar gestante a usar substância ou objeto abortivo, instruir ou orientar gestante sobre como praticar aborto, ou prestar-lhe qualquer auxílio para que o pratique, ainda que sob o pretexto de redução de danos. (BRASIL, 2013).

A argumentação do PL 5069/13 gira em torno do entendimento da legalização do aborto como sendo imposta por organizações internacionais inspiradas em ideologias neomalthusianas:

De todos os fatos narrados neste arrazoado, pode-se tirar três conclusões: a) As poderosas entidades internacionais e supercapitalistas, interessadas numa política neomalthusiana de controle populacional, não hesitam em fomentar o aborto ilegal para alcançar seus objetivos; b) desde a década de 1970, os meios para o controle e redução da população mundial passaram a ser apresentados com uma roupagem feminista, sob o paradigma dos chamados “direitos sexuais e reprodutivos”; c) a redução de danos tem todas as condições para tornar-se a nova tática a ser empregada no fomento do aborto ilegal. (BRASIL, 2013).

Segundo os autores da proposição, a legislação brasileira deve estar preparada contra a ofensiva do movimento feminista pela legalização do aborto, uma vez que as pesquisas de opinião pública mostram que a população é contra a descriminalização e legalização da prática. Além disso,

48**[9]** Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e a Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

eles acusam a possibilidade da legalização como algo que fere o artigo 5º da Constituição Federal e como potencial criadora de um problema de saúde pública.

Flavinho e João Campos também pretendem criar propaganda contra a legalização do aborto. O PL 4642/2016, de Flavinho, pretende criar o *Programa Nacional de Prevenção e Conscientização sobre os Riscos e Consequências do Aborto* e o PL 1190/2011, de João Campos, pretende instituir o *Dia do Nascituro*. O deputado católico utiliza na sua argumentação os riscos da realização de um aborto clandestino e afirma que tal campanha reduziria os casos de aborto legal e ilegal. Já o deputado evangélico centra sua argumentação, mais uma vez, na suposta defesa da inviolabilidade do direito à vida, prevista na Constituição, porém também mobiliza um argumento religioso, afirmando que “só Deus é o Senhor da vida” (BRASIL, 2011) e que nenhum homem pode se sobrepor a ele.

Flavinho também assina o PL 4640/2016, que pretende criar a *Campanha Nacional de conscientização sobre a entrega voluntária de bebês para adoção*, a fim de oferecer uma alternativa à pessoa que deseja abortar. João Campos também assinou mais uma proposição sobre o tema durante o período das duas últimas legislaturas, o Projeto de Decreto Legislativo 566 de 2012, que pretende sustar a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental- ADPF 54, que descriminalizou o aborto para casos de má-formação fetal, sob as justificativas de que o STF usurpou de competências do Congresso Nacional e de que a decisão fere o direito à vida do feto. Além disso, os autores questionam o conceito de laicidade adotado pelo STF, como se pode observar:

Neste sentido entendemos que a laicidade do Estado deve consistir numa estratégica neutralidade com relação à religião, que permita a mais ampla liberdade religiosa e a pacífica convivência solidária de todos. Devemos, pois, distinguir a saudável laicidade de uma laicidade perniciososa a que chamaremos laicismo. (BRASIL, 2012).

Mais uma vez notamos a adoção de argumentos que fazem com que os militantes neointegristas religiosos pareçam de fato preocupados com direitos humanos e com a laicidade do Estado, enquanto impõem valores religiosos para o conjunto da população, produzindo subcidadania para mulheres e dissidentes sexuais e de gênero, sem falar em nome de Deus em nenhum momento.

5. Considerações finais

Os movimentos religiosos cristãos, a partir do período de redemocratização do país, avançaram em novas estratégias na disputa da esfera pública. Reconfigurando seu discurso, o incrementando com argumentos próprios dos discursos dos direitos humanos, o que aqui chamamos de neointegrismo religioso vem conseguindo legitimidade no Estado a fim de oficializar e impor a moral cristã para o conjunto da população.

Os dados coletados, bem como a literatura sobre aborto no país, apontam para a hegemonização de posições anti-escolha no legislativo e uma tímida aparição de posições pró-escolha. Mais do que dar continuidade à análise desse conflito, é necessário que as pesquisadoras

feministas também adotem posturas militantes de denúncia da debilitação do caráter laico do Estado, da tentativa de frear o crescimento dos movimentos feministas e suas pautas e da produção de subcidadania para mulheres e dissidentes de gênero por parte desses movimentos religiosos. 🗣️

NOTAS

* Estudante do 12º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: missquinsan@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **A igreja Universal e seus demônios: Um estudo etnográfico**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Introdução: Aborto, democracia e laicidade. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe (orgs.). **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda, 2016. p. 09-16.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5069/2013**. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei no. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Anúncio de meio abortivo ou induzimento ao aborto.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 891/2015**. Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências.

CERVELLINI, S.; GIANI, M.; PAVANELLI, P. Economia, religião e voto no Brasil: a questão do aborto na eleição presidencial de 2010. *In*: **Anais do IV Congresso Latino-Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association of Public Opinion Research**. Belo Horizonte, Brasil, 2011.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. *In*: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos**: Novas Leituras, Editora da UFMG, 2000.

DIAP. **Atualização da bancada evangélica: DIAP identificou 74 deputados**. 2014. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/24534-bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados>. Acesso em 20 mar. 2018.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil**: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. Rio de Janeiro, 2010.

FRESTON, Paul. **Protestantes e políticas no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado em ciências sociais apresentada à Unicamp. 1993.

G1. **Saiba o que Dilma, Serra e Marina já disseram sobre o aborto**. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/saiba-o-que-dilma-serra-e-marina-ja-disseram-sobre-o-aborto.html>. Acesso em: 10 fev. 2017.

LUNA, Naara. **A controvérsia do aborto e a imprensa na campanha eleitoral de 2010**. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 27, p. 367-391, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Política, direitos humanos e aborto: uma análise das opiniões de líderes pentecostais brasileiros. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe (orgs.). **Aborto e Democracia**, São Paulo: Alameda, 2016. p. 85-106.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.

MÍDIA NINJA. **Onda verde também vai tomar o Brasil**: Confira atos essa semana. 2018. Disponível em: <http://midianinja.org/news/onda-verde-tambem-vai-tomar-o-brasil-confira-atos-essa-semana/>. Acesso em: 24 out. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 657-672, 2012. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300004>

MIGUEL, Luis Felipe. O direito ao aborto como questão política. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe (orgs.). **Aborto e Democracia**, São Paulo: Alameda, 2016. p. 47-64.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução, São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSSI, Marina. **Mulheres vão às ruas**: “Pílula fica, Cunha sai”. El País. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446222175_318913.html. Acesso em: 24 out. 2018.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAGOT, Montserrat. ¿Un paso adelante y dos atrás? La tortuosa marcha del movimiento feminista en la era del neointegrismo y del "fascismo social" en Centroamérica. *In*: CAROSIO, Alba (org.). **Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe**, Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 75-100.

Recebido em 31/07/2018

Aprovado em 03/12/2018

O ESPETACULAR NO SAGRADO: UM ESTUDO SOBRE A FESTA DOS TABERNÁCULOS NA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

THE SPECTACULAR IN THE SACRED: A STUDY ABOUT THE FESTA DOS TABERNÁCULOS IN IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

*Taimara Brito**

Cite este artigo:BRITO, Taimara. O Espetacular no Sagrado: um estudo sobre a Festa dos Tabernáculos na Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 101-111, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo:O presente artigo busca analisar o trânsito de sentidos que envolve a Festa dos Tabernáculos, realizada pelas mulheres da Igreja Universal do Reino de Deus. A festa celebra a proteção divina que sustentou o povo de Israel no deserto a caminho da “Terra Prometida” e, através dela, compreende-se como esse episódio pode ser apreendido na atualidade. Para o desenvolvimento da análise, foi realizada uma pesquisa com ênfase qualitativa, baseada na observação participante, com realização de entrevistas semiestruturadas e estudos bibliográficos. Em suma, a festa atua como um ritual de afirmação de uma memória coletiva e permeia a experiência social e a identidade das participantes.

Palavras-chave: Neopentecostalismo; Ritual; Performance; Memória; Identidade.

Abstract:This article aims to analyse the transit of meanings about the Festa dos Tabernáculos made by women of the Igreja Universal do Reino de Deus. The feast celebrates the divine protection that sustained the people of Israel in the desert on the way to the "Terra Prometida", and through this, it is understood how this episode can be apprehended nowadays. For the development of the analysis, a research with qualitative emphasis was accomplished, based on participant observation, semi-structured interviews and bibliographic studies. In short, the feast acts as a ritual of affirmation of a collective memory and permeates the social experience and the identity of the participants.

Keywords: Neopentecostalism; Ritual; Performance; Memory; Identity.

A Festa dos Tabernáculos, também chamada de Festa das Cabanas ou Festa da Colheita, tem origem nos textos bíblicos do Antigo Testamento. É uma comemoração em memória aos quarenta anos vividos pelo povo de Israel em cabanas no deserto, a caminho de Canaã, a “Terra Prometida”. A festa celebra a proteção divina que sustentou o povo no deserto, após a libertação da escravidão no Egito, e relembra que, apesar dos tempos difíceis vividos durante a caminhada, Deus não se apartou do grupo e não lhes deixou faltar nada. Em síntese, a Festa dos Tabernáculos é uma comemoração realizada por diversas

instituições religiosas ao redor do mundo, na qual as pessoas ofertam e louvam a Deus por diferentes formas, simbolizando a gratidão pelas provisões e proteções contínuas.

O objetivo ao qual me proponho nesta pesquisa consiste em compreender o significado que as mulheres, fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), atribuem à Festa dos Tabernáculos e em perceber o trânsito de sentidos dessa celebração e de seus ritos para esse grupo religioso. A fim de entender os valores, as crenças, os discursos e as práticas desse grupo, optei por realizar uma pesquisa com ênfase qualitativa, baseada na imersão prolongada na comunidade religiosa da IURD. Para a coleta de informações, usei documentos e *sites* oficiais da igreja, realizei entrevistas semiestruturadas com as fiéis e utilizei a técnica da observação participante, que pretende entender a cultura estudada a partir da experimentação das suas condições de vida. As etnografias sobre o campo foram realizadas em diferentes unidades da IURD no Rio de Janeiro, incluindo o Templo da Glória do Novo Israel (sede da igreja no RJ), e no Templo de Salomão, em São Paulo. Este estudo foi realizado entre os anos de 2013 e 2016 e foi posto em diálogo com as bibliografias acadêmicas sobre o tema, além de ser discutido e analisado com a orientadora da pesquisa.

1. Apresentação da festa na IURD

A Igreja Universal do Reino de Deus [1] tem o costume de realizar a Festa dos Tabernáculos em muitas das suas unidades. A primeira celebração aconteceu em 2011 e, originalmente, a sua realização e participação eram restritas ao grupo Godllywood. O Godllywood é um projeto idealizado por Cristiane Cardoso, filha do Bispo Edir Macedo – líder da IURD – e foi elaborado a partir de uma indignação relacionada à “promiscuidade feminina” e aos “valores errôneos” transmitidos pelas mídias, principalmente as provenientes de Hollywood. O projeto foi criado em 2009 no Texas, Estados Unidos, e em pouco tempo foi difundido pelas unidades da IURD em diferentes países. O nome do projeto pressupõe, através da junção das palavras *God* (Deus em inglês) e *llywood*, a criação de uma “Hollywood de Deus”.

O Godllywood é formado por mulheres da Igreja Universal do Reino de Deus e o seu principal objetivo é transformar as integrantes em “mulheres exemplares”, “mulheres de Deus”, avessas às influências Hollywoodianas, através de orientações e de códigos de conduta com regras estritas. Segundo Robbins (2015, p. 177), as pessoas exemplares apresentam a ideia de junção de um valor com uma pessoa. Assim, as ações ou os produtos das ações das integrantes do Godllywood tornam-se exemplares por concretizarem os valores que a IURD preconiza. Fundamentando minha análise na perspectiva do autor (2015, p. 193-194), acredito que uma das formas das fiéis da IURD vivenciarem a existência de valores é através do contato com a própria igreja e com as integrantes do Godllywood que os exemplificam. Tal contato pode desenvolver um senso de propósito moral e de investimento no futuro nas fiéis (ROBBINS, 2015, p. 194).

49[1] A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada em 1977 por Edir Macedo, Romildo Soares e Roberto Lopes; sendo posteriormente liderada somente por Macedo. A igreja é identificada como uma das principais representantes do segmento neopentecostal (NUNES, 2006, p. 128), possui cerca de 2 milhões de adeptos no Brasil e está presente em diversos países de todos os continentes. Em suma, “as igrejas neopentecostais têm forte ênfase na trilogia: cura, prosperidade e libertação (ou exorcismo)” (BITTENCOURT, 1991 *apud* MARIZ, 1995, p. 41). Apresenta grande notoriedade pela sua presença na política e nas mídias, pela sua diversidade administrativo-econômica e pelo seu sistema doutrinário e ritualístico (ORO, 2006).

Existe um conjunto de procedimentos e tarefas que as mulheres precisam cumprir para fazerem parte do Godllywood. Uma vez dentro do grupo, a participante deverá participar dos eventos, reuniões e obras sociais e continuará realizando tarefas e seguindo um código de conduta com regras estritas, que, uma vez quebradas, desqualificam a integrante a continuar na comunidade. O grupo também dispõe de “*personaltrainers* espirituais [2]”, as *sisters*, que acompanham o desenvolvimento das participantes, orientando-as, indicando tarefas e verificando a execução destas.

As tarefas propostas pelo grupo constituem-se em um programa pedagógico e disciplinador, que ensina como ser mulher e, principalmente, como ser uma “mulher virtuosa”, uma “mulher sábia” e “exemplar aos olhos de Deus”. As tarefas abrangem diversas dimensões da vida da mulher: espiritual, familiar, profissional, doméstica, conjugal etc. São propostas atividades cotidianas, tais como: ser carinhosa com alguém, não falar palavrão, cuidar bem do lar e da aparência, ser ativa na igreja, maquiarse de forma discreta, trajar vestidos, vencer um receio, etc [3]. Para Teixeira (2014, p. 232), a realização e a divulgação de tais práticas produzem “uma performatividade de gênero mimetizada em formas de falar, de se apreender e de experienciar os corpos”. Assim, as tarefas propostas generalizam de um modelo de gênero feminino baseado na feminilidade, na docilidade e na discricção, incentivando formas específicas de agir e de pensar sobre si.

A partir do ano de 2013, a festa começou a ser aberta para todo o público feminino da igreja. Mulheres de diversas idades, de várias partes do Brasil e do mundo comparecem ao evento trajando vestidos longos e véus que relembram os tempos bíblicos, adornos na testa e vários acessórios. O traje a caráter não é obrigatório, porém a maioria das mulheres se anima com a confecção da roupa para esse dia tão especial e aguardado. Existem inúmeros *sites* para auxiliar na montagem da roupa, da maquiagem e do penteado especialmente para essa festa.

A Festa dos Tabernáculos é uma ocasião singular na qual as mulheres apresentam seus testemunhos e compartilham suas experiências, enfatizando os ensinamentos do Godllywood. No Rio de Janeiro, a comemoração acontece no Templo da Glória do Novo Israel, em Del Castilho, no espaço onde ocorrem os cultos. O local possui capacidade para mais de oito mil pessoas sentadas (GOMES, 2011, p. 187), portanto é uma ocasião que reúne um grande número de participantes. De acordo com Elisa [4] – obreira da IURD, integrante do Godllywood e uma das minhas interlocutoras –, tal fato impede, por exemplo, a realização de ritos presentes na Festa dos Tabernáculos original, como o compartilhamento de comidas. A celebração normalmente inicia-se no começo da noite e possui duração aproximada de duas horas.

O cenário da festa constitui-se basicamente pela representação do deserto e/ou de cabanas no altar. O evento é conduzido principalmente pela Cristiane Cardoso, idealizadora do Godllywood e filha do bispo Edir Macedo. A ela, juntam-se algumas esposas de pastores, que, posicionadas no altar, também pronunciam as orações e sermões. Geralmente, a celebração inicia-se com a realização de uma

50[2] Categoria êmica.

51[3] Informação disponível em <http://blogs.universal.org/cristianecardoso/pt/onde-estao-todos-os-desafios-godllywood>.

52[4] Os nomes das interlocutoras foram substituídos para preservar suas identidades.

oração na qual pede-se que Deus abençoe as mulheres presentes. Na prédica, relembra-se o esforço realizado pelo povo de Israel durante a escravidão no Egito, os momentos vividos nas cabanas no deserto e compreende-se como essas experiências podem e devem ser apreendidas nos dias atuais. Na celebração de 2014, por exemplo, Cristiane Cardoso discursou sobre como o passado de escravidão ainda aprisionava o povo de Israel, pois, apesar das pessoas estarem libertas, elas não conseguiam enfrentar os problemas que surgiam. Em seguida, ela afirmou que o mesmo acontece com muitas mulheres e aconselhou as participantes a se libertarem das mágoas, dos problemas e dos traumas do passado para então começarem uma nova vida com Deus. Nesse momento da prédica, há uma fronteira fixa entre quem fala e quem ouve; o próprio local onde a Cristiane Cardoso e as demais esposas de pastores se posicionam (altar) apresenta a legitimidade do lugar de fala dessas mulheres.

Após a prédica, há o momento de orações, cantos e ofertas e, ao final, há uma performance de dança em louvor a Deus. Utilizo o termo performance no sentido de caracterizar as “ações realizadas para as quais as pessoas treinam e ensaiam” (SCHECHNER, 2006, p. 29). Um grupo de dança do Godllywood apresenta uma coreografia ensaiada ao som de músicas hebraicas, típicas das comemorações judaicas, com muitos efeitos sonoros e visuais. As danças apresentam diversos movimentos de braços e véus e os gestos são realizados de acordo com as normas e a moral sexual defendida pela igreja. Nesse momento, as mulheres presentes somente observam a apresentação.

Geralmente, após a primeira apresentação, as participantes pedem a repetição da performance. Na segunda apresentação, as fiéis também são convidadas a dançar e a celebrar em forma de agradecimento a Deus. Nesse momento, há a possibilidade das mulheres não somente verem a apresentação coreografada do grupo de dança do Godllywood, mas também dançarem e serem vistas. Não há oposição entre corpo e alma, visto que a dança louva ao Senhor. É um momento de “efervescência coletiva” (DURKHEIM, 1996) e de alegria compartilhada, no qual podemos observar a dimensão performática da fé, que afeta diretamente o corpo. O término da comemoração ocorre com uma oração final e um canto de encerramento.

A festa possui uma enorme publicidade pela televisão, redes sociais, rádio e *sites* e é transmitida ao vivo pela TV Universal [5]. A experiência religiosa se manifesta utilizando uma linguagem moderna, em uma igreja que possui uma dinâmica intensa e que investe em tecnologia, fazendo uso de diferentes instrumentos midiáticos. A IURD utiliza todos esses aparatos contemporâneos porque deseja inserir-se no mundo moderno, e não fugir dele; e seus fiéis geralmente estão familiarizados e se sentem bem com essa conjuntura.

Obtive a oportunidade de acompanhar todo o preparo para a participação na festa através de Dona Ester, que se tornou minha principal interlocutora. Por meio das suas falas, pude entender o sentido de toda dedicação e cuidado com os quais as mulheres se prepararam para fazer parte da celebração. Dona Ester tem 52 anos, é obreira da igreja e integrante do Godllywood. Ela, com suas habilidades na costura, confeccionou dois vestidos especialmente para a festa; um para ela e outro para sua

53[5] A TV Universal é um canal brasileiro pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus. Transmite conteúdo de evangelização e para os fiéis da igreja 24 horas por dia via internet. O seu conteúdo também pode ser acessado via TV aberta e rádio.

filha, Elisa. Segundo dona Ester, as participantes da festa agradecem, renovam sua fé e buscam uma experiência com Deus para se tornarem mulheres melhores. Para ela, os ensinamentos que são passados na reunião transformam a vida de cada uma das participantes, transmitindo a importância do valor espiritual das mulheres e a necessidade de se confiar nos planos de Deus.

No momento em que discorria sobre a relevância da celebração, dona Ester me explicou a conexão da história da festa com a sua história de vida. Dona Ester morava no interior do Pará e, ainda jovem, conheceu o seu esposo, se casou e teve dois filhos. Eles se mudaram para a capital e, no início, moraram em uma casa com condições precárias de subsistência e passaram por muitas dificuldades financeiras. De acordo com ela, nessa época, seu esposo bebia, e isso afetava o comportamento dele dentro de casa. Durante esse tempo, ela desenvolveu uma hemorragia interna grave, que a deixou internada, correndo risco de vida. Após esse período conturbado, seu esposo se converteu e foi transferido para uma base militar no Rio de Janeiro, levando toda sua família com ele. Ao final do relato, ela me disse que esteve no “deserto” por muito tempo, mas finalmente encontrou a sua “Terra Prometida”, pois conseguiu alcançar a prosperidade que tanto desejava. Atualmente, seu esposo se estabilizou na base militar e abriu uma empresa própria de materiais e serviços de construção, na qual ela também trabalha. Seus filhos são graduados e trabalham e a sua família “serve a Deus”.

É interessante mencionar que muitas das práticas e discursos presentes na Festa dos Tabernáculos são caracterizados como “impuros” por outras igrejas. A Igreja Presbiteriana do Brasil, por exemplo, elaborou um documento intitulado “Relatório da Comissão Permanente de Doutrinas da Igreja Presbiteriana do Brasil sobre a Igreja Universal do Reino de Deus” [6]. O documento busca demonstrar como a IURD seria uma igreja “menos pura” devido ao tipo de hermenêutica adotada para a leitura bíblica (GOMES, 2011, p. 123). Em uma parte do documento, critica-se a reencenação e reinterpretção de episódios bíblicos, sob o argumento de que existe uma alegorização de tais episódios e um desrespeito pelo contexto histórico dos textos bíblicos, além de não haver distinção entre o que é descritivo na Bíblia e o que é normativo para os cristãos.

2. Alguns elementos para a discussão

A Festa dos Tabernáculos apresenta uma dimensão ritual na medida em que comporta “um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica” (SEGALEN, 2002, p. 31). A cerimônia possui uma configuração específica no espaço e no tempo, além de um sistema de linguagem, comportamentos e símbolos singulares, comuns àquele grupo religioso. A festa é feita e refeita ao longo do tempo permeando a experiência social das participantes, e os seus ritos, individuais ou coletivos, possuem um caráter corporal, representativo e simbólico fundados numa conexão mental. Assim, observamos que a festa suscita, mantém ou faz renascer certos estados mentais do grupo (DURKHEIM, 1996), como, por exemplo, o sentimento de gratidão a Deus e de pertencimento ao grupo religioso.

54[6] Ver o Relatório da Comissão Permanente de Doutrinas da Igreja Presbiteriana do Brasil sobre a Igreja Universal do Reino de Deus disponível em <http://www.executivaipb.com.br/>.

As performances apresentadas no momento da dança são interessantes elementos para a análise do ritual. Em sua pesquisa, Ricco (2015) já apresentava o acalorado debate sobre a dança como parte do louvor cristão. De acordo com a autora (p. 46), “se de um lado os evangélicos Protestantes Históricos consideraram a dança desapropriada para o culto, os Pentecostais, e alguns grupos Neopentecostais, aderiram à prática, as facultando ressignificações”.

De acordo com Lays Rodrigues, uma das responsáveis pelas coreografias apresentadas em 2014, a dança representa o louvor e a gratidão, na qual as piruetas e os saltos representam a liberdade, os giros representam a transformação, o movimento com os braços erguidos representam o louvor, o sorriso e as palmas representam a alegria fruto do “Espírito Santo” e os movimentos de dupla representam a irmandade do Godllywood [7]. Assim, a dança se mostra como atividade coletiva com uma função específica: a de louvar ao Senhor. Ela é “parte integrante de um importante investimento social associado ao cerimonial religioso” (EVANS-PRITCHARD, 2014, p. 37).

Podemos perceber que a comemoração expõe a compatibilidade entre a eficácia do ritual sagrado e o entretenimento. Para Schechner (2012, p. 81), a performance pode ser reconhecida como um ritual, porém “se a proposta da performance é principalmente dar prazer, ser mostrada, ser bela ou passar o tempo, então a performance é um entretenimento. O fato é que nenhuma apresentação é eficácia pura ou entretenimento puro”. Dessa forma, no caso particular da Festa dos Tabernáculos, o corpo atua como parte do ritual de adoração e de louvor a Deus através da dança, e a performance, fundamentada na interação e na experiência pessoal do intérprete, conduz o grupo à adoração.

O estudo do vínculo da IURD com a “Terra Santa de Israel” é uma outra importante chave analítica para compreender não somente o sentido e significado da Festa dos Tabernáculos, mas também toda a cosmologia da igreja. O vínculo com a “Terra Santa” encontra-se presente em diversos discursos e práticas da instituição e, inclusive, na arquitetura de seus templos. De acordo com o bispo Macedo (Folha Universal, nº. 253, p. 1A *apud* GOMES, 2011, p. 175), o discurso de identificação com o povo de Israel ocorre sobretudo porque Deus se revelou primeiramente para esse povo, existindo, então, uma “sintonia de fé” entre o povo e os fiéis da IURD.

O Templo da Glória do Novo Israel, onde ocorre a Festa dos Tabernáculos e os encontros mensais do grupo Godllywood no Rio de Janeiro, apresenta o vínculo com o Israel bíblico em sua arquitetura. Dentro do templo, encontramos, por exemplo, a réplica do Muro das Lamentações – localizado em Israel – e a reprodução da maquete de Jerusalém. Além da representação desses locais simbólicos, diversos materiais utilizados para suas construções foram trazidos de Israel. Segundo Gomes (2011), a memória coletiva desse grupo religioso é pautada no Israel bíblico, e o Templo da Glória do Novo Israel apresenta a materialização dessa memória.

Para dona Ester, estar no templo é uma forma de entrar em contato com a “Terra Santa”. Assim, a catedral pode ser identificada como um “lugar de memória” (NORA, 1993), no qual o grupo se reconhece, se afirma e se distingue dos demais, visto que a “Terra Santa” está sendo (re)criada nesse local. De acordo com Nora, os “lugares de memória” têm sentido material, funcional e simbólico e são

55[7] Informação disponível em www.universal.org.

responsáveis por ligar o passado ao presente. Através da materialização da “Terra Santa”, a sede carioca produz, fixa e transmite a memória; e a festa, por sua vez, rememora um acontecimento bíblico que deixa sua impressão na história das participantes.

Podemos perceber que, através da Festa dos Tabernáculos, memórias e saberes são produzidos, mobilizados e transmitidos. A celebração e sua geografia sagrada (Templo da Glória do Novo Israel) passam pela mediação de objetos, que, ao serem manipulados, promovem espaços-tempos de conhecimento. De acordo com Gomes (2011, p. 175-176), a associação entre a memória remetida à “Terra Santa” e a construção da identidade e do fortalecimento religioso da igreja demonstra a importância desse vínculo na concepção nativa de autenticidade.

Por meio do estudo do ritual da Festa dos Tabernáculos, também podemos analisar a relação entre memória e identidade. Segundo Pollack (1992), a identidade é constituída pela percepção e representação, ou seja, é o sentido da pessoa para a própria pessoa e para os outros. Podemos perceber, através da conexão entre a história da festa e a história de vida de dona Ester, que a identidade se relaciona com a memória, visto que a reconstrução da “pessoa” de dona Ester fundamenta-se na rememoração de experiências, pessoas e lugares. Assim como o povo de Israel, dona Ester necessitou passar por todo o “deserto” para chegar à “Terra Prometida” e, apesar de ter enfrentado dificuldades, ela afirma que Deus sempre esteve ao seu lado, protegendo-a. O rememorar é, então, um elemento constitutivo de identificação e estabelece também as características particulares de cada indivíduo. De acordo com o autor (p. 204),

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Através do discurso de dona Ester, observamos a vinculação de sua história de vida com a memória coletiva do grupo (pautada no Israel bíblico) e a ênfase dada à capacidade de superação e conquista pela fé. Em suma, a memória coletiva e as narrativas de identificação com o “povo escolhido” são fundamentadas basicamente por referências bíblicas presentes no Antigo Testamento, que são relacionadas com as trajetórias e memórias da igreja e de seus membros. Assim, podemos observar que a identificação com o povo de Israel atravessa o contexto ritual e penetra na vida cotidiana na medida em que os fiéis se percebem, se apresentam, organizam e significam suas experiências (passadas e atuais) de modo refletido às situações e aos personagens bíblicos.

Através da materialização da memória coletiva no templo e do discurso do Bispo Macedo e da IURD sobre a “sintonia de fé” entre os fiéis e o povo do Israel bíblico, há a “consolidação de uma comunidade moral de semelhantes” (DULLO, 2011, p. 106). Além da relação de identificação entre fiéis da IURD e personagens do Israel bíblico, há uma relação de exemplaridade (DULLO, 2011, p. 106), em que estes últimos são vistos como exemplos de conduta a serem seguidos. Tais personagens exemplificam o poder da fé e evidenciam uma “pedagogia do sucesso” (DULLO, 2011, p. 107) para uma vida espiritual, moral e terrena ideal. Dessa forma, “a semelhança permite a identificação, o reconhecimento e a adesão à normatividade expressa pelo indivíduo ‘bem-sucedido’, exemplar” (DULLO, 2011, p. 121).

De acordo com Bourdieu (2006), o relato autobiográfico, caracterizado pela narrativa coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, constitui uma ilusão retórica, uma representação comum da existência. Para o autor, tanto os relatos autobiográficos como a ideia de identidade baseada na constância de si encontram-se apoiados em instituições de totalização e de unificação do "eu", que direcionam a atribuição de sentidos e a busca de coerência às experiências sociais. Sendo o sujeito múltiplo e o real descontínuo, multifacetado, formado por elementos justapostos que surgem de modo imprevisível e aleatório, Bourdieu acredita ser ilusória a realização de um discurso cronologicamente ordenado com relações inteligíveis e coerentes.

Não nego que o relato autobiográfico possa variar em forma e conteúdo de acordo com o contexto em que é produzido. Porém, a questão que desejo elucidar é a capacidade agentiva do ritual ao oferecer sentidos e organização às experiências sociais das participantes. Nessa perspectiva, a Festa dos Tabernáculos pode ser vista como um mecanismo social que favorece a totalização e unificação da vida, visto que nela são produzidos discursos, sentidos e significados relacionados às diversas experiências passadas e/ou atuais das participantes e à sua própria identidade. Através de metáforas relacionadas ao episódio bíblico da caminhada no deserto até a “Terra Prometida”, ocorre a produção não somente de coerência e sentido para as experiências, mas também a produção de um discurso de identificação com o “povo escolhido”.

Os testemunhos expostos na festa e nas reuniões do grupo Godllywood também constituem o complexo processo de autocriação do “eu” das participantes, visto que o indivíduo fala sobre si e organiza suas experiências apresentando-as para si mesmo e para os outros. Através dos testemunhos, as mulheres narram os sofrimentos vividos e contrastam com a sua atual vida próspera. Dessa forma, há a reprodução e materialização dos discursos religiosos e a comprovação da eficácia dos ensinamentos da igreja e do Godllywood.

Esses testemunhos incentivam o monitoramento por parte dos indivíduos de suas próprias vidas e estimulam a internalização dos discursos e das técnicas disciplinares propostos. Segundo Dullo e Duarte (2016), o testemunho no Cristianismo é uma prática antiga e constitutiva de transmissão da fé cristã. Podemos observar, através do testemunho de dona Ester, que o ato de testemunhar transmite “uma experiência pessoal densa de sentido, capaz de gerar efeitos sociais tanto no testemunhante quanto em sua audiência” (DULLO; DUARTE, p. 13).

Pude perceber que, em algumas matérias do site oficial da IURD, as participantes da festa são denominadas como “espectadoras”. Tal fato pressupõe que essas mulheres estão assistindo a um espetáculo feito para elas e também pode sugerir uma posição passiva das integrantes no ritual. Busquei evidenciar com este estudo que as participantes não só assistem à celebração, mas realizam agenciamentos tanto no momento do ritual quanto na aceitação dos discursos e práticas propostas e na articulação destes com suas experiências sociais e identidades. Assim como apresentado por Mahmood (2006) em sua pesquisa sobre um movimento pietista de mulheres mulçumanas no Egito, estamos analisando um contexto no qual as concepções de liberdade e emancipação não são valores centrais. Portanto, baseando-me na perspectiva da autora, considero a agência dessas mulheres não como sinô-

nimo de resistência às relações de dominação e tradição, mas como a capacidade de ação dentro dessas relações específicas.

A participação na festa é descrita pelas interlocutoras como uma experiência transformadora, gratificante, reflexiva e de autoconhecimento. Visto que a habilidade de agir, de realizar transformações é histórica e culturalmente específica, um caso de aparentemente passividade, como a participação na celebração e na adesão dos valores envolvidos, pode apresentar modelos de agenciamentos distintos que só serão percebidos dentro do contexto em que estão inseridos (MAHMOOD, 2006).

3. Considerações finais

A busca pelas perspectivas das fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, em diálogo com as categorias e conceitos antropológicos, foi essencial para a compreensão do trânsito de sentidos da Festa dos Tabernáculos. As crenças e os ritos presentes na festa são, dentro da estrutura construída pela IURD, coerentes e estruturantes de um complexo de regras sociais. Através do Godllywood e da realização dos eventos promovidos por esse grupo, como a Festa dos Tabernáculos, as mulheres alcançaram um espaço específico de liderança e de adoração feminina dentro da IURD. O grupo oferece um conjunto de regras, valores e verdades para quem procura uma orientação, e tal conjunto possui um apelo seguro em meio às incertezas características da modernidade (BERGER, 2000).

O trânsito de sentidos da celebração ocorre pela memória e pela transformação, na medida em que as pessoas presentes se conectam a um passado, elaboram suas identidades e constroem suas subjetividades. A análise da festa esclarece questões acerca da organização das experiências sociais das participantes e sua relação com o sagrado. Ademais, as dimensões dessa comemoração se relacionam com o espetáculo, havendo um impacto das experiências e das performances religiosas na construção da autoconsciência individual e coletiva (CONTINS *et al.*, 2015, p. 10).

O Templo da Glória do Novo Israel, onde ocorre a festa no estado do Rio de Janeiro, atua como um lugar de memória, visto que a “Terra Santa de Israel” está materializada nesse local. Para Contins (2011, p. 13), “a IURD busca, na construção de catedrais, a expressão espacial e arquitetônica de sua ideia de permanência, continuidade, vínculo com uma memória e uma história”. Assim, percebemos que a memória coletiva da IURD é pautada no Israel bíblico e os objetos e lugares promovem o contato com esse local sagrado, proporcionando contextos de aprendizagem que lembram e transmitem a memória.

Nesse contexto, observamos que a festa promove uma movimentação de pessoas e de objetos que fazem parte de um ritual de afirmação da memória coletiva. Percebemos também que há o espraiamento do ritual, na medida em que suas dimensões ultrapassam o momento de “efervescência coletiva” da festa e alcançam o cotidiano das participantes através das práticas disciplinares de cuidado de si, propostas pelo Godllywood, e da influência da memória coletiva na organização das experiências sociais e na construção da identidade dessas mulheres.

De acordo com Leiris (2001, p. 11 *apud* CAVALCANTI, 2002, p. 46), os ritos são "espetáculos reveladores em que tangenciamos o mundo e a nós mesmos, trazendo à superfície elementos da nossa vida abissal". Nessa perspectiva, podemos compreender a Festa dos Tabernáculos como uma ocasião

de experiência viva e de elaboração de mecanismos simbólicos de construção de sentido. As vestimentas, o cenário, as músicas e os discursos são linguagens expressivas adotadas para comunicar o contexto ao qual o ritual se refere. Tais dimensões artísticas e narrativas são singulares àquele grupo religioso, e sua inteligibilidade deriva da compreensão da conjuntura em que estão inseridos. Ademais, as formas de sensibilidade e entendimento produzidas no ritual são experienciadas pelas participantes conforme o nível de pertencimento e de familiaridade com o grupo religioso em questão.

Através deste estudo, busquei demonstrar que a análise dos rituais pode auxiliar na compreensão da realidade social mais ampla, sendo, portanto, uma poderosa categoria analítica. Em suma, há uma necessidade prática, moral e social do ritual da Festa dos Tabernáculos, pois ele reafirma valores, mantém a vitalidade das crenças, confirma a unidade do grupo e promove a integração social. Podemos concluir com a perspectiva de que a festa é um momento único e extraordinário, em que as pessoas se conectam a um estado coletivo e a um passado bíblico percebido e reivindicado como seu e materializado no local onde ocorre (GOMES, 2011, p. 171-172). Nessa ocasião particular, ocorre não somente a formulação e transmissão da memória, mas também a construção do sentido de identidade (individual e grupal) e a organização das experiências sociais das participantes. 🌐

NOTAS

*Estudante, à época da submissão do artigo, do 9º período de Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: taibrito26@gmail.com. Nota da autora: O presente estudo foi orientado pela Professora e Pesquisadora Associada do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Ciências Sociais da UERJ, Dra. Marcia Contins, e encontra-se inserido no projeto de pesquisa da própria intitulado Religião e Etnicidade na Contemporaneidade. Agradeço às orientações da professora Marcia Contins e às minhas interlocutoras, Dona Ester e Elisa, cujas participações foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Este trabalho foi apresentado no I Congresso de Graduação em Antropologia e agradeço também aos debatedores do evento, Debora Simões e Wagner Chaves, que contribuíram de forma significativa para este estudo.

REFERÊNCIAS

- BERGER, Peter. A Desseccularização do Mundo: uma visão global. *In: Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.
- CAVALCANTI, Maria Laura. Os sentidos no espetáculo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 37-78, 2002.
- CONTINS, M. Prefácio. *In: GOMES, E. A era das catedrais: a autenticidade em exibição*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 11-13.
- CONTINS, Marcia; PENHA-LOPES, Vânia; ROCHA, Carmem (orgs.). *Religiosidade e performance: diálogos contemporâneos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.
- DULLO, Eduardo; DUARTE, Luiz Fernando Dias. Introdução. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 12-18, dez. 2016.

- DULLO, Eduardo. Uma pedagogia da exemplaridade: a dádiva cristã como gratuidade. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 105-129, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da vida Religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- EVANS-PRITCHARD, E. A dança. In: CAVALCANTI, M. (org.). **Ritual e Performance – 4 estudos clássicos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.p. 21-38.
- GOMES, Edlaine de Campos. **A era das catedrais**: a autenticidade em exibição. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006.
- MARIZ, Cecília. Perspectivas Sociológicas sobre o Pentecostalismo e o Neopentecostalismo. **Revista Cultura Teológica**, n. 13, 1995.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NUNES, Tarcílio. O crescimento das igrejas neopentecostais no Brasil: um olhar sobre a política da Igreja Universal. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Minas Gerais, v. 1, n. 35, p. 127-132, 2006.
- ORO, Ari Pedro. O “neopentecostalismo macumbeiro”. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 319-332, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- RABUSKE, Irineu; SANTOS, Paola; Gonçalves Hosana; TRAUB, Laura. Os evangélicos brasileiros: quem são, de onde vieram e no que acreditam? **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 4, n. 12, 2012.
- RICCO, Ana. “**Ministérios de Dança**”: um olhar sobre dança e religião entre os evangélicos. 2015. 195 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- ROBBINS, Joel. Onde no mundo estão os valores? Exemplaridade, Moralidade e Processo Social. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 164-196, ago. 2015.
- SCHECHNER, Richard. **Performance e Antropologia de Richard Schechner**. Org. Zeca Ligiero. São Paulo: Hucitec, 2012.
- SCHECHNER, Richard. What is performance? In: **Performance Studies**: an introduction. 2. ed. Nova York: Routledge, 2006.p. 28-51. (Trad. ALMEIDA, R. L).
- SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- TEIXEIRA, Jacqueline. Mídia e Performances de Gênero na Igreja Universal do Reino de Deus: o desafio Godllywood. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 232-256, 2014.

Recebido em 19/08/2018

Aprovado em 07/12/2018

“PARA AS MULHERES DE MINORIAS ÉTNICAS [1]: JUSTIÇA E LIBERDADE”, RESENHA DO LIVRO “MULHERES, CULTURA E POLÍTICA” DE ANGELA DAVIS

“FOR THE WOMEN OF ETHNIC MINORITIES: JUSTICE AND FREEDOM”, BOOK REVIEW OF “WOMEN, CULTURE AND POLITICS” BY ANGELA DAVIS

Gabriela da Costa Silva*

Referência da obra completa resenhada: DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

A obra “Mulheres, cultura e política”, de Angela Davis, reúne artigos, discursos e relatos produzidos pela autora ao longo da década de 1980 — posteriormente reunidos e publicados em livro no ano de 1989. Essa obra é dividida em três segmentos, sendo eles, respectivamente, Sobre as mulheres e a busca por igualdade e paz, Sobre questões internacionais e Sobre educação e cultura. A obra articula desde o viés teórico marxista da autora e suas ponderações acerca do gênero e da raça até elucubrações dos cenários internacionais, evidenciando movimentos de resistência e seus potenciais meios de libertação e mudança na sociedade.

1. Sobre as mulheres e a busca por igualdade e paz

Neste segmento da obra, Davis se debruça acerca da participação de mulheres em movimentos políticos e analisa a realidade experienciada por mulheres afro-americanas [2] — durante o período segregacionista e posteriormente a este —, tecendo críticas às organizações feministas brancas e sua complexa relação com o racismo. Por meio de uma perspectiva histórica, a autora se depara com contrastes marcantes entre as associações de mulheres nos Estados Unidos, no que tange à organização e suas pautas, visto que as mulheres afro-americanas adotaram na época um posicionamento crítico em relação às demandas levantadas por feministas brancas, como a campanha pelo voto, a defesa dos linchamentos de homens negros injustamente acusados de estupros - que nem sempre eram comprovados - denunciando constantemente o racismo nesse movimento.

A restrição de classe e raça para participação das associações de mulheres brancas motivou a construção de um movimento político de mulheres afro-americanas, aberto a todos, inclusive aos homens negros, alinhado a reivindicações progressistas. Esse aspecto pode ser resgatado em sua obra *Mulheres, raça e classe* (2016), ao afirmar que “o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras” (DAVIS, 2016, p. 160).

[1] Termo utilizado pela autora e pela tradução para se referir às mulheres de diversas origens étnicas historicamente subalternizadas ao redor do mundo, como afro-americanas, latinas, africanas, entre outras.

57[2] Termo utilizado pela autora e pela tradução para se referir às mulheres negras que vivem nos Estados Unidos.

Uma das principais divergências entre esses movimentos estava em suas bandeiras centrais. Enquanto as mulheres brancas construíram um movimento de direito ao voto, as mulheres afro-americanas mantiveram seu foco na busca pelo empoderamento. Esse enfoque é apreciado detalhadamente pela autora, dado que a concepção de empoderamento é precisada mediante o acesso às devidas condições econômicas, que são tidas como essenciais para o rompimento das demais barreiras de opressão. Logo, para Davis, o empoderamento é atribuído à aquisição financeira, às oportunidades de emprego, ao direito à saúde pública e ao direito à moradia, sendo esses princípios determinantes para o alcance imediato da igualdade econômica, política e social da população oprimida.

Não obstante essa dinâmica, o lema adotado por mulheres negras se alinha ao caráter coletivista de organização e visa articular os interesses de todas as mulheres de minorias étnicas em benefício da libertação de suas opressões. “Erguendo-nos enquanto subimos”, vincula-se à centralidade da busca pelo empoderamento na superação das opressões de todos os grupos, direcionando suas demandas às questões estruturais, ligadas aos aspectos econômicos, sociais e políticos. A ênfase nesse aspecto permitiu averiguar que o movimento de mulheres brancas optou por desconsiderar os aspectos de classe e raça, apesar de toda exigência organizada no sentido contrário.

Ao construir essa perspectiva estrutural a respeito das questões de gênero e raça, Davis visa apontar o racismo institucional empregado pelo governo de Ronald Reagan (1981-1989). Através das elevadas políticas de militarização, o presidente retirou drasticamente os investimentos no sistema de saúde pública e dos benefícios de bem-estar social, afetando diretamente as famílias afro-americanas e restringindo seu acesso a essas políticas. Para a autora, essa prática explicita o projeto capitalista de violência contra a população afro-americana, por meio da ausência de direitos e da precarização dos recursos sociais.

Objetivando repensar criticamente os processos de privatização da saúde propostos pelo governo dos EUA, a autora apresenta dados estatísticos referentes à saúde da população afro-americana, à ausência de creches públicas e do acesso à moradia, salientando as péssimas condições às quais os afro-americanos estavam submetidos. Outra medida adotada por Reagan foi a drástica redução de investimento em clínicas públicas de aborto do país, para então, implementar a prática de esterilização forçada, direcionada às mulheres de baixa renda, majoritariamente negras e latinas, estimulando profissionais da saúde a esterilizarem estas mulheres sem seu consentimento.

O cenário de baixo investimento público em saúde, durante a administração de Reagan, propiciou a subnutrição infantil e o desenvolvimento de doenças crônicas em mulheres afro-americanas. As críticas à gestão dos recursos destinados à saúde pública, enviesados por sua visão mercadológica, expõem a priorização do lucro excessivo de empresas privadas pela militarização, em detrimento do investimento em saúde e educação para população afro-americana.

Nesse contexto, Davis aponta que as mulheres afro-americanas enxergaram a necessidade da construção de um movimento de mulheres que reivindique mudanças estruturais, se proponha revolucionário e atento à diversidade e a inclusão, visando atingir a verdadeira raiz do problema: o sistema capitalista.

2. Sobre questões internacionais

Nessa parte, Angela Davis concilia seu ativismo internacional à análise teórica sobre a luta das mulheres étnicas em vários países, dentre eles África do Sul, Quênia, Egito e União Soviética. O objetivo do estudo é entrelaçar os contextos em que mulheres negras estão inseridas, suas condições enquanto minorias historicamente oprimidas e a experiência racial que perpassa suas trajetórias. Dedicar-se a repensar os movimentos sociais e políticos e propor um alinhamento entre eles, considerando as experiências de opressão das mulheres de minorias étnicas, a fim de “criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial” (p. 18).

A centralidade dessa seção está nas movimentações organizadas pelo grupo de mulheres de minorias étnicas e suas articulações nos âmbitos institucionais e políticos, com evidência em dois momentos marcantes em sua trajetória: a Assembleia Internacional da Década da Mulher (1985), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nairóbi, no Quênia, e sua viagem para o Egito, ao encontro de feministas egípcias, para abordar a prática da clitoridectomia - circuncisão feminina forçada em jovens com menos de 18 anos em alguns países do continente africano.

Referente à Década da Mulher, Davis relata sua experiência no evento, aponta a organização das mulheres afro-americanas presentes e seu diálogo com demais mulheres de minorias étnicas. Relata que na Assembleia Internacional, as mulheres afro-americanas dedicaram-se a apontar suas demandas e denunciar o projeto violento que o governo de Reagan colocava em prática e apoiava em outros países, como África do Sul. Desse modo, se concentraram na escrita da carta aberta *Os efeitos do racismo e da militarização sobre as mulheres*, assinada por cerca de 1.300 mulheres em apoio e solidariedade. Nos espaços internacionais elas denunciavam seu país e apontavam as relações das práticas governamentais de seus países com o racismo.

Em sua viagem ao Cairo, a pluralidade de pautas e demandas anti-imperialistas tornam-se mais evidentes. Em um conflituoso cenário, que discutia a prática da clitoridectomia, a autora lança mão da antropologia e dos estudos culturais para compreensão da realidade política e o contexto social aos quais as mulheres egípcias estavam inseridas. O debate protagonizado e desenvolvido por feministas ocidentais [3] acerca dessa questão foi constantemente rebatido pelas feministas egípcias durante a viagem da autora no país.

O cerne da discussão, para as mulheres egípcias, está na recorrente recriminação da prática de clitoridectomia pelas feministas ocidentais, sem qualquer reflexão anterior sobre as práticas de violência que a própria sociedade ocidental exerce sobre suas mulheres. Para Davis, as feministas ocidentais desconsideram o contexto social e político vivenciado pelas mulheres egípcias expondo práticas e ideias racistas e etnocêntricas. Esse aspecto abrange à experiência vivenciada por mulheres egípcias, agregado a um debate teórico que tensiona as concepções de ocidente e oriente e, mais ainda, que destaca a imposição capitalista e colonialista de alguns países sobre outros.

58[3] Termo utilizado para se referir a mulheres que se encontram geograficamente em países ocidentais e assumem teoricamente o ocidente como centro de suas análises.

A imposição capitalista dos Estados Unidos não se limita às práticas de feministas brancas, pelo contrário, se estende a todo projeto político de Reagan, ao instituir o imperialismo sob outras nações. Nesse entendimento, Angela Davis destaca as constantes violências do apartheid sul-africano, direcionadas, principalmente, à mulheres e à crianças, criticando, então, a continuidade das relações econômicas por parte dos Estados Unidos para com a África do Sul durante o governo de Pieter Willem Botha (1984-1989). Demonstrando, na perspectiva da autora, o apoio indireto às práticas do presidente e ao regime de segregação, que não só caracterizava suas condutas como violentas, mas como racistas também.

Ao realizar sua ponderação referente à diversidade de experiências vivenciadas por mulheres ao redor do mundo e a relação com o imperialismo em suas lutas, Davis ressalta que as vivências de mulheres de minorias étnicas, trabalhadoras e mães devem ser reconhecidas internacionalmente e visibilizadas diante das organizações de mulheres brancas de classe média e dos projetos políticos de governo. A partir do respeito à diversidade cultural e à autonomia, as mulheres locais devem ser reconhecidas como protagonistas das transformações socioeconômicas de seus países e responsáveis pelo alinhamento de seu movimento às demandas progressistas.

3. Sobre educação, cultura e arte

No decorrer da obra, é latente a preocupação da autora em se ater não somente à saúde e a política governamental, mas também abordar a importância da disputa no campo da educação, da arte e da cultura, com especial importância do papel destas três áreas na busca por libertação das mulheres e dos negros.

A partir de uma série de discursos realizados em formaturas de universidades como Berkeley, UCLA e Estadual de São Francisco, a autora resgata a trajetória histórica dos movimentos negros em seu país, com o intuito de refletir sobre sua importância para as conquistas das novas gerações nas áreas de educação, de saúde, e na busca por direitos civis e sociais. Com discursos calorosos, Davis demonstra grande preocupação com o futuro dos jovens negros em um contexto de violência policial exacerbada, índices de desemprego elevados e evidente diferença salarial entre negros e brancos, mas se mantém firme ao incentivar os jovens negros para que lutem pela educação de qualidade, gratuita e universal. A centralidade da educação na pauta dos movimentos progressistas em busca de justiça e liberdade é fundamental para autora.

A partir dessa perspectiva, cita o “Levante de Soweto” (1976), realizado durante o apartheid sul-africano, em que a população negra sul-africana se manifestou contra a obrigação do aprendizado da língua dos colonizadores nas escolas e o ensino majoritariamente branco. O Levante é apresentado como uma inspiração e uma referência de organização. Após o destaque às movimentações internacionais contra o racismo, a autora também cita exemplos, como a Revolução de Granada e as lutas na Nicarágua em direção à educação gratuita de qualidade, orientadas por um viés progressista e alinhado ao socialismo. A importância desses movimentos está em seu caráter anticapitalista e na valorização da cultura de seus povos.

Para além da educação, da arte e da cultura são centrais na luta progressista e anticapitalista. O contexto de luta abolicionista foi um dos motores para o desenvolvimento artístico no país. Angela Davis ainda destaca o papel da música na trajetória dos movimentos negros nos Estados Unidos e seu histórico de uso por povos africanos escravizados, como estratégia de refúgio e de distração do sofrimento que sentiam. Também resgata a influência do blues como arma política no início do século XX, o rap e suas letras críticas, que atingiam a juventude, e os movimentos artísticos organizados nos Estados Unidos em defesa da Nicarágua, Namíbia e África do Sul.

A arte, segundo a autora, deve ser compreendida e utilizada como uma ferramenta de alcance, de despertar para consciência crítica, a fim de manter seu cunho político e retratar a realidade racial do país, rumo a um processo revolucionário que posteriormente se transformará em um processo cultural, como ocorreu nos países socialistas. Logo, os artistas em geral teriam o dever de se alinhar às causas populares, principalmente artistas negros, que devem expor em seus trabalhos os conflitos das relações raciais em seus países e apresentar propostas de mudança das dinâmicas sociais assim como os demais movimentos sociais.

4. Conclusão

Portanto, nos deparamos com uma obra fortemente articulada com os movimentos organizados de diversos países, com as demandas da população afro-americana e objetivamente propositiva acerca das disputas políticas, econômicas, sociais e ideológicas contra o racismo. A obra de Davis resgata a memória dos movimentos sociais e atribui as suas considerações a um discurso radical de alinhamento político referente às opressões, promovendo a reflexão necessária para um novo projeto de sociedade que seja anti-imperialista e anticapitalista.

Desse modo, essa obra deve ser valorizada pelo enorme esforço em resgatar os movimentos de mulheres de minorias étnicas em diferentes contextos e países, expondo seus dilemas e pautas convergentes, sem abandonar suas especificidades e trajetórias. Mantém-se crítica em suas análises referente às opressões distintas que permeiam a categoria gênero, destacando os aspectos de classe e raça que permeiam as experiências das mulheres. Em um contexto de disputas políticas e conflitos acirrados, a autora sobrepõe a força das mulheres, dos negros e das trabalhadoras às suas opressões e utiliza de sua experiência, dado seu aporte subjetivo, para reafirmar a urgência da construção e disputa política por estes sujeitos.

Mais do que tudo, essa obra apresenta-se interdisciplinar, dialogando com diversas áreas das ciências humanas, propondo muitas reflexões pontuais de seu contexto, com um aporte teórico sólido que não só pode como deve ser articulado atualmente nas ciências sociais, com intuito de pensar as lutas por liberdade e justiça no mundo. 🌐

* A autora, à época do envio deste trabalho, cursava o 6º período do curso de Licenciatura de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, participa como bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET – Sociologia, em que desenvolve a pesquisa “Intelectuais negras e suas (escre)vivências: a resistência através das produções acadêmicas” sob a orientação de dois professores

tutores: Sayonara Leal e Emerson Ferreira Rocha. Também participa do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC com a temática “A literatura como ferramenta científica: a (escre)vivência das “mães de micro” recifenses e os dilemas raciais em suas trajetórias orientada pela professora Soraya Fleischer. E-mail: gabrielacostasilva19@gmail.com.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Recebido em 31/07/2018

Aprovado em 08/10/2018

PARA PENSAR UMA SOCIOLOGIA DIGITAL: ENTREVISTA COM DOMINIQUE CARDON

TO THINK DIGITAL SOCIOLOGY:
INTERVIEW WITH DOMINIQUE CARDON

Entrevista e Tradução realizada por Francisco W. Kerche e Teresa Soter Henriques***

Depois de uma conferência no Médialab da Sciences Po, nós perguntamos a Dominique Cardon se ele poderia nos conceder uma entrevista. O objetivo era contar um pouco de sua experiência como diretor do Médialab, um laboratório multidisciplinar de estudos de tecnologia na Sciences Po, e suas perspectivas do digital. Então, durante trinta minutos, em um café perto da universidade, entre o barulho de copos e xícaras, ele nos contou sobre a organização do laboratório, a influência do digital em nossa vida cotidiana, na política, nas condutas, e da particularidade desse tema na sociologia.

Dominique Cardon é diretor do Médialab da Sciences Po. Desde 2010 seus trabalhos se orientam em conduzir uma análise sociológica de algoritmos da web e do big data, visando compreender a forma interna do cálculo e a forma que os calculadores projetam sobre nossa sociedade. Sua lista de artigos é longa, e também publicou os livros “Web 2.0”, “O que sonham os algoritmos. Nossa vida na era do Big Data” e “Democracia da Internet” que foi traduzido no Brasil.

* * *

Revista Habitus: *Para começar, pedimos sempre aos nossos entrevistados para contar um pouco de sua história, seu percurso acadêmico, e o quão importante foi este percurso para o estudo da sociologia digital hoje?*

Dominique Cardon: Eu tive um percurso muito singular, passei vinte anos em um laboratório industrial, o laboratório de pesquisa da operadora telefônica que se chama Orange, onde sempre houve uma tradição sociológica da tecnologia e do digital. Passei vinte anos lá, estava metade na faculdade e metade neste laboratório da universidade de Marne la Vallée. Depois, cheguei na Sciences Po. Não é um percurso acadêmico normal, mas eu acredito que foi ligado ao meu interesse pelo digital. No meio universitário tradicional da França, e especialmente na sociologia, os enfoques sobre o digital, na sociologia da educação, da família, da saúde, etc. ainda é pouco desenvolvido. E estranhamente, era mais fácil de ser feito em um laboratório de engenharia industrial. Lá, éramos um pequeno grupo de sociólogos no meio de três mil engenheiros que fabricavam tecnologias: tratamento de sinal, nível de voz, teleconferência, etc. As coisas mudaram muito depois que a internet chegou. Isto me sensibilizou muito à sociologia das ciências e da tecnologia [sciences et techniques]: como as pessoas trabalham, quais são suas questões, quais são suas preocupações? E como eram as pessoas do design, em pesquisa

de tecnologia, sempre havia um momento em que eles se perguntavam: “qual vai ser o efeito da minha tecnologia na sociedade, qual vai ser o efeito nos usuários?”, etc. Sua linguagem, aquela do inovador, não necessariamente a nossa, mas a articulação entre as abordagens das ciências sociais que se atentam à transformação da nossa sociedade, do indivíduo, do seu equipamento cognitivo, da estrutura relacional que elas vivem, da forma organizacional que ela trabalha, era uma preocupação muito constante. Então, eu estive imerso durante vinte anos no meio industrial antes de voltar à Sciences Po para dirigir o Médialab e ensinar a sociologia do digital, que é um tema que eu abordo há vinte anos. Eu comecei a trabalhar sobre as formas de falar em público no rádio, antes da internet, e depois trabalhei um pouco com sociologia do trabalho ao chegar na R&D, como nós chamávamos antes do Centro Nacional de Estudos de Telecomunicações. Depois, desde que chegou a internet, na metade dos anos 90, eu desenvolvi trabalhos sobre a história da internet, assim como sobre os militantes e a internet, e foi uma grande fase de pesquisa no Brasil, o fórum social mundial durante o período de 2000-2004 no qual o digital esteve muito presente. Havia a ideia de que a forma de cooperação no software digital era uma forma social desejável e estabelecida nas estruturas organizacionais das formas sociais, mas também em alguns coletivos militantes. Era um bom tópico na época, nós éramos muito otimistas. Depois, sobre a Wikipédia, e em seguida sobre as redes sociais, hoje sobre os algoritmos.

Revista Habitus: *Você falou um pouco sobre a utilização por parte dos movimentos sociais, e recentemente da mudança que o algoritmo pode fazer com esses grupos na política. Você acredita que os algoritmos podem mudar a forma na qual as minorias políticas se orientam no debate público?*

Dominique Cardon: Isto é uma questão complicada. Eu tenho uma posição bastante intermediária. Hoje existe uma variedade de discursos que sustenta que o algoritmo representa a racionalidade do cálculo, do viés sistemático [bias systématique], os interesses econômicos que nos manipulam, e que existe um risco maior para a nossa sociedade. Eu não me afilio a esse discurso. Acredito que hoje nós não nos interessamos o suficiente sobre o seu funcionamento [da tecnologia]. Tudo que tentei fazer, verdadeiramente sobre um espírito da sociologia das ciências e da tecnologia, é criticar os algoritmos. Devemos compreender como eles funcionam e se o seu funcionamento tem interesses econômicos. Sobre o poder que existe hoje nos algoritmos, temos efetivamente riscos de normalização, riscos de condução etc. que são fortes, mas basta conhecer o funcionamento desta máquina para que o tipo de dominação que exercem essas novas máquinas seja percebido de forma diferente. É a maneira pela qual a relação de forças entre a plataforma e a nossa sociedade que se coloca em jogo, a possibilidade de dar aos utilizadores parâmetros dos algoritmos, que é minha questão de pesquisa atual. Os algoritmos não são nada além de processos de cálculo, e nós podemos fazê-los muito bem se garantirmos que eles sejam curiosos, e encorajemos a diversidade, ou então que sejam equalizantes, redutores e alienantes. Por isso deve-se fazer a sociologia da ciência e da tecnologia, digo, pegar juntas a sociedade e a tecnologia para moldar arranjos que não sejam muito tóxicos, porque é verdade que eles podem sê-lo, como o *Facebook*, por exemplo.

Revista Habitus: *O senhor acredita que a abordagem sociológica desta questão é tão variada quanto o objeto, digo, o senhor acredita que existam diversas sociologias do digital?*

Dominique Cardon: Sim, acredito que existam várias. Esse é um bom exercício de se fazer, fazer a gama das abordagens distintas que são mobilizadas. Existem abordagens diferentes para cada disciplina, porque hoje os juristas, os economistas e os sociólogos têm pontos de vista que são um pouco diferentes. Digamos que exista uma forma *standard* da sociologia, que é muito justificada. Eu não tenho nada de hostil a ela, mas eu penso que não é a melhor via. Essa abordagem está atenta à estrutura de poder na nossa sociedade, o poder econômico, às formas de jogo, de competências, de racionalização de nossas sociedades pelo cálculo, mas é uma posição muito crítica em relação aos algoritmos, e finalmente, associa ao cálculo algoritmo, e ela não está equivocada, a nova forma tomada pelo neoliberalismo nas plataformas americanas, a captação do valor do trabalho dos internautas, o controle de suas condutas. A posição que eu defendo é mais aberta, nós poderíamos dizer que ela refere-se à sociologia pragmática, atenta à pluralidade de formas, de ações e de indivíduos. Eu poderia dizer que hoje nós temos muito mais agência do que dizemos, então temos capacidades críticas, existem aberturas mais diversas de usos e depois, quando entramos nos cálculos, [as formas] são extremamente variadas. A abordagem que eu me ateno é inspirada no trabalho de Bruno Latour, da sociologia da ciência e da tecnologia. Digo, vale compreender como isso se adere com o interior do sistema, e uma parte do meu trabalho sobre os algoritmos é mostrar como podemos regular esses algoritmos pela popularidade, pela autoridade, pela reputação e pela personalização. Este não é o mesmo cálculo, não é o mesmo valor que é abarcado, não é o mesmo modelo econômico pelos atores que regulam desta ou daquela forma, e logo uma imensa variedade de formas de cálculos que nós temos o interesse de utilizar para compor a crítica aos algoritmos. Existem também as abordagens mais experimentais na sociologia e na psicologia experimental que trabalham bastante sobre os algoritmos, usando muitas vezes os algoritmos para ver como isso nos faz sentir, como isso nos guia, como temos um viés cognitivo que prevê se vamos responder de uma ou de outra maneira a uma solicitação de um ou outro sinal. Isto também faz parte do trabalho das ciências sociais sobre a questão. Depois nós temos as abordagens das políticas públicas que buscam afirmar "bom, não me interessa muito como o algoritmo funciona de fato, me interessa mais a regulação global do sistema, as plataformas, os dados, etc.". Enfim, são abordagens bastante distintas.

Revista Habitus: *Para as abordagens da sociologia, quando falamos do MédiaLab, é um laboratório multidisciplinar. Você acredita que a sociologia do digital é um tema particularmente interdisciplinar?*

Dominique Cardon: Por vezes, quando nós dizemos "interdisciplinar", nós queremos dizer "mistura". Nós, na França, dizemos que – e isto é muito francês –, dizemos que as pessoas de Marseille fazem uma sopa de peixe, em que eles colocam todos os peixes, colocam vários legumes e cozinham por bastante tempo, é muito bom, chama-se "bouillabaisse". Bem, por vezes a interdisciplinaridade é uma mistura que não é muito proveitosa, logo, eu acredito que discutimos bem com os outros quando

estamos bem inseridos em nossa própria disciplina. É isto que fazemos no Médialab, é mais que uma interdisciplinaridade, quero dizer, hoje eu não quero trabalhar sem os técnicos de informática, porque nós temos um volume de dados enorme, eu não sei fazer o que é necessário, pois é preciso competências e habilidades específicas, então a ideia é refletir a questão juntos, nós fabricamos os aparatos digitais para acumular os dados, e tratamo-los juntos com eles e os designers. Logo, são três grupos que compõem o laboratório: desenvolvimento informático, design e sociologia. Necessita também um software para visualizar e relatar os resultados. Nós escrevemos os artigos nas revistas científicas, mas as pesquisas importantes que nós fazemos estão no site, na verdade. Porque eles devem ser informativos, deve ser possível visualizá-los, devem ser inteligíveis, então, existe uma nova dimensão das ciências sociais que se encontra sobre a escrita. A escrita se torna digital também. É por isso que o Médialab tenta integrar estas dimensões: os dados, os desenvolvedores de ferramentas, o design, a participação do público e o trabalho de pesquisa.

Revista Habitus: *O senhor acredita que ainda é possível fazer uma sociologia do digital com ferramentas mais clássicas da sociologia?*

Dominique Cardon: Sim, com certeza. Eu acredito que isto está ligado à minha trajetória pessoal e meus centros de interesse. Tenho muito interesse pelos desenvolvedores de informática e todos as questões que eles têm. Por outro lado, nós podemos ser sociólogos clássicos, com o método da antropologia, da entrevista, o questionário digital – que são muito bem feitos, e os questionários são bastante necessários – simplesmente, estes questionários vão se interessar majoritariamente para compreender o uso do digital, ou mesmo a economia do digital, ou o efeito psicológico dos serviços digitais, ou até a economia dos preços afetados pelo novo mercado de plataformas, etc. Não existe nenhuma razão para pensar que o digital exige um método original. Todavia, o que defendemos no Médialab é que existe algo que exige esta articulação, é a dimensão reflexiva que o digital exerce em nossa sociedade. Quero dizer que por vezes é uma profissão de prática social, mas uma prática social que nos dá informações sobre nossas próprias práticas sociais. Logo, um loop reflexivo é configurado. A metodologia que tentamos aplicar é para dizer que o questionário é uma experiência, nós entregamos os dados de antemão, mas ao montá-lo nós montamos e transformamos as ações. Logo, a dimensão reflexiva do efeito do digital na sociedade é mais difícil de abordar por uma metodologia tradicional, todavia não é impossível.

Revista Habitus: *Você acredita que, para os estudantes de graduação, é interessante aprender estes métodos diferentes como o machine learning ou deep learning como sociólogos?*

Dominique Cardon: Acredito que para os estudantes, quando debruçamos sobre qualquer tema hoje em dia, o digital pode vir a ser interessante, porque ele é uma fonte de informação, porque sempre tem um fórum sobre o tema que nós estudamos, porque mesmo os indivíduos que trabalham sobre as crenças religiosas hoje em dia têm sites na web... O digital é presente em muitos objetos de pesquisa, e lá, os métodos de observação, de estatística, de descrição etc. mostram-se úteis. Depois, é verdade que o mundo digital fábrica a novidade tecnológica constantemente, por vezes é interessante, por vezes

não. A forma atual é o aprendizado profundo (*deep learning*), o *machine learning*, etc. Nós fazemos isso, é bastante útil, nós estudamos também como isto é feito. Porém não é hoje algo *standard* em revistas de sociologia. Ao invés de fazer uma regressão linear clássica, fazer um aprendizado, mas isto está cada vez mais nas disciplinas das ciências duras, da informática etc., são feitas pequenas experimentações. Para os estudantes de graduação, com objetivo, se isto for útil, porque não? O grande problema disso é que vão haver muitos professores que não vão mais considerar isso como um tema sério, porque os sistemas de verificação estatística são muito menos exatos ou verificáveis que os testes de estatística que podem ser feitos nos métodos mais tradicionais.

Revista Habitus: *Você considera que o algoritmo age de forma particular ou universal? Um algoritmo criado para o Norte Global (Europa, Estados-Unidos etc.) tem um mesmo funcionamento que aquele criado pelo Sul Global (América Latina, África etc.)? Existe alguma homogeneização? Uma universalização? Ou ele é mais heterogêneo, e neste caso, ele compreende fronteiras nacionais?*

Dominique Cardon: Seria interessante observar isso. Quando nós observamos como funcionam as novas técnicas de *machine learning* e de *deep learning*, elas dependem inteiramente dos dados de uso e do comportamento dos internautas, dos usuários. Então, não há nenhuma razão para pensar em estandardização e de globalização mundial; é um fenômeno que não aborda apenas os algoritmos, mas também o consumo, o transporte, o turismo, etc.; não há uma reespecificação local, digamos nacional, das formas que tomam o cálculo por causa de um caráter nacional, das pessoas que têm dados, dos dados e dos sistemas que construíram os modelos sobre o comportamento dos indivíduos. Então, nós temos muitos paradoxos da globalização. Quero dizer, que isso uniformiza, isto é certo, e ao mesmo tempo, isso realoca. Em parte, isso não vem completamente do alto porque esses sistemas se reorientam com as práticas dos indivíduos e das sociedades.

Revista Habitus: *As particularidades dos algoritmos acabam gerando o fenômeno de “bolhas” na internet?*

Dominique Cardon: Esse é um grande debate em todos os lugares. Na verdade, em toda história da internet, nós temos essa ideia de que as pessoas podem se fechar em uma bolha. Eu tenho uma posição um pouco deslocada em relação a isso, eu não acredito muito. Embora obviamente possamos nos fechar. Precisamos ser vigilantes, mas essa crença se apoia em erros metodológicos que são consideráveis. Um dos erros é esquecer, primeiro, de observar no questionário, nisso estamos bem nas ciências sociais, o indivíduo no conjunto de seus sistemas de informação. O que ocorre com o digital é que nós aumentamos consideravelmente as vias de acesso à informação. Aqui observamos apenas uma coisa, o *Facebook*, mas nós esquecemos que as pessoas assistem à televisão, nós esquecemos que existe o rádio, os outros sites etc. então se formos pelo lado da plataforma, ela pode criar bolhas, mas se nós nos colocarmos do ponto de vista do sujeito, tudo corrobora a ideia de que nós vivemos em uma sociedade que nunca teve acesso a tanta informação. Ela é cada vez mais diversa, a qualidade é incerta e ela pode por vezes ser problemática. Sempre existem desigualdades inacreditáveis de acesso à informação, com isto digo que existem pessoas que enriquecem consideravelmente, graças ao digital,

seu nível de informação e de informação diversas, e a decalagem se torna muito forte. E além do mais, a exposição à informação, a sociologia das mídias já havia mostrado há um bom tempo, existe o que chamamos de exposição seletiva, quer dizer que nós vamos procurar a informação de fontes que apoiem nossa própria opinião. Mas isto é o mesmo com a imprensa, a televisão, a rádio, isto não mudou, mas a consequência é que nós parcialmente tornamos os espaços de informação um pouco mais fechados, nos expondo seletivamente. O que se tornou bizarro com o digital é que nós contribuimos verdadeiramente a fazê-lo, antigamente, liamos o jornal de esquerda, liamos o jornal de direita e pronto. Agora, escolhemos nossos amigos do *Facebook*, a escolha de amigos é definida pelo algoritmo como prioridade da informação e existe um efeito de bolha que pode se fechar. Dito isso, é complicado afirmar isso para o debate brasileiro no *WhatsApp*, mas para os países sobre os quais já existem muitos estudos que eu conheço, na França, nos Estados Unidos etc. a bolha é perfurada em todos os lugares. Na realidade, as pessoas tem mais e mais informações, eles não sabem bem como fazer, os algoritmos ajudam a reduzir um pouco, mas mesmo no *Facebook* e no *Twitter* nós vemos a informação de uma perspectiva política oposta muito mais que na vida real. Isso não quer dizer que não possam haver efeitos de concentração muito fortes e efeitos ideológicos em pequenos nichos um pouco extremos nos quais esta bolha se torna muito forte.

Revista Habitus: *No que concerne o crescimento de campanhas políticas extremistas que tiveram lugar em muitos países como Brasil, você acredita que a tecnologia/internet/web tem uma relação com esse aumento do discurso extremista?*

Dominique Cardon: Sim, podemos dizer isso. O que é complicado e interessante quando trabalhamos com a tecnologia depois de vinte anos é que no começo, antes, todos estavam reclamando. As mídias alternativas, as mídias militantes, passavam seu tempo dizendo que as mídias são “três canais de televisão, um pouco de rádio, cinco órgãos da imprensa, que não é representativa e é necessário produzir informação alternativa.” Quando chegou a web, abriu a porta para isso, não havia mais custo de difusão, e, logo, nós permitimos às pessoas de se expressar de maneira múltipla e diversa. Então, isso foi uma forma de liberação extraordinária do discurso, das possibilidades, das oportunidades e nós víamos isso de uma forma muito emancipatória. Agora, as pessoas podem se expressar e nós dizemos a eles “quando as pessoas falam eles falam qualquer coisa!”, o que é falso. Nós ouvimos bastante, hoje, esse discurso de voltar a fechar a caixa e voltar à autoridade. Nossa sociedade fabrica, e sobretudo nos períodos de crise, opiniões diversas. Ora, quando a web chegou eram majoritariamente a esquerda e a extrema-esquerda que estavam presentes nas mídias. Hoje, eu penso que existe uma parte de nossa sociedade que é de extrema-direita e a web os permite de se expressar. Como indivíduos podemos pensar o pior, mas o fato de que eles podem se expressar é pouco condenável, se nós aplicarmos a mesma lógica. O problema é quando isso ultrapassa certos limites, existem limites legais: incitação ao ódio racial, antissemitismo etc. e eu acredito que devemos ser bem severo sobre essas questões. Mas o fato de que o espaço público seja aberto e que ele crie um mercado um pouco desregulado de informações é uma conquista. O risco desse discurso é de dizer que todo o mundo diz tudo e qualquer coisa, e que não há mais hierarquia, mas sempre há. Nós fazemos muitos estudos digitais e temos sempre que pensar sobre a hierarquia das mídias, sempre há alguma, e

sempre a televisão e os grandes jornais estão no centro. É sempre organizado, sempre há uma estrutura desse espaço, mesmo se os efeitos desta estrutura nos incomodem.

Revista Habitus: *Desde que você fez a cartografia da web 2.0, que fazem quase 10 anos, você fala bastante da construção de si e dos perfis na internet. Hoje, você considera que os perfis são criados por ou para nós?*

Dominique Cardon: É complicado, digamos que nós estamos ainda em ambivalências do digital, mas também nas transformações do individualismo contemporâneo. O que a rede social permite não é somente a liberdade de expressão política e de opiniões, mas também a ideia de que o digital oferece um espaço de construção de identidades e que esta construção de identidade foi desempenhada em formas de reconhecimento público antes que pelos pares, amigos, e próximos e, em seguida, em um círculo mais amplo. Esse mecanismo opera sempre em regime pleno, mas é verdade que há um paradoxo da massificação, as grandes plataformas enquadraram os sistemas, elas organizam, elas formatam, elas guiam com o algoritmo. Todavia, o fato de que o *Instagram* entrou em sua vida e disse ao usuário “minha vida deve ser fotografada de certa maneira, eu tenho que estar feliz, é necessário que eu mostre certos traços pertinentes da minha vida e depois esconda outros, é necessário que eu seja sensível a isso ou aquilo.”; isso é uma forma de valorização da construção de identidade, mas ao mesmo tempo, pode ser também alienante porque nós vemos que existe um conjunto de normas sociais e culturais inacreditáveis que são promovidas com o *Instagram*, *Facebook*, *Snapchat* etc. Os utilizadores têm um poder de agir com isso, mas é um poder de agir que é um tanto complicado. Eu penso muito nas normas femininas, na estética, na beleza etc. Isso diz respeito às jovens. Em um certo momento de sua vida, é uma trajetória de desenvolvimento pessoal, mas existe, mesmo assim, um momento de captura por uma ideologia de uma forma de representação de si que é muito homogeneizante.

Revista Habitus: *Você vê que há uma forma de disputa de representação de si?*

Dominique Cardon: Ah, sim. Isso que me faz dizer que não é completamente normalizado. Nós percebemos muito bem estes aspectos quando falamos do corpo, por exemplo, ser gordo, mostrar e dizer isso. O movimento *#metoo* [1][eu também] e *#balancetonporc* [2] [balance o seu porco], as formas de singularização de si etc. A circulação de informação é muito rápida e nós podemos encontrar fatores de mimetismo que fazem que no momento que produzimos uma forma um pouco original ou divergente de construção, ela é feita novamente e depois se banaliza. Nós podemos dizer que o que é feito nas redes sociais é que elas têm a capacidade de engolir e absorver a inovação que é tão rápida que a inovação vira ela mesma uma forma de banalidade. É a modernidade avançada.

59[1] Hashtag internacional contra assédio e agressão sexual, utilizada para demonstrar a grande disseminação de violências sexuais pelo mundo.

60[2] Site que permite às vítimas de assédio sexual, agressão sexual ou de estupro postarem seu testemunho e de trocá-lo entre si. (balancetonporc.com).

Revista Habitus: Qual é o futuro do digital, na sua opinião?

Dominique Cardon: Um sociólogo não sabe responder essas perguntas, nós não fazemos prospectivas, nós não sabemos prever o futuro. O que eu posso falar são as questões que estão presentes: existe uma questão sobre o cálculo, sobre o poder das plataformas, que é uma questão de economia global, de política econômica. Isso não pode durar, eles precisam pagar impostos, precisamos de atenção aos dados, redistribuir os poderes, precisamos criar uma variedade de atores. Mesmo assim, é inacreditável que a informação seja unicamente *Google* e *Facebook*. Existem questões próprias às formas do cálculo, que correspondem a todo o desenvolvimento do *machine learning* (eu prefiro dizer *machine learning* do que inteligência artificial, porque é apenas o *machine learning*). Depois, como sociólogo, a coisa que me preocupa hoje é a ligação entre o digital e o desenvolvimento da desigualdade. Vemos isso bem com Bolsonaro, é que o digital, e isso não é a única razão, tem uma contribuição na fabricação das sociedades que se dividem muito evidentemente entre uma população ativa, educada, urbana ligada a uma verificação de fatos que encontram uma existência rica, viajada e diversa no *Instagram*, e que tem acesso a uma ampla quantidade de informação e uma população que é menos presente lá, mas que está mesmo assim no digital, troca mensagens nas conversas de *WhatsApp*. O digital se torna o teatro da expressão do ressentimento que elas têm em relação às outras. Essa população utiliza o *Facebook* nas pequenas conversas, nas conversas de *WhatsApp* no Brasil etc. então temos uma questão sociopolítica maior hoje que é de evitar esse rasgo, esse desprezo entre duas populações e o digital não encontra soluções para isso, e pode ser mesmo a causa de um fortalecimento desta tensão... Isso é um grande problema. 🌐

* Francisco W. Kerche é graduando em Bacharelado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e ex-membro do Comitê Editorial da Revista Habitus.

** Teresa Soter Henriques é graduada em Bacharelado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

POUR PENSER UNE SOCIOLOGIE DU NUMÉRIQUE: INTERVIEW AVEC DOMINIQUE CARDON

TO THINK DIGITAL SOCIOLOGY:
INTERVIEW WITH DOMINIQUE CARDON

Interview réalisée par Francisco W. Kerche et Teresa Soter Henriques***

Après une conférence au Médialab à Sciences Po, nous avons invité Dominique Cardon à une interview. L'objectif c'était de raconter un peu de son expérience comme directeur du Médialab, un laboratoire multidisciplinaire d'études de technologie et du numérique à Sciences Po, et ses perspectives sur l'avenir du numérique. Alors, pendant trente minutes, dans un café près de l'université, parmi le bruit des verres et tasses, il nous raconte sur l'organisation du laboratoire, l'influence du numérique dans notre vie quotidienne, la politique, les conduites, et la particularité de ce sujet dans la sociologie.

Dominique Cardon est directeur du Médialab de Sciences Po. Depuis 2010, ses travaux proposent de conduire une analyse sociologique des algorithmes du web et des big data visant à comprendre à la fois la forme interne des calculs et le monde que les calculateurs projettent sur nos sociétés. Sa liste d'articles est longue, et il a aussi publié « Web 2.0 », « À quoi rêvent les algorithmes. Nos vies à l'heure des Big Data » et « La démocratie Internet », qui a été traduit au Brésil.

* * *

Revista Habitus : Au début, nous demandons toujours aux interviewés de raconter leur histoire, leur parcours académique, et dans ce parcours quelle est l'importance qu'ils accordent au sujet du numérique aujourd'hui.

Dominique Cardon : Moi, j'ai un parcours qui est très singulier, j'ai passé vingt ans dans un laboratoire industriel, dans le laboratoire de recherche de l'opérateur téléphonique qui s'appelle "Orange", où il y a toujours eu une tradition de sociologie des techniques et du numérique. J'y ai passé vingt ans, j'étais à moitié à la fac et à moitié dans le laboratoire de l'Université de Marne la Vallée. Puis, je suis arrivé à Sciences Po. Ce n'est pas un parcours académique normal, mais je crois que c'est aussi lié mon intérêt pour le numérique. Dans le milieu universitaire traditionnel en France, et surtout en sociologie, la préoccupation pour le numérique parmi la sociologie de l'éducation du travail, de l'organisation, de la famille, de la santé, etc. est encore peu développée. Et étrangement c'est dans un laboratoire industriel d'ingénieur qu'il était plus facile de le faire. Mais du coup le fait d'avoir un passage industriel, où nous étions toute une petite équipe de sociologues au milieu de trois mille ingénieurs (qui fabriquaient des technologies : le traitement du signal, le niveau de la voix, la

téléconférence, etc.). Les choses ont vraiment changé lorsqu'internet est arrivé. Cela m'a fortement sensibilisé à la sociologie des sciences et des techniques : comment ces gens travaillent, quels sont leurs enjeux, quelles sont leurs préoccupations ? Et comme c'était des gens en conception, en recherche de technologie, il y a toujours un moment où ils se demandent quel va être l'effet de ma technologie sur la société, quel va être l'effet sur les utilisateurs etc. Leur langage est celui d'innovateur, ce n'est pas forcément le notre, mais l'articulation entre les approches des sciences sociales qui sont attentives aux transformations de notre société, de l'individu, de son équipement cognitif, la structure relationnelle dans laquelle il vit, la forme d'organisation dans laquelle il travaille était une préoccupation assez constante. Donc j'ai baigné pendant vingt ans là-dedans, dans le milieu industriel, avant de revenir à Sciences Po pour diriger le Médialab et enseigner la sociologie du numérique, qui du coup est un sujet que j'ai abordé depuis vingt ans. J'ai commencé à travailler sur les formes de prise de parole en public à la radio, avant internet, et puis, après j'ai un peu travaillé sur la sociologie du travail, en arrivant à la R&D, qui est ce qu'on appelait avant le centre national d'études des télécommunications. Puis, dès que le web est arrivé, donc au milieu des années 90, j'ai pris le pli de l'histoire de l'internet ainsi que beaucoup de travaux sur les militants et internet, et c'était une grande phase de recherche au Brésil, sur le forum social mondial pendant la période 2000-2004 où là le numérique a été très présent. L'idée que la forme de coopération sur le logiciel du numérique était une forme sociale désirable et mise en place dans les structures organisationnelles des formes sociales, mais aussi dans certains nombres de collectifs militants, était un bon sujet à l'époque, nous étions très optimistes. Puis, sur Wikipédia, et ensuite sur les réseaux sociaux et aujourd'hui sur les algorithmes.

Revista Habitus : Vous parlez un peu de l'utilisation des mouvements sociaux, et récemment de ce changement que l'algorithme peut faire à ces groupes et sur la politique. Vous pensez que les algorithmes peuvent changer la façon dont laquelle les minorités politiques peuvent s'orienter dans le débat public ?

Dominique Cardon : Ça c'est une question compliquée. Moi j'ai une position assez intermédiaire. Il y a aujourd'hui tout un ensemble de discours soutenant que les algorithmes représentent la rationalité du calcul, des biais systématiques, des intérêts économiques qui nous manipulent et il y a un risque majeur pour nos sociétés. Mais moi je ne signe pas ce discours là. Je pense qu'aujourd'hui nous ne nous intéressons pas assez à leur fonctionnement. Tout ce que j'ai essayé de faire, vraiment dans un esprit de sociologie des sciences et des techniques, c'est que pour bien critiquer les algorithmes, il faut comprendre comment ils fonctionnent, et, si ceux qui les font fonctionner ont des intérêts économiques. Dans le pouvoir qu'il y a aujourd'hui dans les algorithmes il y a effectivement des risques de normalisation, des risques de guidage, etc. qui sont forts, mais il suffit de connaître les fonctionnements de cette machine pour que le type de domination qu'exerce ces nouvelles machines soit perçu différemment. C'est la manière dont le rapport de force entre les plate-formes et nos sociétés se met en place et la possibilité donnée à des utilisateurs de paramétrer les algorithmes qui est mon enjeu de recherche actuel. Les algorithmes ne sont que des procédures de calcul et on peut très bien faire en sorte que les algorithmes soient curieux et encourage la diversité ou bien qu'ils soient égalisateurs, réducteurs et aliénants. Et c'est pour cela qu'il faut faire de la sociologie des sciences et

des techniques, c'est à dire de prendre ensemble la société et la technologie pour façonner des arrangements qui ne soient pas trop toxiques, parce que c'est vrai qu'ils peuvent l'être, comme *Facebook* par exemple.

Revista Habitus : Vous pensez que l'approche sociologique de cette question est aussi variée que l'objet, c'est à dire, qu'il y a plusieurs sociologies du numérique ?

Dominique Cardon : Ah, oui, je pense qu'il y en a plusieurs. Ça serait un bon exercice à faire, c'est à dire, de faire la gamme des approches variées qui sont mises en place. Il y a des perspectives différentes pour chaque discipline parce qu'aujourd'hui les juristes, les économistes et les sociologues, ont des points de vue qui sont un petit peu différents. Disons qu'il y a une forme *standard* de la sociologie, qui est très justifiée. Je n'y ai rien d'hostile, mais je pense que ce n'est pas la meilleure voie. Cette approche est attentive à la structure de pouvoir dans notre société, de pouvoir économique, aux formes que joue l'expertise et la rationalisation de nos sociétés par le calcul, mais c'est une position assez critique à l'égard des algorithmes et finalement on associe le calcul algorithmique, et elle n'a pas tort, à la nouvelle forme prise par le néolibéralisme à travers les plate-formes américaines, la captation de la valeur du travail des internautes, et le contrôle de leur conduite. La position que je défends est plus ouverte, on pourrait dire qu'elle renvoie à la sociologie pragmatique attentive à la pluralité des formes, des actions et des individus. Je pourrais dire qu'aujourd'hui on a beaucoup plus d'agentivité qu'on le dit et donc, il y a des capacités critique, il y a des ouvertures plus diverses des usages, et puis quand on entre dans les calculateurs, c'est extrêmement varié. L'approche à laquelle je suis attentif est vraiment inspirée des travaux de Bruno Latour, de la sociologie des sciences et des techniques. C'est à dire qu'il faut comprendre comment cela s'accroche à l'intérieur du système, et une partie de mon travail sur les algorithmes c'est de montrer qu'on peut régler ces algorithmes sur la popularité, sur l'autorité, on peut les régler sur la réputation, on peut les régler sur la personnalisation. Ce ne sont pas les mêmes calculs, ce n'est pas la même valeur qui est enfermée dedans, ce ne sont pas les mêmes modèles économiques pour les acteurs qui règlent telle ou telle façon et donc, il y a une variété de forme de calcul, dont on a intérêt à se servir pour faire la critique des algorithmes. Et puis, vous avez des approches plus expérimentales en sociologie, en psychologie expérimentale, qui travaillent beaucoup sur les algorithmes pour voir comment cela nous biaise, comment cela nous guide, comment les individus ont des biais cognitifs qui font qu'ils vont répondre de telle ou telle manière à une sollicitation de tel ou tel type de signal. Cela fait aussi partie des travaux des sciences sociales sur la question. Et puis nous avons les approches de la politique publique qui essayent de dire, bon l'algorithme je ne m'occupe pas très bien de comment cela marche vraiment, mais je m'intéresse à la régulation globale du système, aux plate-forme, aux données, etc. Donc, ce sont des approches assez différentes en fait.

Revista Habitus : Pour ces approches de la sociologie, quand on parle du MédiaLab, c'est un laboratoire surtout multidisciplinaire. Trouvez-vous que le numérique soit un sujet particulièrement interdisciplinaire ?

Dominique Cardon : Des fois quand on dit interdisciplinaire on veut dire mélange. Nous, en France, on dit – mais ça c'est très français – on dit que les gens à Marseille font une soupe de poisson dans laquelle on met tous les poissons, on met plein de légumes et on fait bouillir très longtemps, c'est très bon, ça s'appelle une "bouillabaisse". Bon, parfois l'interdisciplinaire c'est un mélange qui n'est pas très profitable, donc, la chose que je défends c'est qu'on discute bien avec les autres que lorsqu'on est bien ancré dans sa propre discipline. Ce qu'on fait au MédiaLab c'est plus que de l'interdisciplinaire, c'est à dire que maintenant, je ne veux pas travailler sans les informaticiens, parce qu'on traite des volumes de données énormes, je ne sais pas le faire car il faut des compétences pointues, donc là il faut réfléchir aux questions ensemble, on fabrique des outils numériques, on amasse des données et on les traite ensemble avec les designers. Donc, ce sont trois composantes : développement informatique, design et sociologie. Il faut aussi des outils pour visualiser et rendre nos résultats ; on écrit des articles dans les revues scientifiques mais les recherches importantes qu'on fait c'est sur les sites web en fait. Parce qu'il faut qu'ils soient informatifs, qu'ils aient des données, il faut qu'on puisse les visualiser, les rendre intelligibles, donc il y a une nouvelle dimension des sciences sociales qui porte sur l'écriture. L'écriture devient une écriture numérique aussi. C'est pour ça qu'au MédiaLab, on essaie d'intégrer ces dimensions : les données, les développements d'outils, le design, la participation du public, et le travail de recherche.

Revista Habitus : Pour des outils méthodologiques plus classiques, croyez-vous que c'est encore possible de faire une sociologie du numérique avec des outils ?

Dominique Cardon : Oui, bien sûr. Je pense que ceci est lié à ma trajectoire personnelle et mes centres d'intérêt. J'ai beaucoup d'intérêt pour les développeurs informatiques et tous les enjeux qu'ils avaient. Mais, on peut très bien être un sociologue classique, avec les méthodes de l'anthropologie, de l'entretien, de l'enquête en ligne – qui sont très bien faites évidemment, et les enquêtes sont très nécessaires – simplement, ce sont des enquêtes qui vont beaucoup s'intéresser aux usages du numérique, ou bien à l'économie du numérique, ou bien à l'effet psychologique des services numériques, ou encore à l'économie des prix transformés par le nouveau marché des plate-formes... il n'y a aucune raison de penser que le numérique appelle forcément une méthode originale. En revanche, ce qu'on défend au MédiaLab c'est qu'il y a quand même quelque chose d'important et qui réclame cette articulation, c'est la dimension réflexive que le numérique exerce sur notre société. C'est-à-dire que c'est à la fois un métier de pratique sociale, mais c'est une pratique sociale qui nous donne des connaissances sur nos propres pratiques sociales. Donc, il y a une boucle réflexive nouvelle qui se met en place. Du coup, les méthodologies qu'on essaie de mettre en place c'est vraiment de se dire qu'une enquête c'est une expérience, on prélève de la donnée, mais on la remonte et en la remontrant on transforme les actions, etc. et donc la dimension réflexive de l'effet du numérique sur nos sociétés est plus difficile à prendre en compte par les méthodes traditionnelles mais elle n'est pas impossible, en fait.

Revista Habitus : Pensez-vous que pour des étudiants en licence – en considérant que la Revue Habitus est en effet une revue de licence – il serait intéressant d'apprendre ces différentes méthodes comme des *machines Learning*, *deep Learning* comme sociologue ?

Dominique Cardon : Bon, je pense que pour des étudiants, sur n'importe quel sujet aujourd'hui, le numérique peut devenir intéressant, parce que c'est une source d'information, parce qu'il y a un forum sur le thème qu'on étudie, parce que même pour les gens qui travaillent sur les croyances religieuses maintenant il y a des sites web... Le numérique est présent dans beaucoup d'objets de recherche, et donc là, des méthodes d'observation, de statistique, de description etc. deviennent utiles. Après c'est vrai que le monde numérique fabrique de la nouveauté technologique constamment, des fois c'est intéressant et des fois non. La mode actuelle ce sont les techniques d'apprentissage profond, le *machine Learning*, etc. Nous, on fait cela et c'est très utile, on étudie aussi comment cela se met en place. Mais ce n'est pas aujourd'hui quelque chose de standard en France dans une revue de sociologie. Au lieu de faire une régression linéaire classique, de faire l'apprentissage, mais cela l'est de plus en plus dans les disciplines des sciences dures de l'informatique, etc. il y a des petites expérimentations qui se font. Pour des étudiants en licence, bien encadrés, si cela suffit, pourquoi pas ? Mais voilà, le problème de ça, c'est qu'il a une grande chance d'avoir des professeurs qui ne vont pas considérer cela comme un sujet sérieux. Parce que les systèmes de vérifications statistiques sont beaucoup moins exacts ou vérifiables que les tests statistiques dont on dispose avec des méthodes plus traditionnelles.

Revista Habitus : Croyez-vous que l'algorithme agisse de façon particulière ou universelle ? Un algorithme créé par le nord global (Europe, États-Unis, etc) a-t-il le même fonctionnement qu'un algorithme créé par la sud global (Amérique Latine, Afrique, etc) ? Y-a-t-il une homogénéisation, une universalisation ou est-il plus hétérogène (et dans ce cas, il prendrait en compte les frontières nationales) ?

Dominique Cardon : Ça serait intéressant d'observer ça. Quand on regarde comment fonctionnent les nouvelles techniques de *machine Learning*, d'apprentissage, elles s'appuient toutes sur les données des usages et des comportements des internautes, des utilisateurs. Donc il n'y a aucune raison de ne pas penser qu'en dépit de la standardisation et de globalisation mondiale ; c'est un phénomène qui ne touche pas que les algorithmes mais aussi la consommation, le transport, tourisme etc ; il n'y ait pas une respecification locale, disons nationale, des formes que prennent les calculs à cause du caractère national des gens qui ont donné des données à des systèmes qui ont construit des modèles sur le comportement des individus. Donc on est en plein dans les paradoxes de la globalisation, c'est-à-dire que ça uniformise, c'est sûr, et en même temps, ça relocalise. En partie ça ne vient pas complètement du haut parce que ces systèmes rebouclent avec les pratiques des individus et des sociétés.

Revista Habitus : Les particularités des algorithmes finissent-elles par générer des phénomènes de « bulles » sur internet ?

Dominique Cardon : Ça c'est un grand débat partout. En fait, dans toute l'histoire du web on a eu cette idée que les gens pouvaient s'enfermer dans une bulle. Moi, j'ai une position un peu décalée par rapport à ça, c'est que je n'y crois pas beaucoup. Même si à l'évidence on peut s'enfermer. Il faut être très vigilant, mais cette crainte s'appuie sur des erreurs de méthode qui sont considérables. Une des erreurs c'est d'abord d'oublier de prendre dans l'enquête, et là on est bien dans les sciences sociales, l'individu dans l'ensemble de ses systèmes d'information. Ce qui s'est passé avec le numérique c'est qu'on a augmenté considérablement les voies d'accès à l'information. Là on regarde un seul truc, *Facebook*, mais on oublie que les gens regardent la télé, on oublie qu'il y a la radio, d'autres sites etc. Donc si on se met du côté de la plate-forme, elle peut créer des bulles, mais si on se met du point de vue du sujet, là en fait, tout corrobore l'idée qu'on vit dans une société qui n'a jamais eu accès à autant d'information. Elle est de plus en plus diverse, la qualité est incertaine et elle peut parfois être très problématique. Il y a toujours des inégalités incroyables dans cet accès à l'information, c'est à dire qu'il y a des gens qui enrichissent considérablement grâce au numérique leurs niveaux d'information et d'informations diverses, mais il y a des gens qui ne s'intéressaient pas à l'information et qui ne s'y intéressent toujours pas et du coup le décalage devient très fort. Et puis dans l'exposition à l'information, la sociologie des médias l'avait montré depuis très longtemps, il y a ce qu'on appelle l'exposition sélective, c'est à dire qu'on va chercher de l'information auprès de sources qui confortent nos propres opinions. Mais ça c'était pareil avec la presse, la télé, la radio, ça n'a pas changé, mais la conséquence, c'est que nous fabriquons en partie des espaces informationnels un peu fermés en nous exposant sélectivement. Ce qui devient bizarre avec le numérique c'est qu'on contribue vraiment à le faire, autrefois on lisait le journal de gauche, on lisait le journal de droite et voilà. Là maintenant on choisit ses amis sur *Facebook*, le choix des amis défini par l'algorithme est la priorité de l'information et il y a un effet de bulle qui peut se refermer. Ceci étant, c'est compliqué de dire ça pour le débat brésilien sur *WhatsApp*, mais pour les pays sur lesquels il y a beaucoup d'études que je connais, en France aux États Unis etc. la bulle est percée de partout. En fait les gens ont de plus en plus d'information, ils ne savent pas très bien comment faire, les algorithmes les aident à la réduire un petit peu, mais même sur *Facebook* et sur *twitter* on voit de l'information d'un bord politique opposé beaucoup plus que dans la vraie vie. Ce qui ne veut pas dire qu'il ne peut pas avoir des effets de concentration très fort et des effets idéologiques dans des petites niches un peu extrêmes et dans lesquelles cette bulle devient très forte.

Revista Habitus : En ce qui concerne la croissance des campagnes politiques extrémistes qui ont lieu dans beaucoup de pays comme au Brésil, croyez-vous que le numérique/l'internet/le web ait une relation par rapport à l'augmentation des discours extrémistes ?

Dominique Cardon : Oui, on peut dire ça. Ce qui est compliqué et intéressant quand on travaille dans le numérique depuis vingt ans c'est qu'au début, avant, tout le monde se plaignait. Les médias alternatifs, les médias militants passaient leur temps à dire que les médias « c'est trois chaînes de télé, un peu de radio et puis cinq organes de presse, ce n'est pas représentatif et il faut produire de l'information alternative ». Quand le web est arrivé, il a ouvert la porte à ça, il n'y avait plus de coût de diffusion, et donc on a permis aux gens de s'exprimer d'une façon multiple et diverse. Donc ça a été

une sorte de libération extraordinaire de la parole, des possibilités, des opportunités et on voyait ça de façon très émancipatrice. Maintenant les gens peuvent s'exprimer et on est en train de leur dire « mais, les gens quand il s'expriment ils disent n'importe quoi » ce qui est faux. On entend beaucoup aujourd'hui ce discours de vouloir renfermer la boîte et revenir à l'autorité. Nos sociétés fabriquent, et surtout dans des périodes de crise, des opinions diverses. Alors quand le web est arrivé c'est plutôt la gauche et l'extrême gauche qui étaient très présentes dans les médias. Aujourd'hui je trouve qu'il y a une partie de nos sociétés qui sont d'extrême droite et le web leur permet de s'exprimer. À titre personnel on peut en penser le pire, mais le fait qu'ils puissent s'exprimer est peu condamnable si on applique le même raisonnement. Le problème c'est quand ils dépassent certaines bornes et là y a des bornes légales : incitation à la haine raciale, l'antisémitisme..., et je pense que là il faut être très sévère sur ces questions. Mais sur le fait que l'espace public se soit ouvert et qu'il crée un marché un peu dérégulé de l'information c'est plutôt une conquête. Le risque de ce discours c'est de dire que tout le monde dit tout et n'importe quoi et qu'il n'y a plus de hiérarchie, mais il y en a toujours une. Nous faisons beaucoup d'études digitales au MédiaLab là-dessus, et, il faut toujours garder la hiérarchie des médias, il y en a toujours une, et c'est toujours les télés et les grands journaux qui sont au centre. C'est toujours organisé, il y a toujours une structure dans cet espace, même si les effets de cette structure nous dérangent.

Revista Habitus : Depuis que vous avez fait la cartographie du web 2.0, il y a presque 10 ans déjà, vous parlez beaucoup de la construction de soi, de la mise-en-scène personnelle, les profils sur internet. Aujourd'hui, vous considérez que les profils sont créés pour nous ou par nous ?

Dominique Cardon : C'est compliqué. Disons que nous sommes encore dans les ambivalences du numérique, mais aussi des transformations de l'individualisme contemporain. Ce qu'ont permis les réseaux sociaux c'est non seulement la liberté d'expression politique et des opinions, mais aussi l'idée que le numérique offrait un espace de construction d'identité et que cette construction d'identité se jouait dans des formes de reconnaissance publique plutôt par les pairs, les amis, les proches et ensuite dans un cercle plus étendu. Ce mécanisme il joue toujours à plein régime, mais c'est vrai que le paradoxe de la massification, les grandes plate-formes ont cadré le système, elles l'organisent, elles le formatent, elles le guident avec l'algorithme. Mais en revanche le fait qu'*Instagram* soit entré dans sa vie et dise à l'utilisateur « ma vie doit être photographiée de telle manière, je dois être plutôt heureux, il faut que j'essaie de montrer certains traits pertinents de ma vie et puis d'en cacher d'autres, il faut que je sois sensible à telle ou telle chose » ; c'est à la fois une forme de valorisation de construction d'identité, mais en même temps, ça peut être très aliénant parce qu'on voit bien qu'il y a un ensemble de normes sociales, culturelles incroyables qui sont proménées avec *Instagram*, *Facebook*, *Snapchat* etc. Les utilisateurs ont un pouvoir d'agir avec ça, mais c'est un pouvoir d'agir qui est quand même compliqué. Je pense beaucoup aux normes féminines, sur l'esthétique, la beauté etc. ça concerne les populations jeunes, dans un certain moment de sa vie c'est une trajectoire de développement personnel etc. mais il y a quand même un moment de capture par l'idéologie d'une forme de présentation de soi qui est assez homogénéisante.

Revista Habitus : Croyez-vous qu'il y ait une forme de dispute de présentation de soi ?

Dominique Cardon : Ah oui. C'est ce que me fait dire que c'est pas complètement normalisant. On sent très bien ces aspects si on parle du corps par exemple, être grosse, le montrer et le dire, le mouvement #metoo [1], #balancetonporc [2], des formes de singularisation de soi etc. La circulation de l'information va tellement vite et on peut trouver des facteurs de mimétisme qui fait que dès qu'on a produit une forme un peu originale ou divergente de construction elle est reprise et puis elle se rebanalise. On pourrait dire que ce que font les réseaux sociaux c'est qu'ils ont une capacité d'avalier et absorber l'innovation qui est si rapide que l'innovation devient en elle-même une sorte de banalité. C'est de la modernité avancée.

Revista Habitus : Quel est l'avenir du numérique selon vous ?

Dominique Cardon : Un sociologue ne sait pas répondre à ces questions, on ne fait pas de la prospective, on ne sait pas très bien prédire l'avenir. Ce dont je peux parler c'est des enjeux qui sont présents là : il y a un enjeu sur le calcul, sur le pouvoir des plate-formes, qui est plutôt un enjeu d'économie globale, de politique économique, ça ne peut pas durer, il faut qu'ils paient des impôts, il faut faire attention aux données, redistribuer les pouvoirs, il faut créer de la diversité des acteurs. Quand même c'est incroyable que l'information soit uniquement *Google* et *Facebook* et c'est tout. Il y a des enjeux propres aux formes de la calculabilité, qui correspond à tout le développement du *machine Learning* (je préfère dire *machine Learning* qu'intelligence artificielle parce que c'est juste du *machine Learning*). Et puis comme sociologue la chose qui est préoccupante aujourd'hui c'est le lien entre le numérique et puis le développement des inégalités. Là on le voit bien avec Bolsonaro, c'est que le numérique, et ce n'est pas du tout la seule raison, a une contribution je pense quant à la fabrication des sociétés qui se clivent très fortement entre une population active, éduquée, urbaine, attaché à la vérification des faits qui a une existence riche, voyageuse et diverse sur *Instagram* et qui a accès à plein d'information etc. et puis une population qui est moins entré là-dedans, mais qui est quand même dans le numérique et qui échange dans des conversations sur *WhatsApp*. Le numérique devient alors le théâtre de l'expression du ressentiment qu'elles ont à l'égard des autres. Cette population utilise *Facebook*, dans les petites conversations, dans la conversation de *WhatsApp* au Brésil etc. Et donc on a un enjeu sociopolitique majeur aujourd'hui qui est d'éviter ce déchirement, ce mépris entre deux populations et là le numérique n'apporte pas de solution à ça, et peut être même la cause d'un renforcement de cette tension... ça c'est un sacré enjeu. 🌐

61[1] Hashtag international contre le harcèlement et l'agression sexuelle, utilisé pour mettre en évidence la grande propagation de la violence sexuelle dans le monde

62[2] Site Web permettant aux victimes de harcèlement sexuel, d'agression sexuelle ou de viol, de publier leur témoignage et de l'échanger entre eux (balancetonporc.com)

NOTES

*Francisco W. Kerche est étudiant en première cycle en sciences sociales de l'institut de philosophie et sciences sociales de l'Université Fédérale du Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) et ancien membre du comité de rédaction de la revue *Habitus*

**Teresa Soter Henriques est titulaire d'une licence en sciences sociales de l'institut de philosophie et sciences sociales de l'Université du Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ)